

CONSELHO DE MINISTROS REUNIDO

NACIONALIZAÇÕES VÃO SER PAGAS

O início do estudo das modalidades de pagamento das indemnizações aos empresários e accionistas atingidos pelas nacionalizações, deverá ser uma das matérias a apreciar pelo Conselho de Ministros, reunido desde as 15 horas, em S. Bento, sob a presidência de Pinheiro de Azevedo. Registe-se

que tal pagamento tem vindo a ser contestada por forças de esquerda e pelas organizações dos trabalhadores agrícolas e industriais, que acentuam o facto de as indemnizações beneficiarem essencialmente os monopólios, os grandes capitalistas e os latifundiários, à custa da maioria do povo.

NOVO ORGANISMO PARA OS RETORNADOS

Prevê-se ainda que seja apreciado um diploma do Ministério dos Assuntos Sociais que cria o Fundo de Integração dos Retornados que terá, nomeadamente, as funções de financiar o estudo e execução dos investimentos destinados à inte-

gração dos retornados das ex-colónias. A criação deste novo organismo determinará, tudo o indica, o desaparecimento do I.A.R.N.

O Ministério da Comunicação Social deverá apresentar um diploma que irá atenuar, através da criação de um organismo dependente do M.C.S., o aumento das taxas postais em relação à Imprensa.

O Conselho de Ministros poderá ainda apreciar, um projecto do M.E.I.C. de substituição do nome do Instituto de Alta Cultura, que passaria a designar-se Instituto de Estudos Portugueses no Estrangeiro.

Recorde-se que o romancista Fernando Namora, é o actual presidente do I.A.C., organismo que tem desenvolvido a sua actividade predominantemente na concessão de bolsas a investigadores portugueses para cursar no estrangeiro.

20 PÁGINAS

Vasco Lourenço em Santarém

"Enorme responsabilidade" dos capitães de Abril

«Não haverá condições especiais, nem disso tenho conhecimento, para o ex-general Spínola e sua prisão logo que entre em Portugal. Aliás, para um indivíduo que se meteu num golpe e fugiu às responsabilidades abandonando o País, não deverá haver nem condições especiais nem contempções. Eu pessoalmente não tenho conhecimento de que possa haver condições especiais para a prisão daquele ex-militar, se decidir regressar

a Portugal.» — Palavras do comandante da R.M.L., brig. Vasco Lourenço proferidas esta manhã perante os jornalistas num intervalo da sua visita à E.P.C., em Santarém.

Ainda em conversa com os jornalistas, Vasco Lourenço referiu-se aos exageros de certa imprensa, bem caracterizada politicamente e afirmou que o C. R. estava empenhado em fazer cumprir as medidas constantes e enquadradas na liberdade de Imprensa; por isso —

disse — já alertou o poder judicial para a necessidade de apressar alguns processos-crime que já tinham dado entrada nos tribunais — cerca de 600 — e aos quais não tem sido dada a devida execução judicial.

Ainda aos jornalistas e respondendo a uma questão que lhe foi posta, o comandante da R.M.L. disse que a ordem, tanto agora como durante a campanha eleitoral que se avizinha, Continua na pág. 20

No Porto

Livraria destruída à bomba

PORTO, 24 — Rebentaram esta manhã na zona do Porto mais três bombas, uma das quais destruiu a livraria «Vento Leste», afecta ao M. R. P. P., sita na Avenida da Boavista, enquanto que as outras duas, quase simultâneas, destruíram um automóvel e parte da fachada de um prédio na praia da Aguda.

A julgar pela destruição causada na livraria e nos estabelecimentos a ela contíguos, bem como em automóveis que estavam nas imediações, terá sido de grande potência o primeiro



O estado em que ficou a Livraria Vento Leste depois da explosão de uma bomba de grande potência que esta madrugada destruiu as suas instalações



Sai Estela Perón, entra Jorge Rafael Videla, general

Golpe militar na Argentina

• Afastada do Poder a viúva de Perón

Os militares argentinos assumiram novamente o Poder, esta madrugada, depois dum Governo civil de cerca de três anos, assinalado pelo regresso do velho dirigente Juan Perón ao Poder. A morte de Perón e a sua sucessão pela viúva, Estela Perón, precipitaram a situação de crise do regime, que se mostrou incapaz de responder às necessidades socioeconómicas e de estabilização política do país. O golpe perpetrado esta madrugada não surpreende ninguém: na verdade, há já vários meses que se vivia uma atmosfera de golpe neste país latino-americano, que, desde 1930, conheceu já sete «putsches». O clima de golpe acentuou-se cada vez mais nos últimos dias e pode dizer-se que se dava por inevitável o acto final da tomada de poder, faltando apenas saber o dia e a hora precisas em que ele ocorreria. A própria presidente deposta sabia-se condenada e previa que tal estivesse iminente: preparava-se para sair para o estrangeiro, mas tarde de mais. A resistência que ela pretendeu opor aos seus captores, puxando de um revólver, simboliza, de certo modo, toda a incapacidade e fragilidade que esta mulher — a primeira da História nomeada para chefe de Estado — pôs na condução do seu mandato. O golpe decorreu sem derramamento de sangue, mas foi imediatamente seguido da prisão dos principais dirigentes peronistas e da própria presidente, colocada sob detenção domiciliar na residência presidencial de Inverno. Os chefes dos três ramos das Forças Armadas ficarão a constituir uma Junta Militar presidida pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Jorge Videla.

(Mais notícias na pág. 13)

Incidente na Madeira

F.L.A.M.A. sequestrou funcionário do M.E.I.C.

(Pág. 20)

Trabalhadores civis do Estado: o Sindicato não vem

(Pág. 3)

Nacional

Política de A a Z

DA PUREZA EM POLÍTICA

Não terá mudado muito; considera-se, apenas, mais cansado e mais velho; e, também, mais preocupado, o capitão Sousa e Castro. E tem razões — segundo parece — para estar preocupado. Na sua opinião (e não estará isolado ao afirmá-lo): «não tem havido recuperação económica». Pensa, igualmente, que «as forças políticas não têm revelado capacidade de entendimento entre si». E mais, para o capitão Sousa e Castro, as forças políticas claudicam noutro aspecto, acaso mais grave em vésperas de eleições: «Há uma grande falta de perspectiva futura das forças políticas que não apresentam projectos que apontem para uma saída viável para a sociedade portuguesa.» Reforça as nossas apreensões outra frase do capitão Sousa e Castro (na entrevista que concedeu ao vespertino «A Luta», 22-3-76): «No campo civil nota-se, aliás, que continua a haver uma grande incapacidade de comando.» E a concluir estas afirmações carregadas de negativismo, o capitão Sousa e Castro terá dito: «Mas estou optimista...»

Sendo-o, os portugueses não terão ficado optimistas. E não terão, supomos, compreendido sequer, como todas estas incapacidades e impreparação manifestadas pelos «civis», poderão justificar a retirada dos «militares» de certos escalões do Poder. Nem compreendemos, igualmente, a conotação mecânica com o dito «gonçalvismo», com as posições do P. C. P., da defesa do legítimo ponto de vista de que a solução política futura passa pela unidade da esquerda e a presença dos militares antifascistas e anticolonialistas no Governo.

A «pureza política», como o «apoliticismo», como a «isenção partidária», deixam os «militares» indefesos em relação aos políticos habilidosos e às manobras da reacção. Os «militares» assumiram uma responsabilidade de intervenção política. Não podem cansar-se a meio da jornada.

DA IMPUREZA POLÍTICA

Referindo-se no que considera ser uma estratégia eleitoral completamente errada — a defesa pelo P. C. P. da presença de militares no Governo — o capitão Sousa e Castro reconhece que: «... as forças de direita antidemocrática pretendem encostar à parede os militares democratas e que assumiram a crise do Verão (ou seja o grupo dos «Nove» e aqueles que os apoiavam e que foram a barreira mais consequente do avanço do «gonçalvismo»)». Portanto, as forças de direita estão exercendo pressão sobre estes «militares», como diz Sousa e Castro, empenham-se em encostá-los à parede (de momento pela argumentação), no sentido de os afastar das responsabilidades no Governo e de limitar, e em nome da formal Democracia, de uma real participação na institucionalização da nova estrutura democrática da sociedade portuguesa. A esta «impureza política» da «direita», como reagem os «puros militares». Recusando a «tese que remeta novamente os militares para a responsabilidade do Governo».

Durante meses e meses, na sucessão dos Governos Provisórios, houve «militares» que ocuparam pastas políticas e postos técnicos. São portugueses, por acaso «militares», que adquiriram uma certa experiência da governação pública e que se integraram na problemática de diferentes sectores. E são «militares» que assumiram responsabilidades políticas. Difícilmente se entenderá que, sob a pressão da «direita», que «encostados à parede», consintam em que o capital político e técnico que eles são, seja desbaratado para o País.

DA IMPREVIDÊNCIA POLÍTICA

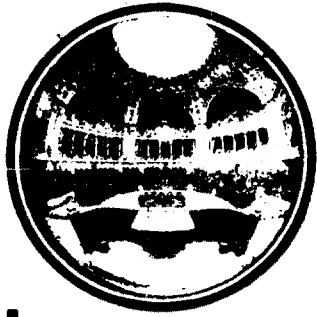
Não está excluída a hipótese de o Partido Socialista atingir resultados eleitorais da ordem dos 40 por cento. Não está excluída a hipótese da Santa-Aliança da «direita» não atingir 51 por cento dos resultados eleitorais. E não há razões para crer, aprioristicamente, sectariamente, que os dirigentes socialistas — e a massa trabalhadora que os apoia — se não recuse a governar em coligação com a «direita». E então, a afirmação do capitão Sousa e Castro poderá cair pela base. Ele afirmou: «Depois das eleições para a Assembleia da República as Forças Armadas não terão representantes seus no Governo. Serão os partidos a governar o País.»

A presença dos «militares» poderá revelar-se necessária. Mesmo por razões de equilíbrio político e de empenho revolucionário. Existem problemas de «segurança» e existem problemas de «defesa». Há que admitir que, após as eleições, o terrorismo reacçãoário se intensifique. Um Governo sem participação militar e tendo os partidos as limitações que o capitão Sousa e Castro refere, seria um Governo extremamente débil, extremamente desligado das Forças Armadas. Um Governo no qual as Forças Armadas se não reconheceriam. A margem de manobra para o «golpismo» aumentaria. Com tal afastamento só lucraria a «direita».

DA INGENUIDADE POLÍTICA

Só o campo político revela instabilidade, os políticos não foram capazes de realizar a recuperação económica, não revelaram capacidade de avançar um projecto viável, não se mostram capazes de criarem formas de cooperação no plano governamental. O capitão Sousa e Castro não poupa as apreciações negativas, não esconde que sente preocupações, mas dos seus argumentos soltos, disseminados ao longo de uma conversação, tira duas conclusões surpreendentes. Uma é a de que: «Serão os partidos a governar o País.» A outra é a de que, apesar de tudo o que diz e o muito mais que sabe: «Mas estou optimista.» Estranhas conclusões estas.

A «direita» encosta os «militares» à parede. Temos o dever de os defender das pressões da «direita».



Os 250 deputados da Constituinte terão de, nas próximas seis sessões — incluindo a de hoje — terminar os respectivos trabalhos a fim de que no dia 2 de Abril, sexta-feira, tenha lugar a sessão final, que registará a presença do Presidente da República e do Conselho da Revolução.

Esta informação, transmitida ontem pelo prof. Henrique de Barros aos seus pares, resultou da comunicação que o C.R. transmitiu pessoalmente ao presidente do A. C., no sentido de que não serão concedidos mais prorrogações de prazos, pois as eleições terão lugar a 25 de Abril.

Entretanto, e a propósito de prazos e atrasos, Sá Carneiro viria a ser atacado por deputados do P. S., pela sua recente afirmação de que os deputados teriam de acabar os trabalhos até ao dia 4, pois é esse «o seu dever». Artur Cortez (P. S.) recordou que é o grupo parlamentar do P.P.D. «que tem o maior índice de faltas na Assembleia». Registe-se, por outro lado, que tem sido este partido o principal porta-voz das forças políticas interes-

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Faltam seis sessões para chegar ao fim

sadas na possibilidade de revisão da Constituição.

P.P.D. CONTRA A SOBERANIA NACIONAL?

Na ordem do dia continuou-se o debate do título referente aos Açores e à Madeira. Foram aprovados os dois artigos iniciais. No primeiro estabelece-se nomeadamente que «o regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, fundamenta-se nos condicionamentos geográficos, económicos e sociais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares». No segundo considera-se que a autonomia daquelas regiões «não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição».

Embora o articulado já aprovado ofereça um mínimo de garantia da soberania nacional, Vital Moreira (P.C.P.) sublinhou na assembleia que o projecto apresentado contém «sob a capa e a terminologia da autonomia regional, todos os pres-

supostos de um Estado federado».

«Não falta nenhum dos elementos fundamentais caracterizadores do federalismo — disse ainda o deputado comunista. E adiantou que em alguns aspectos (amplitudes dos poderes legislativos regionais e inexistência de impostos nacionais) o texto «ultrapassa mesmo o regime de um Estado federado, aproximando-se do regime de confederação».

Vital Moreira lembrou também que se a Assembleia Constituinte não quiser admitir que a autonomia regional signifique o estabelecimento de um regime económico, social e cultural substancialmente diferente, entre as regiões e o topo nacional então terá de fazer afirmar claramente na Constituição o carácter nacional, não só da organização das Forças Armadas e das forças militarizadas, mas também, entre outros, dos sistemas monetário, financeiro, fiscal e educativo».

No início da sua exposição o deputado do P.C.P. recordou o que há seis meses afirmou, naquela mesma sala: «ao contrário do que as forças de direita pre-

tendem fazer crer, a autonomia não é, em si mesma, uma panacea para o problema dos Açores. Pois há que distinguir: autonomia para quem? Para as classes dominantes e para a reacção açoriana ou para as classes trabalhadoras e forças progressistas açorianas?». Recordou também o projecto inicial do P.P.D. que permitia a qualquer dos arquipélagos celebrar tratados internacionais; ter direito a hino e bandeira próprios; unidades militares constituídas apenas por açorianos ou madeirenses, direito a sistema de ensino próprio, etc.

As propostas de alteração ou de aditamento dos deputados do P.C.P. e do M.D.P. não tiveram a aprovação da assembleia. O P.S. ou se abstinha ou votava ao lado do P. C. P., mas sem que tal conseguisse a maioria necessária.

Ainda sob o mesmo tema Mota Amaral, do P.P.D., e antigo deputado da A.N.P., fez uma exposição «histórica» sob o desenvolvimento sócio-político do arquipélago dos Açores pretendendo desse modo justificar o articulado proposto à Constituição.

E. A.

P.C.P./M.R.P.P. e os símbolos

Supremo não considera hipótese de similitude

«Não deve ser considerada qualquer hipótese de similitude entre os dois símbolos» — decidiu o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a encerrar uma questão que se vinha arrastando nos últimos dias e cuja irresolução chegou a constar que poderia implicar um adiamento do acto eleitoral em princípio marcado para o próximo dia 25 de Abril. A decisão do presidente do S.T.J., dr. Almeida Borges serve «para efeitos de impressão dos boletins de voto da primeira eleição para a Assembleia da República» e vai permitir ao M. R. P. P. concorrer às próximas eleições utilizando a foice, o martelo e a estrela de cinco pontas. Na sequência, o movimento emitiu um comunicado considerando «inteiramente justa» a decisão superior. «A decisão judicial que garante ao M.R.P.P. o uso do seu símbolo revolucionário

proletário é uma vitória das forças democráticas e patrióticas do nosso país» — asseverou o texto que a organização emitiu. E, de caminho, maltrata verbalmente o PCP a quem chama, como habitualmente, «agente do social-imperialismo soviético». Esta manhã, disseram-nos do P.C.P. que, a propósito da decisão do Supremo, é possível que o partido ainda venha a pronunciar-se publicamente. Até então, no entanto, ainda não se havia pronunciado.

A decisão do presidente do Supremo consta de um comunicado ontem difundido. O texto evoca a Lei 4/75 de 13 de Março alargando os poderes de intervenção directa da Junta de Salvação Nacional em outros domínios, poderes ulteriormente atribuídos ao Conselho da Revolução, seu sucedâneo. A lei citada — diz o texto que o dr. Almeida Borges subscreve — «não é afectada pela aplicação prática do decreto-lei n.º 201-A/76, de 19 de Março. Aquilo que este decreto estabeleceu apenas se relaciona com a impressão dos boletins de voto na primeira eleição para a Assembleia da República, reiterando ao presidente da Supremo Tribunal de Justiça os poderes que anteriormente lhe haviam sido conferidos para outro efeito, o da inscrição de um partido político neste Supremo Tribunal. Não veio afectar, decididamente, o reclamante no seu direito a participar nas eleições: apenas o pode submeter, se for caso disso, a determinado condicionalismo, que terá de observar para aquele efeito. A nota preambular do decreto expõe claramente o objectivo da sua

promulgação — evitar o adiamento das eleições e afastar a possibilidade de confusão das denominações, siglas e símbolos dos partidos concorrentes, com estas determinantes, tendo igual aplicação a todos os partidos políticos inscritos neste Supremo Tribunal. Não vejo, pelo exposto, que esteja ferido da inconstitucionalidade que lhe é atribuída».

E o texto da responsabilidade do presidente do Supremo prossegue: «Sobre o requerimento a folhas 68, relacionado com a pretensa similitude dos símbolos do M.R.P.P. e do P.C.P., a que se refere o senhor procurador-geral da República, considero que já foi proferida decisão favorável ao M.R.P.P. face ao que se verifica da apreciação conjunta das resoluções tomadas pelo Conselho da Revolução, de 18 e 27 de Março de 1975, e de 8 de Março de 1976. Aquela órgão de soberania, revogando como revogou as duas primeiras resoluções, manifestou claramente que não havia similitude que prejudicasse a eficácia distinta dos dois símbolos como antes o havia entendido e declarado».

E, a terminar: «Não posso, pois, por isso, deixar de considerar arrumada essa questão, como, aliás, já o havia reconhecido no meu despacho de folhas 70 pelo que, em consequência, para o efeito do preceituado no n.º 2 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 201-A/76, considero que não pode ser considerada qualquer hipótese de similitude entre os dois símbolos, apenas para efeito da impressão dos boletins de voto para a Assembleia da República».

Direito do Mar: delegação portuguesa em Nova Iorque

O dr. Mário Ruivo partiu hoje para Nova Iorque onde vai presidir à delegação portuguesa que participa nos trabalhos da III Conferência do Direito do Mar.

A delegação portuguesa tem como vice-presidente o dr. Costa Lobo, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que faz parte da missão permanente junto das Nações Unidas.

A delegação portuguesa é constituída pelo dr. João Ascensão, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comandante Limpo Serra, do Estado-Maior da Armada, dr. J. Farinha da Conceição, do Ministério da Cooperação, dr. José Hipólito Monteiro, do Ministério da Indústria e Tecnologia, comandante Gromicho Boavida, e dr.ª Maria Eduarda Gonçalves, da Secretaria de Estado das Pescas.

Esta importante conferência internacional, que se iniciou no passado dia 15, deverá ter a duração de oito semanas, dedicadas a negociações formais com base nos textos revistos.

Está prevista a realização de uma 5.ª sessão, ainda este ano, possivelmente no próximo Verão, para aprovação do texto final da futura Convenção.

(Ler artigo na pág. 12)

post scriptum

Um parque infantil que não se justifica

Por esse jornal acarinhado sempre as questões que interessam ao povo, aqui estou a pedir o vosso auxílio para o caso que se segue:

Segundo me informaram os operários que iniciaram os trabalhos, a Câmara vai dar início à construção de um parque infantil na zona delimitada pelas traseiras dos prédios da Avenida Guerra Junqueiro, Alameda D. Afonso Henriques, Avenida Manuel da Maia.

Numa época em que os cofres municipais estão certamente depauperados por virtude da crise económica que o País atravessa, não se compreende que, havendo a cerca de 150 metros do local referido um ótimo logradouro arborizado pertença do Instituto Nacional de Estatística, com entrada pela Avenida Manuel da Maia já vedado e facilmente utilizável para o efeito — sendo já franqueado por aquele organismo, numa atitude louvável —, e a igual distância, toda a área oferecida pela Alameda Afonso Henriques (desde a Fonte Luminosa ao Instituto Superior Técnico), não se compreende, dizia, que se vá gastar o nosso dinheiro para aproveitar uma zona toda circundada por traseiras de prédios para onde, numa confirmação folclórica do nosso civismo, se sacodem tapetes e se lança tudo o mais que se não quer em casa, além de ser o local onde são diariamente colocados e por vezes vazados, os lixos de toda aquela zona aguardando a respectiva recolha, habitualmente tardia.

O bairro em questão, de características acentuadamente burguesas, já possui além das zonas verdes indicadas, os jardins junto à igreja de S. João de Deus e Pr. de Londres, o parque infantil junto ao cinema Roma e outro no Campo Pequeno, além de várias praças ajardinadas (João do Rio e Pasteur), mais do que suficientes para não justificar a despesa que todos nós vamos pagar.

Apelo para o bom-senso do senhor presidente da Câmara, no sentido de mandar rever o assunto, e se há dinheiro para gastar, há também, certamente, por essa Lisboa fora, outros locais bem mais necessitados deste e doutros melhoramentos semelhantes.

João Pereira Gonçalves — LISBOA

O povo quer uma rádio a sério

Tendo em mente outros interesses, que não os do esclarecimento do povo português, a Radiodifusão Portuguesa não compareceu às conferências de Imprensa dadas pelo Partido Comunista Português de 14 de Fevereiro e 12 de Março, bem como à Conferência Nacional do mesmo partido, e para as quais havia sido convidada.

O pretexto desta ausência foi a alegada falta de quadros o que segundo eles não lhes permite dar «uma ampla cobertura de todos os acontecimentos».

Então, pergunto:

— Porque esperam para readmitir os trabalhadores que mantêm afastados, e cuja competência profissional é do conhecimento geral?

— Porque impedem de exercer as suas funções trabalhadores já readmitidos?

— Porque, ainda recentemente, procederam a novas suspensões?

Enfim, qualquer argumento serve; pouco importa que se baseie na estupidez e na falta de lógica mais elementar.

Afinal, que pretende a Radiodifusão Portuguesa?

Tudo isto é claro, se verificarmos que a direita manipula a seu bel-prazer certos órgãos de Informação, que mais não fazem do que criar no povo uma imagem falsa do processo em curso, tanto pelo medo, como pelo ódio que lhes inspiram as forças da esquerda.

Pois é tempo de dizer que estamos fartos, que o povo quer uma rádio a sério.

Carlos Manuel Moreira da Costa — BARREIRO

Uma distribuição mais justa das forças da ordem

Enquanto o índice de criminalidade sobe em flecha (basta consultar as estatísticas), concretizado, nomeadamente, em assaltos à mão armada, raptos de menores, assassinios de cidadãos, etc., chocam com o meu raciocínio de cidadão vulgar, factos como: o cerco, levado a cabo por agentes da PSP a uma casa no interior da qual jovens cubanos rodavam cenas de um filme; a deslocação à Ericeira de nove chaimites na pista de «1100 armas»; as batidas, ainda a cubanos na serra do Suajo, orientadas pela G.N.R.; a defesa do palácio de S. Bento assegurada por um grande número de agentes da P.S.P. e da G.N.R., com grande aparato bélico, defesa essa contra uma pacífica manifestação de trabalhadores da Torralta que ali iam reivindicar o aval do Estado para a empresa.

A minha opinião de cidadão vulgar é que uma distribuição mais justa das forças da ordem (desejável seria que não só), de modo a assegurar a tranquilidade a que os cidadãos trabalhadores têm direito, seria mais lógica.

Alfredo Augusto A. Gonçalves — OBRAS

TRABALHADORES CIVIS DO ESTADO: 50 ANOS SEM O SEU SINDICATO

Constituiu-se no passado dia 6 de Março o **Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública** da zona Sul e Lisboa e foram aprovados os seus Estatutos. Os trabalhadores da zona Centro já dias antes tinham dado idêntico passo. Está, pois, prestes a encerrar-se uma fase iniciada depois do 25 de Abril que mobilizou amplas massas do funcionalismo. Foi um período de mobilização e organização mas também de luta, que acompanhou de perto a movimentação social de todo este período.

Muita gente não sabe, contudo, que não se trata propriamente da criação do sindicato — uma novidade até agora impensável para os «servidores» do Estado, esse «sacerdócio»! — trata-se antes da restauração do seu sindicato após um interregno de cerca de 50 anos. Efectivamente, à data do 28 de Maio de 1926 existia o **Sindicato Nacional dos Empregados do Estado** com Estatutos aprovados em assembleia de 22 de Dezembro de 1924. Com o advento do fascismo o sindicato foi compulsivamente extinto e, anos mais tarde em 1933, o Art.º 39.º do Estatuto do Trabalho Nacional vedava aos funcionários do Estado, dos corpos administrativos, bem como aos operários dos respectivos quadros, o constituírem-se em sindicatos privados ou fazerem parte de quaisquer organismos sindicais.

As raízes do sindicalismo dos empregados do Estado podem ir buscar-se ao grande surto associacionista iniciado por volta de 1850 num período de crescimento do operariado e da população urbana, com especial incidência em Lisboa. Os temas dominantes da vida associativa eram, na altura, o mutualismo, o crédito, a instrução popular.

Ao fazer o balanço da situação em 1876, Goodolphim, activo associativista que estivera ligado ao Centro Promotor das Classes Laboriosas, indica que em Lisboa havia 85 associações de socorros mútuos cujo número total de sócios se elevava a 40 mil, sendo no conjunto do Continente esses números respectivamente de 300 e de 70 mil. Entre estas algumas havia exclusivamente dirigidas a funcionários do Estado (por vezes de leque muito alargado abrangendo civis, militares e eclesiásticos), uma das quais, a Associação dos

Funcionários do Estado fundada em 1873 e integrando à data do estudo 100 sócios, se preocupava já com questões profissionais e de valorização de classe.

A partir de 1872, ano marcado por significativas lutas operárias, esboça-se o abandono das concepções de colaboração de classes de que enfermavam até aí as associações de classe portuguesas, encetando-se uma nova face associativista. Contudo, não possuíamos dados no que se refer ao associativismo de classe dos empregados do Estado nos anos que se seguem até à implantação da República.

Entre os participantes no Congresso Sindical de 1911 vamos encontrar referenciadas algumas organizações de trabalhadores do Estado — trabalhadores dos Correios e Telegrafos com 1900 sindicalizados e Operários do Município de Lisboa integrando 150 membros. Não há provavelmente organização que englobe todos os funcionários.

Desde o fim da última década do século passado, com intensificação a partir do surto grevista de 1903 e da «Carta de Amiens» de 1906, que a corrente do sindicalismo revolucionário vinha a tomar o ascendente entre as massas operárias portuguesas, subtraindo-as à influência do Partido Socialista que viera progressivamente a decair em práticas eleitoralistas. A pequena-burguesia estava também influenciada pela propaganda republicana, influência que só se esbateria nos princípios da década de 20.

É neste contexto que o associativismo dos funcionários do Estado volta a florescer. O pessoal dos Correios e Telegrafos, organizado para fins sindicais, propõe em 1917 ao Democrático (republicano) Governo de Afonso Costa um aumento de vencimentos que não é atendido de forma minimamente satisfatória. É declarada greve que vem a transformar-se em greve geral com o apoio da União Operária Nacional. O pessoal dos correios foi militarizado por ordem do General Norton de Matos e mais de mil grevistas foram presos. Apesar do insucesso da greve em si, o pessoal dos correios vem a conseguir aprovar as suas reivindicações.

O antecessor directo do sindicato, a **Associação de Classe**

BEATRIZ RUIVO E EUGÉNIO LEITÃO

dos Empregados do Estado, vem a constituir-se em Assembleia de 23 de Março de 1919, pouco depois do «ensaio» sidonista. Esta Associação de Classe era extensiva aos empregados das administrações dos concelhos e bairros. Os seus fins eram o estudo e a defesa dos interesses profissionais e económicos comuns da classe. A acção da Associação estendia-se a todo o País, através de delegações distritais e agências concelhias que gozavam de relativa autonomia.

Era já um verdadeiro Sindicato, pelas suas concepções e pela sua prática. Sem dúvida sob a influência dos princípios sindicalistas revolucionários, tão difundidos na época, estava especificado nos seus Estatutos a sua independência relativamente a partidos e organizações políticas. Outras influências se faziam sentir no

seio dos funcionários públicos, pois um outro artigo aceitava a legislação vigente sobre homologação dos estatutos por parte do Governo, devido ainda concertada à sua situação de empregados do Estado.

O nascimento de uma organização sindical dos trabalhadores da função pública não terá sido alheio às duras condições de vida vigentes, exacerbadas pela ofensiva contra os salários dos funcionários do Estado no período de Sidónio Pais. A situação dos trabalhadores em geral era grave dada a carestia da vida; a concentração capitalista acentuava-se. Atente-se para tal no quadro I que mostra o aumento do custo de vida em Portugal de 1914 a 1926 e no quadro II que fornece indicação dos vencimentos auferidos por diferentes categorias de empregados do Estado em 1914 e 1921.

QUADRO I

Ano	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Índice do						
Custo de	100	111,5	137,1	162,3	292,7	316,8
Vida						
1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
551,6	816,7	1128,0	1719,5	2652,0	2286,4	2147,9

Fonte: Boletins da Previdência Social in OLIVEIRA MARQUES «História da 1.ª República Portuguesa» Iniciativas Editoriais, Lisboa 1976

QUADRO II

CATEGORIAS	VENCIMENTO MENSAL	
	1914	1921
Director-Geral	160\$00	360\$00
Chefe de Repartição	99\$00	295\$00
1.º-Oficial chefe de Secção	86\$50	260\$00
2.º-Oficial	59\$50	215\$00
3.º-Oficial	45\$00	180\$00
Servente	25\$00	125\$00

in «UNIÃO» — Órgão Defensor dos Empregados do Estado n.º 3 de 1 de Junho de 1921

Continua na pág. 4

A Imprensa no Peru

SUBSTITUÍDOS SEIS DIRECTORES DE JORNAIS

Lima. — O governo peruano decidiu, a 15 de Março, substituir os directores de seis dos sete quotidianos «socializados» da capital, assim como o do órgão oficial **El Peruano**. Só o director do jornal **Ojo** conserva o seu posto; fora nomeado há poucos dias.

Esta notícia causou viva surpresa nos meios jornalísticos de Lima. Não fora comunicada aos interessados nenhuma notificação. Em Julho de 1974, os principais jornais de Lima

tinham sido socializados, isto é, expropriados a fim de depois serem entregues aos «sectores organizados da população»: organizações que representariam os camponeses, os operários, os professores, etc. Os directores tinham sido nomeados pelo Governo por um período provisório de um ano. O sistema fora prolongado por mais um ano, em Julho de 1975, embora os lugares directivos tivessem mudado de titulares.

Alguns destes jornais, embo-

ra sustentassem globalmente o regime, não hesitavam em criticar certos aspectos da política governamental.

As medidas de 15 de Março constituem uma prova de força? O governo parece ter tentado respeitar em geral o equilíbrio político anterior, mas é perceptível uma leve inclinação para a direita. O caso mais difícil será talvez o do jornal **Expresso** que exprimia as ideias do sector mais à esquerda do regime e que foi confiado a um director cujas

tendências políticas são bem diferentes.

Esta medida surge na altura em que há rumores na capital de uma mudança no governo. Por outro lado espera-se a saída iminente do plano «Tupac Amaru», plano do governo destinado a definir as grandes linhas da segunda fase do «processo revolucionário» peruano. As modificações na imprensa poderiam ser uma preparação.

© LE MONDE

Nacional

Sindicato dos Professores

Lista "A" responde à Base-F.U.T.

«No momento em que se encerra a campanha eleitoral para a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, divulga o «DL» de 22-3-76 extractos de um comunicado emanado de uma organização política FUT, no qual se fazem um certo número de afirmações cujo objectivo explícito seria neutralizar o impacto unitário e mobilizador do projecto de intervenção sindical de uma das listas candidatas (lista A)» — lê-se no início de

um comunicado emitido pela Lista A.

«Ao assinalarem-se no programa destas hipotéticas comissões — prossegue o comunicado — que seriam o reverso simétrico das críticas expressas nos programas de outras listas sobre a democracia no interior do Sindicato e da questão acerca da Central Sindical procura-se, nitidamente, deslocar o debate para o terreno onde é fácil dividir os trabalhadores e ainda insinuar conotações políticas que esbatam o perfil apartidário, indepen-

dente da lista A».

«Por outro lado — observa o comunicado — atribuir-se-lhe uma concepção de prática sindical de onde se exclui uma dinâmica de luta pela democratização da escola em articulação com as aspirações dos trabalhadores, é ainda desvirtuar um dos pontos mais evidentes do seu programa. Não poderá, assim, a lista A deixar de assinalar o carácter extemporâneo e divisionista que o texto da FUT constitui em vésperas de eleições e alertar os professores para o facto».



O poeta Mário Cesariny esteve ontem à noite na S.N.B.A. para uma leitura de fragmentos de obras suas. A sessão constituiu mais uma forma de apoio à exposição do Grupo 5 mais 1, ali patente desde há dias com pinturas de João Hogan, Júlio Pereira, Teresa Magalhães, Sérgio Pombo e Guilherme e Parente e esculturas de Virgílio Domingues

Trabalhadores civis do Estado

Continuação da pág. 3

Na altura da passagem a sindicato, em Dezembro de 1924, o contexto existente no movimento operário português era complexo. A hegemonia da condução do movimento operário era disputada pela corrente anarco-sindicalista ligada a uma Confederação Geral do Trabalho em início de deca-

dência, e por outra corrente que defendia já uma linha leninista (embora incipiente), ligada à primeira fase do Partido Comunista Português fundado em 1921.

A estrutura organizativa do sindicato previa a existência de delegados nomeados pelo secretariado, por cada direcção-geral ou serviço au-

tónomo, agrupados em comissões de interesse de classe de cada ministério (dos quais sairia uma comissão central de defesa dos interesses da classe), delegações distritais, agências concelhias e secções aglutinando funcionários do mesmo ramo de serviço, herdando assim grande parte das estruturas anteriores da associação.

Enquanto a Associação de Classe exigia nas condições de admissão o auferir vencimento mensal, o Sindicato apenas exigia a qualidade de servidor civil do Estado. Curiosamente, um dos artigos do Estatuto previa como motivo de exclusão o «trair conscientemente a classe em qualquer movimento reivindicador».

Primeiro a Associação de Classe, depois o sindicato, publicaram um órgão denominado **União**, de subtítulo «Órgão Defensor dos Empregados de Estado», cujo primeiro número viu a luz do dia no Primeiro de Maio do ano de 1921 e a cuja direcção e redacção estiveram ligados, entre outros, os nomes de Máximo de Barros, Mário Nogueira, Duarte Marques, João de Almeida, Teixeira Danton, Luz Soares, António Evaristo, Viriato Maia e Carlos Rates.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA INDUSTRIA DE HOTELARIA, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL E FEDERAÇÃO REGIONAL DA INDUSTRIA DE HOTELARIA E RESTAURANTES DO NORTE COMUNICADO SOBRE O AUMENTO DO PREÇO DO CAFÉ

A Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Restaurantes e Similares do Sul e Federação Regional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Restaurantes do Norte, relativamente ao recente aumento de preço do café decidido pelo Governo, e no sentido de esclarecer o público em geral e os trabalhadores que representam em particular, vêm comunicar o seguinte:

- 1.º — Não foi dado qualquer aval ou concordância às medidas recentemente assumidas pelo Governo e que agravam o preço do café;
- 2.º — A primeira e única vez que os órgãos representativos dos trabalhadores foram ouvidos sobre este assunto reporta-se ao dia 26 de Novembro de 1975, em que as duas Federações, numa reunião realizada na Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, admitiram o estabelecimento de um preço justo para o café NUNCA SUPERIOR a três escudos e cinquenta centavos, importância que também constituiria preço único;
- 3.º — Nessa reunião foi também proposto pelas Federações que as novas tabelas a existir pela Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços fossem distribuídas às entidades patronais através dos Sindicatos, de modo a possibilitar que este processo pudesse constituir mais um factor que obrigasse as entidades patronais a cumprir o C.C.T. em vigor já que grande parte delas não o fazia (e continua a não fazer);
- 4.º — Da referida reunião nunca foram remetidas às Federações as respectivas actas e nada mais nos foi comunicado sobre o assunto;
- 5.º — Assim, REPUDIAMOS VIVAMENTE a atitude tomada pelos órgãos governamentais que, demonstrando à evidência o desprezo que nutrem pelos interesses dos trabalhadores, não se preocuparam sequer em aquilatar as desastrosas consequências que certamente virão resultar da sua decisão, principalmente no que se refere a postos de trabalho e à desregularização do sistema de trabalho nas secções de balcão, fornecendo ao patronato mais uma boa possibilidade de criar atritos e divisões entre os trabalhadores, que, logicamente, apenas aqueles aproveitam.

NÃO ÀS ARBITRARIEDADES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS.

NÃO À DIVISÃO DOS TRABALHADORES

Lisboa, 22/3/76

Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria, Restaurantes e Similares do Sul e Federação Regional da Indústria de Hotelaria e Restaurantes do Norte

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA COMUNICADO

MINISTÉRIO DO TRABALHO NÃO RESOLVE PROBLEMAS DOS TRABALHADORES DA SANIMAR, MAS CONTESTA PRESENÇA DE SINDICATOS!...

No dia 22 de Março, os trabalhadores da SANIMAR, acompanhados pelos seus representantes sindicais, dirigiram-se ao Ministério do Trabalho a fim de comparecerem numa reunião convocada pelo DR. GAMA VIEIRA.

Quando se preparavam para obedecer ao dispositivo burocrático de identificação, foi-lhes informado pela recepcionista, que não estava autorizada a entrada dos dirigentes sindicais.

Como todos nós já sabemos, (e mais uma vez se comprovou) ao nosso Ministro do Trabalho, Capitão Tomaz Rosa, na pessoa do seu lacaio DR. GAMA VIEIRA não agrada a presença de representantes sindicais no Ministério que deveria ser dos trabalhadores. Prefere, isso sim, e autoriza, a presença dos patrões que a todas as horas do dia andam de cá para lá sem que ninguém lhes peça satisfações, prefere também convocar número reduzido de trabalhadores para assim os manobrar à vontade... e quando o não consegue, nega-lhes a representatividade, caso acontecido com a Comissão de Trabalhadores Eleita democraticamente na SANIMAR, e que o SR. DR. GAMA VIEIRA se recusou a reconhecer.

E assim que se cumpre a tão apregoada democracia do MINISTÉRIO DO TRABALHO.

LISBOA, 23 de Março de 1976

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

SINDICATO DAS MADEIRAS DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DOS LANIFÍCIOS DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DAS GARIGENS DO DISTRITO DE LISBOA

SINDICATO DOS COBRADORES DO DISTRITO DE LISBOA

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Em cumprimento do estipulado no n.º 1 do Artigo 13.º dos Estatutos convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 25 de Março de 1976, pelas 21 horas, na VOZ DO OPERÁRIO, com o seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único: (Alínea b) do Artigo 12.º

«Analisar, discutir e votar o relatório e as contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscalizador.»

Nota: A apresentação do cartão de sócio ou documento que o substitua é imprescindível para a entrada nas instalações.

Lisboa, 10 de Março de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
José Luís Pacheco Gaspar

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa

Assembleia Geral Ordinária CONVOCATÓRIA

Em cumprimento do artigo 32.º dos Estatutos do Sindicato e para efeitos consignados nas alíneas b) e c) do artigo 31.º, convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares Afins do Distrito de Lisboa para reunir em sessão Ordinária no próximo dia 28 de Março pelas 09.00 h. na sala da Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, Rua Silva Carvalho n.º 225, em Lisboa, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação do relatório e contas da Direcção e do parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciação e deliberação sobre o Orçamento Geral proposto pela Direcção.

NOTA:

O ingresso no local da Assembleia e a permanência nesta é condicionado, nos termos Estatutários, aos trabalhadores sócios do Sindicato pelo que só mediante a apresentação de documento comprovativo da qualidade de sócio do Sindicato ele será facultado.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Arão das Neves Ribeiro

Spb ameaça de ocupação

Hospital de Santo António analisa ensino médico

PORTO, 24 — Nova conferência de imprensa foi dada ontem sobre a questão, que temos noticiado da distribuição de alunos do 4.º ano médico pelos hospitais do Porto, particularmente o de Santo António a fim de completarem o seu estudo com o mínimo indissociável de conhecimentos práticos. Desta vez os jornalistas convocados pelos órgãos de gestão do Hospital Geral de Santo António onde o problema da chamada «ocupação» foi mais uma vez abordado e discutido.

A posição defendida por um dos responsáveis, dr. Paulo Mendo, em exposição inicial complementar do comunicado distribuído, caracterizou-se pelo traçar das linhas fundamentais do complexo (e deteriorado) problema do ensino e do exercício da medicina neste País, à luz do qual analisou então o diferendo entre aquele hospital e os estudantes. Assim, os órgãos de gestão do Hospital de Santo António não contrariam o ponto de vista dos alunos quanto à necessidade de um ensino baseado no contacto com o doente e vivência hospitalar. Simplesmente, entendem que o problema tem outra profundidade e carece de soluções mais amplas e mais radicais. Mais ainda: defendem

que a integração pretendida pelos alunos é também o objectivo defendido pelo Hospital de Santo António, estando obras em curso e programas elaborados para esse efeito na sequência do determinado por decreto em Novembro último.

Sublinham, no entanto, os órgãos de gestão daquele hospital: «A nossa posição em recusar participar numa farsa de ensino não devidamente preparado e sem instalações não é uma atitude pirrónica. O Hospital de Santo António faz isto porque tem consciência de que o processo está errado de base e porque julga ainda que esta atitude fará o país interrogar-se sobre a gravidade dos problemas no capítulo da saúde e do ensino da medicina, enfim em toda esta farsa mal remendada que é a saúde em Portugal». Lembaram depois o carácter urgente da definição clara das carreiras médicas, focando a propósito a «medicina das Caixas», os duplos empregos, as clínicas privadas e as carências hospitalares da periferia.

Por outro lado afirmaram quanto aos cursos médicos propriamente ditos: «Temos que ter a coragem de dizer que temos alunos a mais. Que as instituições sanitárias de que o País dispõe não precisam

nem podem absorver o número de licenciados que as nossas Faculdades de Medicina se preparam para fornecer ao País (...). É para nós evidente que este problema só terá vias de solução na retirada imediata de um contingente substancial de alunos dos cursos de medicina através do seu desvio para cursos paramédicos (dentários, ópticos, laboratoriais, fisioterapêuticos, de psicologia, etc.) e na saída programada quantitativa e qualitativamente dos recém-formados pelas escolas médicas de acordo com a capacidade e necessidade das instituições sanitárias do País, por muito impopulares que estas medidas sejam».

Embora, pelo menos formalmente, tais posições não possam ser acusadas de falta de objectividade e de intenção progressista, parecendo até, curiosamente, mais radicais do que algumas das soluções dos próprios estudantes, a verdade é que, segundo estes, e de facto, continua por resolver a questão das escassas dezenas de alunos que naquele hospital e noutros pretendem uma vivência prática uma vez chegados a uma altura do curso em que este tipo de aprendizagem se torna essencial.

Nacional

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

PROFESSORES DE MÚSICA CONVOCATÓRIA

Convocam-se os professores de música de todos os graus e ramos de ensino da Zona da Grande Lisboa, para um Plenário a realizar no dia 24 de Março, pelas 21 horas, na Escola Preparatória Eugénio dos Santos.

ORDEM DE TRABALHOS

- Continuação da reunião anterior;
- Eleição dos representantes dos professores de música que irão fazer parte da Comissão Geral de Música a nomear pelo MEIC.

NOTA: Pede-se a todos os professores que compareçam nesta reunião em virtude da importância e responsabilidade de que se reveste esta eleição.

A COMISSÃO DIRECTIVA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL ALARGAMENTO DE AMBITO AO C.C.T. VERTICAL DE INDUSTRIA HOTELEIRA

AOS TRABALHADORES DAS CANTINAS, REFEITÓRIOS E SIMILARES

Vem a Direcção do Sindicato comunicar a todos os trabalhadores das cantinas, refeitórios e similares que estavam abrangidos pela Portaria de 8 de Novembro de 1974, que foi publicado no Boletim n.º 2 do Ministério do Trabalho, de 30 de Janeiro de 1976, o ALARGAMENTO DE AMBITO AO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL para a Indústria Hoteleira.

Assim, todas as informações poderão ser obtidas no Sindicato, (Secção de Informações) todos os dias, durante as horas de expediente normal.

Lisboa, 23/3/76

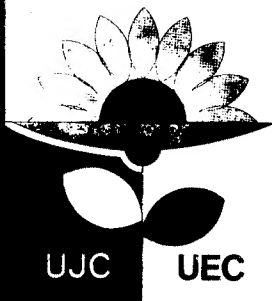
A Direcção

a) — Manuel C. Gomes

**FESTIVAL
da
PRIMAVERA**

28 de Março

O QUE É?



UJC UEC

Festival da Primavera propõe "Alegria na Luta"

iniciativa a que já aderiram cerca de trinta cooperativas alentejanas. Em Portimão, inclui-se no programa um comício, às 17 horas, com o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Em Lisboa, o festival começará com o transporte da estafeta simbólica do Largo de Santos para o Estádio 1.º de Maio, seguindo-se uma manhã desportiva e tarde de convívio, da qual se destacam o início do Grande Festival Amador de Cantos Livre da Zona Centro, danças e cantares pelo conjunto da Ucrânia e actuação dos conjuntos cubanos de Carlos Puebla e Elisabete Graça.

Em todas as cidades em que o festival decorrerá, efectuar-se-ão manifestações desportivas e sessões de convívio.

«AOS JOVENS TRABALHADORES»

A propósito das comemorações do Dia da Juventude, algumas organizações de jovens emitiram um comunicado conjunto dirigido «Aos jovens trabalhadores». Depois de afirmar que «o 28 de Março foi comemorado em Portugal como data em que marca as tradições históricas da resistência da juventude ao fascismo», e situar a luta dos movimentos unitários juvenis na luta de resistência do Povo Português, declaram os signatários do texto:

«Apesar, no entanto, de todas as conquistas, milhares de jovens começam a trabalhar ainda em idade que são verdadeiros escândalos, muitos são ainda aqueles que não têm qualquer possibilidade de acesso ao ensino secundário ou superior, e muitos conti-

nuam, hoje como ontem, a ser alvo de discriminação por parte do patronato, tanto no que respeita a promoções e salários, quer ainda na aplicação dos contratos colectivos de trabalho. A formação profissional é praticamente inexistente e no campo da cultura pouco se fez ainda que possibilitasse a desintoxicação da cultura alienante do fascismo. Os jovens trabalhadores são hoje as principais vítimas do desemprego, existindo cerca de 100 000 que aguardam o seu primeiro emprego.

Os jovens trabalhadores que representam cerca de um milhão, são um peso muito importante mas, todavia, a sua sindicalização não corresponde a este importante peso na produção. Assim está a Intersindical Nacional, através do Departamento da Juventude, interessada em dinamizar cada vez mais a actividade da juventude, através das suas comissões nos sindicatos e locais de trabalho, para que daí saia um grande reforço da organização sindical.

Numa altura em que se assiste cada vez mais ao avanço galopante das forças de direita, numa tentativa desesperada de recuperação capitalista do processo iniciado em 25 de Abril, a juventude trabalhadora saberá, estamos certos, dar um grande contributo com a luta nas fábricas, nos campos e escolas nocturnas à luta mais geral do Povo Português pelo triunfo do socialismo, pelo fim da exploração do homem pelo homem, cumprindo assim as tradições históricas da juventude portuguesa. — Viva o 28 de Março — Dia da Juventude; — pelo direito ao trabalho, ao ensino e à cultura — unir a juventude — derrotar a reacção»

Entretanto esta manhã, conforme estava previsto, decorreu no Hospital de S. João uma reunião dos alunos do 4.º ano a fim de ser tomada posição final sobre a «ocupação» e as medidas a tomar nesse campo.

COMISSÃO DE MORADORES EM ECONOMIA

PORTO, 24 — Pela primeira vez uma comissão de moradores e operários (têxteis) participou numa assembleia universitária da Faculdade de Economia do Porto, manifestando assim o estreitamento entre aquela faculdade e os trabalhadores. Aconteceu ontem ao fim da tarde durante uma assembleia (que demagógica passou a geral) que tinha por objectivo analisar as medidas a tomar face ao atentado bombista que, na passada segunda-feira de madrugada destruiu grande parte da fachada principal daquela faculdade. O facto foi mesmo vincado numa moção em que se referia a prática escolar daquele estabelecimento que se traduz por «um ensino crítico e científico no sentido da compreensão e estudos dos mecanismos da exploração capitalista» e numa «progressiva abertura e apoio às organizações populares em geral e dos trabalhadores em particular».

Durante a assembleia foram lidas várias mensagens de repúdio e protesto pelo atentado, quer de outras escolas, quer de comissões de trabalhadores e moradores.

Os professores Ruy Luis Gomes e José Morgado, reitor e vice-reitor da Universidade também estiveram presentes, expressando o repúdio da reitoria e do Conselho Universitário.

O prof. Armando Castro, director da Faculdade anunciaria, por sua vez, que o director-geral do Ensino Superior dera disposições para que fossem ultrapassadas todas as barreiras burocráticas de forma que os estragos causados fossem o mais rapidamente possível reparados.

Por fim, depois de várias intervenções de estudantes, professores e trabalhadores, foi decidido formar um secretariado, constituído por elementos da Faculdade de Engenharia, da direcção da Associação de Estudantes e de Comissões de Moradores e Trabalhadores. Tal secretariado ficou incumbido de estudar e definir as formas de luta a adoptar face ao atentado bombista, reunindo-se já amanhã ao fim da tarde.

Vasco Calixto homenageado na Tábua Rasa

Realiza-se hoje à noite, no cenáculo artístico e literário «Tábua Rasa», uma homenagem a Vasco Calixto, figura prestigiada nos meios automobilísticos que desde há muito consagra a sua actividade ao estudo de problemas relacionados com a indústria automóvel entre nós.

A homenagem hoje presta-a a Vasco Calixto tem, porém, um motivo que não se relaciona com a sua actividade normal, já que se destina a homenageá-lo pela publicação de um livro sobre uma viagem que realizou aos E.U.A.



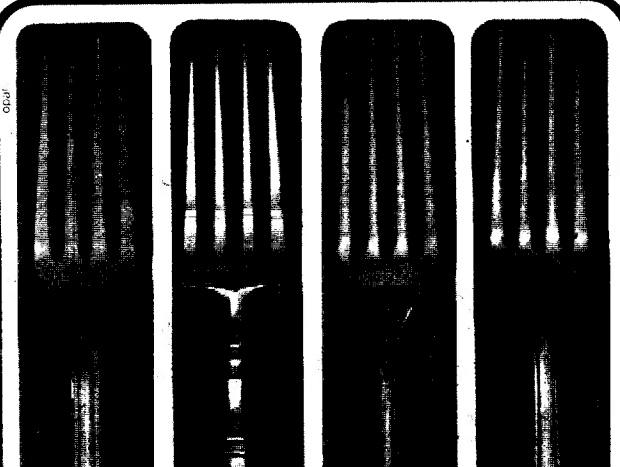
**CARTAZES
EXECUÇÃO RÁPIDA
A PRETO
OU A CORES**

Consulte os serviços comerciais da
**RENASCENÇA
GRÁFICA**

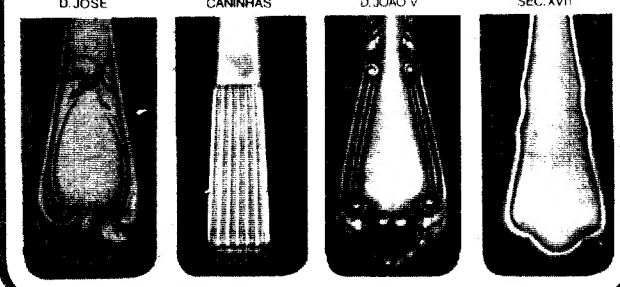
R. LUZ SORIANO, 44

Telef. 321154/5
320271/2/3
320229

Nacional



**TALHERES DE PRATA
TOPAZIO**
duplamente trabalhados



Por "incitamento à violência"

Comissão Nacional das Eleições participou do "Nova Vida" ao M.P.

Reunida ontem em mais uma sessão ordinária, a Comissão Nacional das Eleições resolveu participar ao Ministério Público de um jornal de Setúbal, o «Nova Vida», por considerar que em artigo recente ali foram cometidas «graves infracções penais, com incitamento à violência».

É como segue o comunicado da Comissão:

«1. Em 23 de Março corrente teve lugar a 13.ª sessão ordinária da CNE, na qual foram apreciadas diversas matérias das suas atribuições, designadamente relativas à votação dos cidadãos portugueses residentes fora do território eleitoral.

2. Iniciou-se a reunião com a presença do secretário de Estado da Emigração, o qual no seguimento de um convite da Comissão Nacional das Eleições, efectuou um pormenorizado relato com vista a esclarecer a Comissão sobre a forma como decorreram as operações do processo de recen-

seamento eleitoral dos portugueses residentes no estrangeiro, no tocante aos actos praticados pelos departamentos competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. Tomou a CNE conhecimento de um artigo publicado no trisemanário «Nova Vida», de Setúbal, e, entendendo que nele foram cometidas graves infracções penais, com incitamento à violência, deliberou participar os factos ao Ministério Público para procedimento criminal.

A Comissão Nacional das Eleições declara o seu firme propósito de mandar perseguir criminalmente os autores de todos os actos que constituam infracção penal, qualquer que seja a pessoa que as pratique. E chama novamente a atenção para a necessidade do cumprimento do dever cívico que a todos incumbe de respeitar a Lei e a liberdade das pessoas e dos partidos políticos.

4. Apreciando a situação de um candidato a deputado que,

por ter tomado parte, uniformizado, num comício de propaganda política, foi punido com vinte dias de prisão disciplinar, a CNE entendeu que a tais actos não se aplica a imunidade do Artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 93/C/76. Com efeito, a disposição citada só contempla a prisão preventiva, excluindo as punições disciplinares, e o candidato tinha meio de evitar tal situação se tivesse, como era seu direito, requerido a dispensa do exercício da sua função, como permitia o Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93-A/76.

5. Examinada a participação de um partido político sobre a situação de um candidato seu às eleições à Assembleia

da República, ao qual a entidade patronal negou o direito que lhe confere o Artigo 8.º 1.º do Decreto-Lei n.º 93-A/76, de 29 de Janeiro de ser dispensado do exercício das suas funções desde a apresentação da candidatura e, de manter todas as regalias como se estivesse ao serviço efectivo, foi deliberado telegrafar à entidade patronal, informando-a do direito aplicável, e mandar instaurar procedimento criminal, no caso de não ser respeitado esse direito.

6. A Comissão Nacional das Eleições, finalmente informa, uma vez mais, que os seus serviços funcionam na Rua Augusta, n.º 27, 1.º, direito, Lisboa (Telefones: 360489 e 360490).»

Propaganda partidária em viatura militar

Aproveitando um giro de serviço, os referidos civis haviam carregado abusivamente, material de propaganda partidária que pretendiam difundir futuramente.

Dada a gravidade do acto, estão a recorrer as necessárias averiguações para apuramento de responsabilidades e aplicação de sanções.»

Num comunicado enviado aos órgãos da Informação o Estado-Maior do Exército deu a conhecer publicamente o seguinte facto:

«Na manhã do passado dia 18, foi apreendida pelas autoridades uma viatura militar com dois civis, ambos pertencentes a um estabelecimento fabril do Exército.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES FLUVIAIS

TELEFONE 32 64 51

CONVOCAÇÃO

Em cumprimento do estipulado no Artigo 32.º dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, a reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 31 de Março, quarta-feira, pelas 18 horas, nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, na Rua do Alecrim, 46-1.º, Lisboa, com a seguinte

ORDEN DE TRABALHOS:

1. — Analisar, discutir e votar o relatório e as contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscal.
2. — Matrículas não processadas.
3. — Não cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho.
4. — Informações.

Lisboa, 22 de Março de 1976.

O VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Armando Gaboleiro Fabrício das Dores



grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafetaria.

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TEM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23 LISBOA



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a cond. publicação destes editos no «Diário do Governo», projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa-SARL, a que se refere o processo 8/56953, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alfena, concelho de Valongo, de uma linha aérea 15 kV, com 384 metros, do apoio n.º 48 da linha para o posto de transformação de Alfena, da Câmara Municipal de Valongo, ao Posto de Transformação de Alfena — Barreiro, pertencente à Câmara Municipal de Valongo, no lugar de Barreiro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repatrição de Licenciamento, em 11 de Março de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Santa Comba Dão em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/56485, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Vale do Pinheiro, freguesia de S. João de Areias, concelho de Santa Comba Dão, de uma linha aérea 15 kV, com 1509 metros, do apoio n.º 39 da linha para o Posto de Transformação de Canela, ao Posto de Transformação de S. João de Areias — Vale do Pinheiro, pertencente à Câmara Municipal de Santa Comba Dão.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repatrição de Licenciamento, em 5 de Março de 1976

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

PUB

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE FARMACÊUTICOS

(Sociedade Farmacêutica Lusitana)

Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18—Lisboa-1

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

(SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA)

CONVOCATÓRIA

Convoca-se a Assembleia Geral Ordinária (Secção Regional de Lisboa) para o dia 30 do corrente, às 21 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

DISCUTIR E VOTAR O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1975.

Não havendo número suficiente de sócios à hora marcada a Assembleia funcionará 1 hora depois com qualquer número.

O Relatório e as Contas estão à disposição dos sócios na sede da Associação.

Lisboa, 19 de Março de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA DE LISBOA

OFICINA DE AUTOMÓVEIS

SERVIÇOS RÁPIDOS

MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS DE MARCAS POPULARES

MEENDES DE ALMEIDA, S. A. R. L.

AV. 24 DE JULHO, 52
LISBOA

TEL. 66 77 94 / 8

Geral

Delegação do P.C.P. no Maputo

Nova abertura de Moçambique

MAPUTO, 24 — (Especial para o «D. L.» — Terminaram com pleno êxito as conversações entre uma delegação do P. C. P. chefiada por Alvaro Cunhal, e outra da Frelimo, dirigida por Samora Machel, que decorreram em Maputo, nos dias 22 e 23 deste mês. A delegação do P.C.P. deixou ontem a capital moçambicana, rumo a Tete, de onde se deslocou para uma breve visita a Cabora Bassa, seguindo posteriormente para Lusaca, a caminho de Luanda.

Destaca-se que o acolhimento dispensado a esta missão do P. C. P. foi um dos mais entusiásticos e calorosos já dados a uma delegação estrangeira, sendo particularmente significativo o facto do presidente Samora Machel ter presidido pessoalmente às conversações e de todas as deslocações dos visitantes terem sido acompanhadas por altos membros do partido e das F. P. L. M.. Na realidade, raramente Samora Machel se ocupa em pessoa dos contactos com missões estrangeiras partidárias, como também não é vulgar que altos membros do Partido, como Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frelimo, Armando Guebuza, comissário político nacional, e Sebastião Mabote, chefe do Estado-Maior General das F. P. L. M., acompanhem estrangeiros em visitas.

Todos estes aspectos excepcionais da visita encontram no entanto, eco no comunicado conjunto final, do qual se pode depreender uma nova abertura da República Popular de Moçambique face a Portugal. É particularmente significativo a afirmação, vertida para aquele comunicado, de que é «do interesse dos dois povos a consolidação e o desenvolvimento das relações de cooperação entre a R. P. M. e Portugal» e de que «existe uma identidade de interesses entre o povo de Moçambique e o povo de Portugal». Estas duas afirmações ressaltam do exame das «grandes linhas de desenvolvimento das relações entre os dois povos», efectuada pelas duas delegações.

TEXTO DO COMUNICADO

«Nos dias 22 e 23 de Março tiveram lugar conversações entre as delegações dos dois Partidos dirigidas respectivamente pelo presidente da Frelimo e pelo secretário-geral do P. C. P..

As conversações desenrolaram-se num clima de amizade e fraternidade militantes, de franqueza revolucionária.

A delegação do P. C. P. expôs a actual situação política em Portugal que se caracteriza, por um lado, pelas tentativas das forças reacçãoárias de anular as transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril de 1974 (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário) e reconquistar o poder económico e político e por outro pela intensificação da luta popular pela consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

A delegação do P. C. P. exprimiu ainda o seu alto apreço pelo desenvolvimento do processo revolucionário moçambicano que constitui uma forma importante de apoio à luta das classes trabalhadoras portuguesas.

A delegação da Frelimo explicou as tarefas presentes do Partido e da classe trabalhadora moçambicana na fase do estabelecimento do poder da aliança operário-camponesa e da edificação da democracia popular.

O combate actual caracteriza-se pela ofensiva da classe trabalhadora para destruir o aparelho de Estado colonial-capitalista, construir o Poder popular, democrático e edificar a base económica, cultural e social de democracia popular.

A delegação da Frelimo salientou que a consolidação e ampliação das conquistas revolucionárias das massas exigia uma intensificação da luta de classes, uma acção resoluta contra a burguesia colonial e nacional aliadas internas do imperialismo, inimigo permanente.

A delegação da Frelimo exprimió a sua grande apreção pela luta do P. C. P. pela consolidação e desenvolvimento das conquistas democráticas das massas portuguesas, luta essa que constitui uma contribuição importante para a luta do povo moçambicano.

As duas delegações estudaram a situação internacional. Ambas as partes constataram que a situação internacional é caracterizada por uma larga ofensiva popular em favor da independência nacional, da liberdade, da Revolução.

A vitória da guerra popular de libertação dos povos de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, a conquista da independência das antigas colónias portuguesas sob a direcção da Frelimo do M. P. L. A., do P.A.I.G.C. e do M. L. S. T. P. modificou a favor da revolução a correlação de forças em África.

A derrota sofrida em Angola pelos agressores racistas sul-africanos e pelos mercenários, reforça duma maneira decisiva a corrente favorável à independência nacional em África.

Ambas as partes exprimiram o seu apoio total à República Popular de Angola e exigiram a retirada imediata e incondicional da totalidade das tropas invasoras sul-africanas.

As duas delegações exprimiram o seu apoio resolutivo à luta justa do povo da Namíbia que sob a direcção da SWAPO combate pela independência nacional, e integridade territorial.

As duas partes condenaram firmemente o regime do apartheid, regime degradante herdeiro do sistema nazi e exprimiram a sua solidariedade para com o povo sul-africano de todas as raças que sob a direcção do Congresso Nacional Africano (ANC) se bate para edificar uma nova sociedade.

As delegações da Frelimo e do P. C. P. condenaram energeticamente o regime criminoso, racista, minoritário e ilegal da Rodésia do Sul e afirmaram o seu apoio total ao povo de Zimbábue e aos seus combatentes que de armas na mão lutam para derrubar o regime opressor.

A delegação do P. C. P. solidarizou-se com as medidas justas tomadas pela República Popular de Moçambique para isolar o regime criminoso da Rodésia do Sul e para punir

as provocações e agressões armadas do regime racista.

Ambas as partes denunciaram todas as manobras colonialistas e neocolonialistas em África e expressaram a sua solidariedade para com os povos em luta pela sua independência, integridade territorial e personalidade nacional.

Ambas as partes condenaram as manobras imperialistas para reforçar ainda mais a sua presença agressiva no oceano Índico e exprimiram o seu apoio total ao combate dos povos ribeirinhos do oceano Índico, pela desnuclearização da região e sua transformação em zona de paz.

As delegações da Frelimo e do P. C. P. reafirmaram a sua solidariedade total para com a justa luta do povo de Timor-Leste, que sob a direcção da Frelim combatem heroicamente pela defesa da independência da sua pátria contra os invasores estrangeiros.

Ambas as partes condenaram a agressão sionista contra os povos árabes, exigiram a retirada das tropas de Israel dos territórios árabes ocupados e afirmaram o seu apoio à justa luta do povo palestino pelos seus direitos nacionais.

Analisando as relações entre os dois Partidos, as delegações da Frelimo e do P. C. P. concordaram em reforçar e desenvolver as relações fraternais de amizade e solidariedade entre os dois Partidos, na base dos princípios do internacionalismo proletário. As delegações acordaram em medidas práticas nesse sentido.

As delegações foram unânimes em afirmar ser do interesse dos dois povos a consolidação e o desenvolvimento das relações de cooperação entre a República Popular de Moçambique e Portugal, na base da completa igualdade, independência, respeito mútuo dos interesses e não ingerência nas questões internas.

As duas delegações felicitaram-se pela visita da delegação do P. C. P. dirigida pelo seu secretário-geral, visita que constitui um sucesso total, e reforça as relações fraternais entre os dois Partidos e povos.

O secretário-geral do P. C. P. e a sua delegação exprimiram a sua satisfação pela hospitalidade e ambiente caloroso de amizade e fraternidade militante com que foram acolhidos na República Popular de Moçambique.»



Vitor Crespo e Leonel d'Alva quando se procedia à assinatura dos acordos.

Acordo com S. Tomé

Roceiros que dominam o arquipélago não serão indemnizados

O ministro dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé e Príncipe, dr. Leonel Mário D'Alva, declarou ontem, numa conferência de imprensa, que após a resolução, nas negociações agora terminadas, dos problemas que opunham os Governos de Portugal e de S. Tomé, existem «bases novas para a cooperação e interajuda entre os dois países», revela a ANOP.

O ministro de S. Tomé e Príncipe esclareceu que os pontos de divergência mais difíceis, respectivamente a transferência do Banco Nacional Ultramarino, as nacionalizações das roças e o problema dos funcionários que serviram na administração colonial, foram ultrapassados pelo clima

de abertura e franqueza em que decorreram as negociações. Sustentou que S. Tomé e Príncipe não podia indemnizar os 28 roceiros que dominavam a economia do país e que impunham um sistema de monocultura do cacau em detrimento das culturas alimentares.

O dr. Leonel Mário D'Alva, interrogado acerca da política externa do seu país, afirmou que ela se caracteriza pelo não-alinhamento, mantendo relações estreitas com os países africanos vizinhos e devido aos «laços históricos que nos unem, temos relações privilegiadas com as ex-colónias portuguesas».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO SECTOR DE REFRIGERANTES, AGUAS E SUMOS DE FRUTA

Convocam-se todos os Trabalhadores de Escritório do Sector de Refrigerantes, Águas e Sumos de Fruta para um Plenário do sector a realizar no dia 26-3-76, às 21 horas, na Rua do Alecrim com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações sobre o C. C. T.
2. Revisão do C. C. T. (contrato colectivo de trabalho)

COMPARECE, A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL

Lisboa, 18 de Março de 1976.

A DIRECÇÃO

Ex-colónias ressuscitam frente ampla anti-imperialista

BISSAU, 24 — (Pelo correspondente da ANOP) — Pela primeira vez desde a independência das ex-colónias portuguesas, vão-se reunir os movimentos de libertação actualmente no poder naqueles países, os quais durante a guerra colonial constituíram a chamada «Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas» (CONCP).

A reunião do P. A. I. G. C., M. P. L. A., Frelimo e M. L. S. T. P. está prevista para o próximo mês de Abril em Luanda, tendo sido agora revelada, no final da visita do presidente Agostinho Neto a Cabo Verde.

O próprio Agostinho Neto já tinha declarado durante a sua recente visita a Bissau que era necessário «transformar a CONCP, de modo a adaptar, à situação actual os objectivos que lhe foram traçados em 1960, antes da libertação».

blicada pelo jornal «Nô Pintcha» desta cidade, o comandante Jacob Caetano, o «bureau» político do M.P.L.A., afirma que a CONCP «tem de ser a vanguarda de uma frente ampla dos países progressistas africanos».

Segundo aquele dirigente angolano, essa frente alargará as suas relações a todos os países progressistas do Mundo.

«Daí que — acrescenta — a União Soviética e Cuba tenham um grande papel a desempenhar na defesa da revolução em África».



PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SANTARÉM TRAMAGAL ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o artigo 31.º alínea b) dos estatutos deste Organismo, convoco a Assembleia Geral para o dia 26 de Março, às 21 horas, na sede do Sindicato em Tramagal.

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS.

Tramagal, 10/3/76.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Fernando de Oliveira Amante

Trabalho

PUB

Caixa Sindical de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos

CONVOCATÓRIA

Os Sindicatos signatários convocam todos os trabalhadores beneficiários da Caixa Sindical de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos para uma reunião geral a realizar dia 27 de Março de 1976, no salão da Voz do Operário, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Prosseguimento das reuniões gerais efectuadas em 17 de Fevereiro e 5 de Março de 1976, na Voz do Operário.

- Sindicato dos Electricistas do Sul
- Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares do Distrito de Lisboa
- Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho
- Sindicato Nacional dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão
- Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Cartonagem e Afins — Zona Sul
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Madeiras do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares
- Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa
- Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

PUB

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ORÇAMENTO/1976

Ao abrigo do Art.º 31.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral a reunir-se em sessão ordinária no dia 26 de Março (Sexta-feira), às 20.30 horas, na Voz do Operário (Rua Voz do Operário, n.º 13), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Único: Apreciação, discussão e aprovação do Orçamento do Sindicato proposto pela Direcção para 1976.

Lisboa, 16 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Antero da Silva Gabão

Trabalhadores dos detergentes querem a reestruturação do sector

No passado dia 18, as Comissões de Trabalhadores da «Leven», «Sonadel» e «Sociedade Alegria», empresas que se dedicam ao fabrico e expansão de detergentes e afins, enviaram aos Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Comércio Externo, uma exposição sobre a reestruturação do sector, considerada mais do que indispensável, sob pena de se criarem situações altamente comprometedoras para os cerca de três mil trabalhadores que nele asseguram o pão, além das vantagens que tal reestruturação traria ao consumidor.

Melhor recebida no Ministério da Indústria e Tecnologia, e com alguma reserva no Ministério do Comércio Externo, essa exposição, entre outras coisas, diz o seguinte:

«A produção e comercialização de detergentes e produtos de higiene e limpeza, cujo nível de facturação ultrapassou o milhão de contos em 1975, pode ser caracterizado como uma actividade económica, ligada ao abastecimento público de produtos de grande consumo, onde têm sido utilizadas as técnicas mais sofisticadas de comercialização como for-

ma de criar condições, para a venda, não de produtos que satisfaçam fundamentalmente as necessidades objectivas dos consumidores, mas sim, de produtos concebidos para dar o maior lucro possível às Empresas que os produzem e comercializam.

«A prática comercial desta actividade tem sido, pois, caracterizada pelo recurso às técnicas normalmente utilizadas nas sociedades de economia de mercado, que consistem basicamente em lançar múltiplos produtos iguais, ou pelo menos muito equivalentes nos seus efeitos, apresentando-os como sendo diferentes sempre com mais «vantagens» uns sobre os outros. A criação dessa diferenciação é feita então pela proliferação de marcas, pela multiplicidade de formatos de embalagens, pelo seu aspecto gráfico, pela utilização de perfume de notas diferentes, pela utilização de várias cores de produtos, etc. Actua-se também, complementarmente, ao nível das motivações subconscientes dos consumidores através de certo tipo de publicidade, de promoções, etc.

«Tal situação custa por ano

aos consumidores muitas dezenas de milhares de contos que são desperdiçados em publicidade, promoções, em stocks dos mais variados produtos e formatos, de caixas de cartão, pacotes, embalagens cilíndricas, de plástico, de frascos, tambores e sacos das mais diversas dimensões, de corantes, de perfumes, de custos de «stockagem» de largas dezenas de embalagens diferentes, de produtos fabricados, de distribuição física, de facturação, de processamentos administrativos, etc.

«A concorrência imposta por tal sistema originou, muitas vezes a duplicação de investimentos industriais, ficando estes depois com uma taxa de utilização extremamente baixa em cada Empresa.»

ESTABILIZAR OS PREÇOS

O projecto elaborado pelos trabalhadores compreende um programa que evidencia a cla-

ra vontade de acabar com o estado de coisas sugeridas no apontamento anterior.

Deste modo, e segundo a referida exposição, a reestruturação do sector visa garantir a viabilidade económica das empresas, criar novos postos de trabalho, estabilizar os preços de venda ao público, produzir e comercializar produtos adequados às reais necessidades dos consumidores, colaborar com o Governo na racionalização da distribuição dos produtos de grande consumo, fixar as margens de comercialização nos canais de distribuição em termos mais equitativos, planificar toda a produção, visando otimizar os meios de produção, etc.

Ainda segundo o texto da exposição, «a realização de tal projecto terá necessariamente, que ser articulada com uma política de preços, de investimento, de emprego e deverá ser enquadrada num projecto mais global de reconstrução da economia nacional.»

Relações colectivas de trabalho regulamentadas por lei

Em suplemento ao Diário do Governo (1.ª Série) de 28 de Fevereiro, foi publicado o decreto-lei do Ministério do Trabalho que regula as relações colectivas de trabalho. Num dos considerando preambulares, afirma-se a necessidade de «harmonizar uma atitude geral não intervencionista do Estado com a existência e a problemática própria de importantes sectores e empresas públicas ou nacionalizadas».

No seu artigo 1.º, o diploma define o seu âmbito de aplicação, nele integrando as empresas públicas, com excepções relativas às «empresas públicas e nacionalizadas do sector estatizado da comunicação social», às instituições de Previdência e ao regime jurídico dos trabalhadores do Estado, autarquias locais e outros.

Estabelece o art.º 2.º que a regulamentação das relações colectivas de trabalho é feita por convenção colectiva, por decisão arbitral ou por via administrativa. Mais adiante (art.º 7.º), determina-se que, «sob

pena de nulidade, as convenções colectivas serão celebradas por escrito e assinadas pelos representantes das associações sindicais e, conforme os casos, pelos representantes das associações patronais ou das entidades patronais interessadas».

Depois de algumas normas de carácter processual, o decreto-lei passa a estipular (art.º 13.º) as formas de «conciliação» de conflitos. «A conciliação pode ser promovida em qualquer altura: a) Por acordo das partes; b) Por uma das partes no caso de falta de resposta à proposta de celebração ou de revisão, ou, fora desse caso, mediante pré-aviso de oito dias por escrito à outra parte». Na falta de processo convencional, a tarefa será cometida aos serviços de conciliação do Ministério do Trabalho.

O decreto-lei refere os termos em que poderá ocorrer a mediação ou a arbitragem para, no art.º 20.º, determinar que o Ministério do Trabalho pode, por portaria, estender, no todo ou em parte, convenções colectivas de trabalho e decisões arbitrais a sectores económicos análogos. Seguidamente, «para os casos em que se mostre absolutamente impossível a celebração de uma convenção colectiva», estabelece-se que o Ministério poderá emitir portarias de regulamentação colectiva, ouvidos departamentos oficiais com competência na matéria. Serão criadas nesses casos comissões encarregadas de elaborar as portarias, com, «sempre que possível, representantes das partes».

Em princípio, conforme o decreto-lei, o prazo de vigência das convenções colectivas e decisões arbitrais não pode ser inferior a um ano, mas, em qualquer caso, elas manter-se-ão em vigor até à sua substituição. Esta norma aplica-se também às portarias, quer de regulamentação quer de extensão.

Encontro de jovens da indústria farmacêutica

Os problemas que afectam os jovens trabalhadores da indústria e comércio farmacêuticos vão ser objecto de um primeiro encontro de jovens do sector, a realizar no próximo dia 10 de Abril, no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

As principais questões a debater dizem respeito a salários, reclassificações, condições e trabalho, formação profissional, horas de estudo e serviço militar.

O encontro é promovido por um grupo de jovens, que organizaram um inquérito com vista a fazer o levantamento dos principais problemas existentes.



Aqui está instalado o Sindicato dos Médicos. Perdão, a Ordem dos Médicos (com funções sindicais). Mas não é para falar dessas mudanças que escrevemos estas linhas. Acontece que quem diariamente passava pela Avenida da Liberdade estava habituado a ver na janela da sede do Sindicato, um enorme cartaz com a frase «A reacção não passará». Bom, durante meses, o cartaz ali esteve. Era uma esperança e uma intenção. De repente, o cartaz foi retirado. Por que terão tirado o cartaz? «A reacção não passará» estava ali a mais? A reacção já terá passado? Ou a reacção já pode passar? Tranquilamente! A nova direcção do Sindicato, perdão, da Ordem não gostava dele? Mas, agora, perguntamos: Não terá de ser alterado o que se ainda está à janela? A palavra Sindicato terá de ser alterada para Ordem, Associação, Classe. Agora, já não é importante. F.M.

Mineiros

Conflito em vias de solução

A greve dos mineiros, que chegou a estar anunciada para segunda-feira, parece estar definitivamente afastada.

As negociações entre os Sindicatos Mineiros do Norte e do Sul e a entidade patronal, a Associação da Indústria Mineira, tiveram início, nesse mesmo dia, no Ministério do Trabalho e decorreram satisfatoriamente, tendo-se chegado a acordo sobre quase todas as cláusulas do contrato.

Falta agora negociar a tabela salarial, cuja discussão ficou adiada para sexta-feira.

Em comunicado, os Sindicatos mineiros anunciam a intenção de recorrer à baixa de produção, caso a entidade pa-

tronal não satisfaça as reivindicações salariais que consideram justas. O comunicado salienta, no entanto, que a tabela salarial, é objecto de tentativas de conciliação por parte do Ministério do Trabalho.

CURTO

NA PANASQUEIRA

O secretário de Estado do Trabalho, dr. Francisco Marcello Curto, encontra-se esta tarde nas minas da Panasqueira a convite dos delegados sindicais, que representam cerca de 1500 trabalhadores mineiros. Aquele membro do Governo vai inteirar-se, no local, dos principais problemas que afectam o sector.

Trabalho

na forja

Bancários interrogam
Vasco Lourenço

Dos trabalhadores bancários do B. N. U. de Guimarães para o «Diário de Lisboa» (telex que transcrevemos):

«Bancários do B. N. U.-Guimarães vêm manifestar a sua profunda surpresa face às declarações prestadas na Carregueira pelo brigadeiro Vasco Lourenço, conforme «Diário de Lisboa» de 18-3-76.

1 — Com que fundamento se afirma que um porteiro ganha 18 contos e o pessoal de limpeza 9 contos, quando e segundo o C. C. T., já com alterações posteriormente introduzidas, o vencimento desses mesmos trabalhadores é, no seu máximo, 7800\$00 e 5460\$00, respectivamente?

2 — A falsa imagem dos vencimentos dos bancários, agravada não só com a pergunta do sr. brigadeiro — «e as categorias superiores quanto ganham?» — como também pelo conteúdo das declarações alusivas ao prejuízo da Banca nacionalizada, onde se deduz que aos trabalhadores bancários é imputada responsabilidade, leva-nos a concluir que:

«Porque falsas tais declarações e alusões, as lamentamos se proferidas sem conhecimento prévio do C. C. T. em vigor e as repudiamos se proferidas intencionalmente por tão responsável personalidade, porque jamais darão à população uma verdadeira imagem do trabalhador bancário, como e sobretudo, nunca contribuirão para uma maior unidade de todos os trabalhadores tão indispensável ao processo revolucionário.»

Mensagens de idêntico teor têm afluído à nossa Redacção: cartas, telefonemas, moções. Dado o carácter controverso das declarações do brigadeiro Vasco Lourenço, que nos limitamos a transcrever fielmente, estamos em crer que será ao seu autor que os pedidos de esclarecimento deverão, de futuro, ser pedidos.

Lista B vence
no Sindicato Municipal

Segundo dados ainda não oficiais, a lista «B» ganhou as eleições para a constituição da «Organização Pró-Sindical dos Trabalhadores Municipais», que ontem se realizaram na Câmara Municipal de Lisboa, seguindo-se a lista «C» e por último a «A».

A lista vencedora, com a sigla «Por um Sindicato democrático ao serviço dos trabalhadores», é considerada como afecta ao Partido Socialista e M.R.P.P., enquanto a lista «C» («Acção Unitária, Democracia Sindical») é efectiva à Intersindical e a «A» («Unir os trabalhadores explorados num Sindicato democrático e apartidário») à U.D.P.

S.M.G.E. do Porto
em plenário

Depois de o ministro da Administração Interna ter reafirmado a posição do M.A.I. quanto ao diferendo salarial, durante uma audiência havida ontem com uma representação dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, está a decorrer um plenário para discussão das novas formas de luta a encetar.

Como temos noticiado, aqueles trabalhadores encontram-se em greve desde o dia 1 de Março, não para pedir aumento de salário mas para impedir que o actual seja reduzido.

No que respeita às duas outras pretensões dos trabalhadores separação da Câmara Municipal do Porto e igualização de salários, serão contempladas brevemente. A primeira por força da constituição de uma única empresa de distribuição de energia eléctrica para todo o País, e a outra porque será formada uma comissão partidária de membros dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e do S.M.G.E. e do M.A.I. para fazer um estudo da situação.

Técnicos agrícolas
no avanço da Reforma Agrária

Por iniciativa do grupo coordenador das Comissões de Gestão Transitória para os Perímetros Regados, do qual fazem parte os engenheiros Soares de Melo e Jacinto Carriço, prosseguem os cursos de contabilidade agrícola e gestão, agrupando técnicos agrícolas dos C.G.T. de Idanha, Roxo, Vale do Sado, Odemira, Agra, núcleo do Centro Regional da Reforma Agrária de Faro, Associação de Regantes de Silves e outros.

O próximo curso tem início no dia 29 na Estação Agronómica de Oeiras, sob a orientação dos engenheiros Amândio Galvão e Alfredo Sousa Viana, docentes do Centro de Estudos de Economia Agrária, do Instituto Gulbenkian de Ciência.

Hospital de Santa Maria

O M.A.S. "requisita" elementos
para uma Comissão de Gestão

Os enfermeiros, no prosseguimento da sua luta, manifestaram-se ontem à tarde pelas ruas de Lisboa, em direcção a S. Bento, «no intuito de apresentarem ao Primeiro-Ministro as suas razões».

Ao pedido de audiência, o Chefe do Governo alegou uma agenda sobrecarregada para não receber uma comissão representativa, «o que demonstra o nítido desinteresse do Governo pela saúde do povo», como foi afirmado pelos profissionais de enfermagem.

Das várias palavras de ordem, salientamos: «Abaixo a Miséria nos Hospitais», «Não ao Luxo das Clínicas Privadas», «A Nossa Luta é a Luta dos Trabalhadores», «Abaixo a Informação ao Serviço do Capital» ou «Os Enfermeiros Ausentes estão com os Doentes». Na manifestação encontravam-se representantes dos enfermeiros de outras localidades do País, como Porto, Funchal, etc.

Entretanto, avolumam-se todas as hipóteses de ser suspensa a greve de zelo e burocrática dos enfermeiros do Sul, seguindo o exemplo do Sindicato do Centro e do Norte. A assembleia geral do Sindicato

dos Enfermeiros do Sul, marcada para amanhã, deverá apreciar a proposta dos delegados sindicais, que aponta exactamente nesse sentido. Passamos a transcrever a proposta:

«Suspensão de formas isoladas de luta pelo mesmo período que o Sindicato do Norte suspendeu, exigindo simultaneamente o levantamento de quaisquer medidas repressivas sobre os enfermeiros e sobre os órgãos de gestão democrática. Que esta suspensão seja relativa à forma de greve, mas se mantenha a luta, em forma de denúncia de todas as deficiências do sector da saúde e da actuação do M. A. S. Reatar as negociações para satisfação do caderno reivindicativo pelo qual se entrou em greve.

«Estudo de outras formas de luta a adoptar, partindo dos locais de trabalho, remetendo-os a uma assembleia geral futura se, entretanto, não houver uma proposta favorável do M. A. S.

«Exigir a justificação de todas as faltas injustificadas e exigir que a luta do caderno reivindicativo não seja desincentivada na perspectiva para a for-



mação de um Serviço Nacional de Saúde.»

SANTA MARIA:
QUE DECISÃO?

Prossegue a greve de zelo e burocrática no hospital de Santa Maria. Recordamos que este processo de luta foi decidido por um plenário de trabalhadores, em resultado da Comissão de Gestão, democraticamente eleita, ter sido demitida pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

No plenário, ontem ali realizado, esta decisão manteve-se, tendo a Comissão de Trabalhadores sido encarregada de

contactar com os órgãos do Poder, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro, e membros do Governo ligados ao sector da Saúde, para tentar encontrar uma solução para o conflito. «Não se trata de uma teimosia. Não permitiremos é que nos sejam retiradas as conquistas alcançadas» — afirmou-nos um dos elementos da Comissão de Trabalhadores.

Os trabalhadores exigiram no plenário, o levantamento da suspensão da Comissão de Gestão até que eles próprios definam o método de gestão para aquele estabelecimento hospitalar.

A Comissão de Trabalhadores em cumprimento da determinação do plenário, tentou ainda ontem à tarde ser recebida por alguns desses órgãos governativos. Sem resultado. Novas tentativas serão ainda hoje efectuadas.

«O «Diário do Governo» de 23 de Março demitiu a Comissão de Gestão e nomeia uma outra Comissão. Para assegurar a gestão do hospital, são requisitados (é a expressão utilizada no despacho), o professor Cândido Nunes Silva, engenheiro Rui Manuel Gouveia Lopes dos Reis e professor doutor Tomás George Vilar. Sublinhamos no entanto, que segundo fontes de informação, todos estes elementos tinham recusado a nomeação, como divulgámos há dias.

mos oito dias».

Manifestando a sua esperança de que não seja necessário a terceira fase da luta, acrescentou Diamantino Elias: «O sector farmacêutico é um sector sensível e uma greve nacional poderia provocar o caos. A greve de dois dias que efectuámos anteontem e ontem, já causou problemas e soubemos de casos em que foi utilizado pessoal qualificado e mesmo menores para atenderem os clientes».

Ajudantes de Farmácia

"O problema poderá resolver-se"

Os ajudantes de farmácia voltaram hoje ao trabalho, depois de dois dias de paralisação, em cumprimento do plano de luta aprovado pela classe. Voltarão a entrar em greve, desta vez nacional, se o problema não estiver resolvido até ao dia 30 de Março. Nessa altura a greve será de três dias, aumentando progressivamente de oito em oito dias.

«Se verificarmos logo de

início que não vale a pena perder tempo com as negociações, prosseguiremos a nossa luta com a terceira fase, que é a greve nacional nos dias 1, 2 e 3 de Abril» — afirmou à Anop, o presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do distrito de Lisboa, Diamantino Elias. Referia-se, assim, à afirmação do ministro Tomás Rosa, de que o problema seria resolvido «nos próximos

Suspensos dos têxteis
exigem providências

«O Governo toma posições firmes em decretos discursos e notas oficiosas e não adopta firmeza no cumprimento das suas decisões» — afirmaram ontem, em conferência de Imprensa, representantes dos 86 trabalhadores saneados das firmas onde a ofensiva reaccionária no Norte montou o seu teste à Revolução no campo das relações laborais.

A delegação que ontem esteve em Lisboa, constituída por 45 elementos na sua maioria jovens trabalhadoras do sector têxtil, tentou esclarecer os órgãos de Informação do que efectivamente se passa no Norte, em matéria de «saneamentos». Simultaneamente, levaram ao Conselho da Revolução um documento em que dão conta da situação presente.

«Somos 86 trabalhadores», afirma-senodocumentoentregue ao C. R. Todos afastados do trabalho por termos consciência da classe a que pertencemos: pertencemos às classes menos favorecidas, para as quais e em nome das quais foi feita a Revolução do 25 de Abril. Somos 86 vítimas do avanço das forças da direita que uma vez vestem os fatos dos patrões e outras vezes vestem os fatos de ganga dos operários».

Os saneamentos no sector têxtil, no Norte, estão distribuídos da maneira que segue: Vaz Ferreira, 2 Rio Homem, 2; Mincausa, 4; Sebastião Manuel, 4; Silva e Dore, 1; Tóquio, 1; Júlio Costureiro, 1; Abílio da Costa Couto, 5; Têxtil Coronado, 37; Minorte, 2; Solobo, 2; Confexpor, 5; Esteves e Mesquita, 1; Casas Agrícola de Compostela de Manuel Gonçalves, 4; Têxtil Manuel Gonçalves, 17.

«Para tudo isto exigimos uma resposta. Nomeadamente, exigimos que o Governo marque o dia exacto em que os trabalhadores suspensos se devem apresentar ao trabalho nas suas empresas, bem como exigir que as entidades patronais se responsabilizem pela criação das normais condições de trabalho» — afirma-se quase a terminar no documento entregue pelos trabalhadores ao Conselho da Revolução.

«Como portugueses e trabalhadores» diz-se a terminar «que em 25 de Abril de 1974 consideramos ao apelo do programa do M. F. A. senti-mo-nos no direito de exigir ao Conselho da Revolução que tome medidas claras e firmes na defesa daqueles que hoje são o alvo das forças fascistas, já que o Governo se declara incapaz de o fazer».

Sindicato dos Trabalhadores
da Construção Civil e Ofícios
Correlativos do Distrito de Setúbal

CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários, convoco a Assembleia Geral Ordinária deste Sindicato para o dia 29 do corrente mês de Março, pelas 21 horas, no Clube Naval Setubalense, em SETÚBAL.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Apreciação e votação do orçamento para 1976.
- 2.º — Discussão e votação do relatório e contas da Direcção.

Para a necessária identificação pede-se aos associados que se façam acompanhar do seu cartão de sócio.

Setúbal, 18 de Março de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Domingos Baião Pires

Estrangeiro

BULGÁRIA DE HOJE (2)

MANUEL DE AZEVEDO

VINHO E A COCA-COLA

Ao fim de oito dias de viagem mais ou menos turística pela Bulgária, ninguém vai exigir que eu me tenha transformado num especialista de assuntos búlgaros. Ouvi pessoas, vi coisas e raciocinei um pouco sobre o que vi e ouvi. E deste contacto superficial com um país distante que saem estas notas provisórias, estas impressões momentâneas, cuja validade é relativa e que, quando muito, servirá de desafio a quem tenha o desejo compreensível de travar contacto mais íntimo e profundo com a Europa que se desenvolve a Leste, sob o signo de uma experiência socialista.

— Vocês não comem peixe? Esta pergunta justificava-se ao fim de duas dezenas de refeições em diversos locais, com diferente gente. E só uma vez comi peixe: filetes de esturção. As restantes eram à base de carne, principalmente de porco.

Claro que eu vira peixe seco nas montras e lembrara-me do mar Negro. Mas em breve me diriam que o mar Negro, devido à sua insuficiente oxigenação, praticamente não tinha peixe. Apenas uns peixitos de superfície, de fraca qualidade alimentar. E os rios, devido à industrialização, começavam a ficar mortos, vítimas da poluição, a qual só agora começa a ser combatida.

Também é certo que a Bulgária produz bom vinho, muito do qual para exportação. Mas nas mesas dos restaurantes, o que se vê é coca-cola e laranja, e saladas de pepino com queijo ralado, e iogurtes e água mineral, e coisas deste gosto, tão contra o nosso gosto das batatas cozidas com bacalhau e um copo de tinto.

Mas nem por isso se pode dizer que se coma mal. Pelo contrário. Vimos refeições substanciais servidas em cantinas de fábricas, a preços muito económicos. Em todo o caso também nessas cantinas vimos muitas garrafas de coca-cola. Gostos não se discutem e tal-

Em cinco anos, de 1970 a 1975, a produção agrícola na Bulgária sofreu um aumento de 37 por cento (principalmente trigo e beterraba), quando o plano estabelecia apenas um aumento de 18 por cento.

— Que ganharam os camponeses com isso?

— Nesses mesmos cinco anos o salário dos camponeses aumentou 41 por cento.

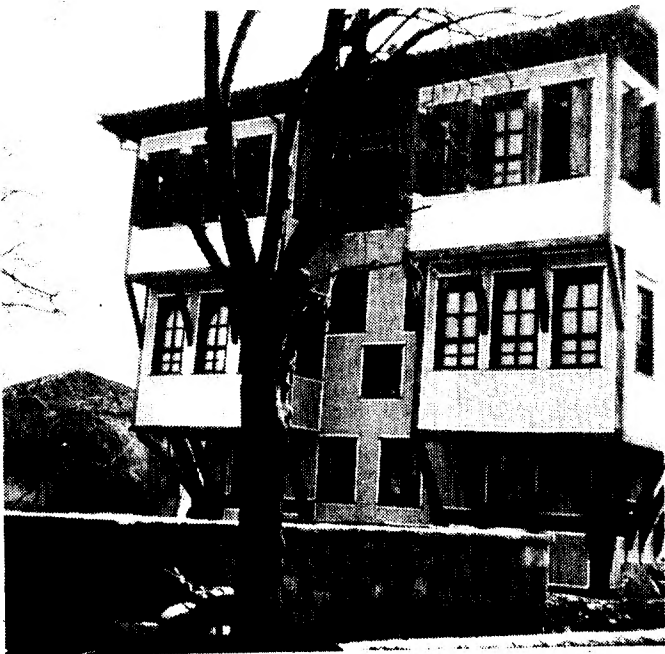
Há dez anos, 35 por cento da população activa trabalhava na indústria e 65 na agricultura. Hoje dá-se o inverso: 35 por cento na agricultura e 65 na indústria.

vez o preço também influa nos gostos. Sem dúvida.

Acrescentemos que a coca-cola é búlgara, não é americana. Como búlgaro era o vinho que sempre fomos bebendo por lá.

AS MULHERES OBRIGARAM A NOVO PLANO

Se na Bulgária nos pareceu não haver o hábito de beber vinho — as bebidas brancas,



A casa onde viveu o poeta francês Lamartine

incluindo a «vodka», são muito mais apreciadas — o vício do cigarro é corrente, tão corrente como entre nós.

— Somos o primeiro país da Europa exportador de tabaco — dizem-nos.

Esta realidade búlgara foi a certa altura contrariada por um fenómeno mundial: as mulheres começaram também a fumar desesperadamente e o consumo interno duplicou. Houve que rever os planos e aumentar a produção de tabaco e o fabrico de cigarros, quer para corresponder à procura do mercado interno, quer para manter os valores da exportação. E isto porque tem sido a exportação progressiva de produtos agrícolas que permitiu adquirir a técnica e a aparelhagem indispensáveis à transformação de um país agrícola atrasado num país industrialmente desenvolvido. No caso do tabaco, por exemplo, oitenta por cento da produção continua a ser exportada, sobretudo para os países de Leste.

Em trinta anos, com efeito, a produção agrícola triplicou, embora haja três vezes menos gente a trabalhar no sector primário.

A REFORMA AGRÁRIA

O presidente do complexo agro-industrial de Iambol, cidade de 80 mil habitantes a trinta quilómetros de Sliven, fala-nos do que foi a Reforma Agrária no seu país. É um nativo guerrilheiro da Frente da Pátria, que tomou parte no levantamento de 1944 contra a dominação nazi. Por cima da sua cabeça, pendente da parede, um retrato de George Dimitroff, o herói nacional cujo corpo embalsamado repousa, como se estivesse vivo, no mausoléu de Sófia.

A agricultura búlgara, nos últimos trinta anos, passou por várias etapas. A primeira compreendeu a formação das cooperativas e a liquidação da produção privada, o que durou de 1944 a 1958. A segunda etapa, que iria até 1970, caracteri-



Na aldeia de Moguiltsa os visitantes podem ver ainda o que foi o palácio de Agiche, um dos derradeiros senhores feudais da região de Rodope

zou-se pela cooperação das cooperativas de cada região, desenvolvimento, aumento e melhoria dos processos de cultivo. Por fim, numa terceira etapa iniciada em 1970, criaram-se os complexos agro-industriais que resultaram da união de cooperativas e herdades colectivas de uma determinada região. Esses complexos, cujas direcções são eleitas democraticamente, centralizaram as estações de máquinas agrícolas, procederam à formação de grandes herdades especializadas, depois da liquidação das pequenas herdades. Há grandes herdades especializadas na criação de porcos, vacas, cereais, etc.

— Mas como se processa a vida do camponês?

— Os camponeses continuam a estar organizados nas cooperativas, as quais participam directamente na gestão dos complexos através dos quais recebem os subsídios necessários. O camponês de cada herdade recebe um salário e tem o direito à reforma aos 55 anos, se for mulher, e aos 65 se for homem. É-lhe garanti-

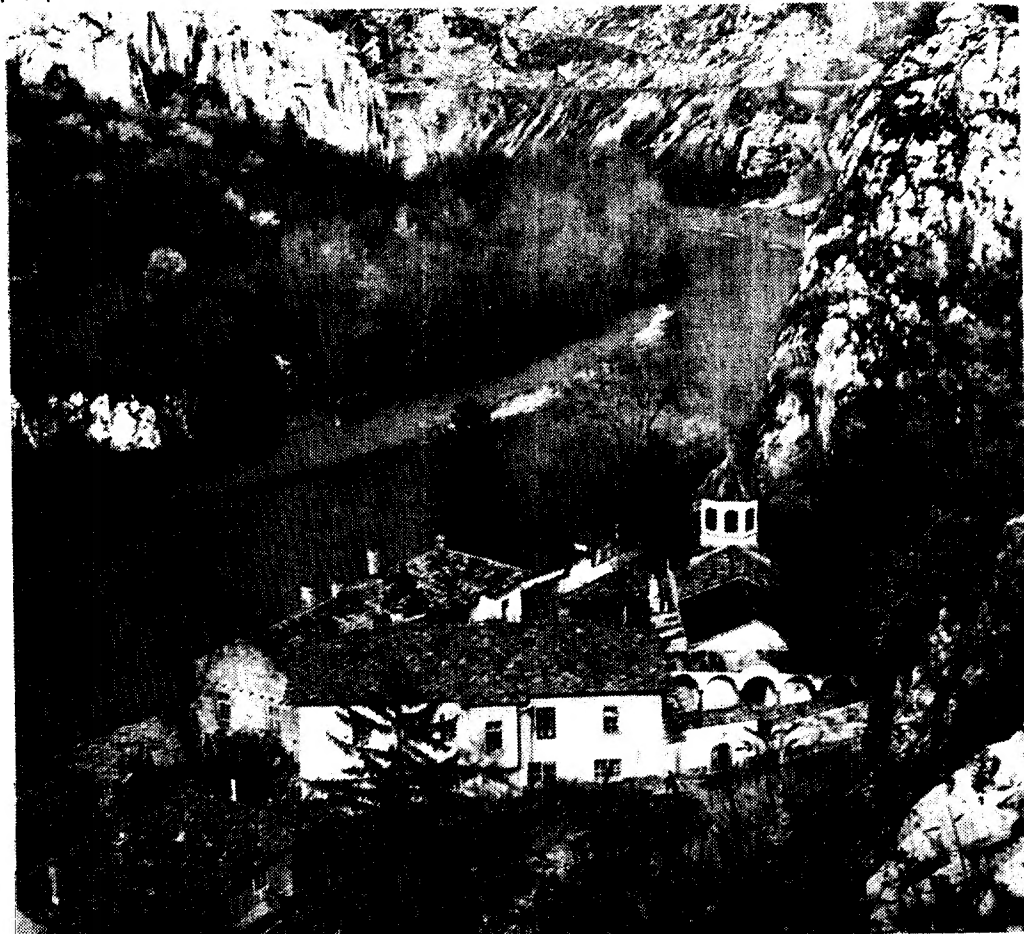
do o direito ao trabalho, sendo gratuita a assistência médica e a educação dos filhos. Além disto, cada família de camponeses em direito a possuir meio hectare de terra, a casa onde habita, uma vaca, dois porcos, galinhas, etc.

A industrialização da agricultura foi levada a cabo não só pelos 170 complexos agro-industriais do país, mas também pelas organizações paralelas, os complexos industriais, em que a base é a indústria e a agricultura o complemento. São disso exemplos a indústria de cigarros e a produção açucareira, que inclui a indispensável cultura da beterraba.

Praticamente não há aldeia sem luz ou água corrente, casa de cultura, cinema, biblioteca. O ensino é obrigatório até aos 18 anos. Assim, as aldeias vão-se aproximando das cidades.

A exposição do guerrilheiro acabou como acabavam todas as conversas. Com uma pergunta «ao português»:

Como vão as coisas em Portugal?



Vista do desfiladeiro de Iskar, cujas grutas, segundo a lenda, guardam os tesouros de Ivan Chichman último czar da Bulgária medieval. Actualmente está ali instalado o mosteiro de Tcherepiche

SEMANA DA R.D.A.

GRANDE FESTIVAL DE GINÁSTICA COM ATLETAS DA SELECÇÃO NACIONAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS DE LISBOA

HOJE — 4.ª feira — pelas 21.30 horas

Bilhetes à venda nas bilheteiras normais

TEATRO DO MUNDO JOVEM DE LEIPZIG

para crianças e jovens com peças extraídas de obras de Lorca, Sastre, Jorge Amado, etc.

no TEATRO MUNICIPAL DE S. LUÍS

HOJE e 25 de Março — 4.ª e 5.ª feira

Bilhetes à venda no S. Luís

Os sócios das Associações integradas na Liga para o Intercâmbio com os Povos Socialistas e com as ex-colónias portuguesas, têm desconto, mediante a apresentação do cartão de sócio.

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECCOES

Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 16, 55-C — LISBOA

QUEDA DOS CABELOS

E A CASPA EVITA SE USANDO

PETRÓLEO OLEX

que contém

ETER DE PETRÓLEO E extracto de D-Pantenol

Se usa

PETRÓLEO OLEX

prefira o concentrado é mais eficaz

ESTE ESPAÇO PODE SER PARA SI! CONTACTE-NOS!

DE

DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR AO "D.L."

"CURSO DE JORNALISMO DEVE ARRANCAR NO PRÓXIMO ANO"

«Há esperanças de que o curso de jornalismo arranque ainda no próximo ano» — declarou ao «DL» o Eng. Rocha Trindade, director-geral do Ensino Superior. Embora em fase embrionária, há já uma proposta esboçada pelo MEIC e alguns contactos desenvolvidos. Das suas declarações ressaltam ainda, como manifestações prioritárias do MEIC, e em particular da Direcção-Geral que superintende, o desejo de as escolas funcionarem com uma gestão democraticamente eleita (se possível ainda antes das eleições); a importância concedida às novas universidades e instituições do Ensino Superior, em particular a Universidade do Minho onde o contencioso aberto entre Guimarães e Braga não esfria e ultrapassa o campo específico do ensino para entrar nos domínios do bairrismo; o problema da Universidade Nova de Lisboa em grande parte resultante de uma indefinição de objectivos; as revisões orçamentais a serem feitas a partir de Março; a velocidade (reconhecida) do arranque do Instituto Universitário dos Açores; a nomeação nos próximos dias das comissões instaladoras da Universidade Aberta e da Faculdade de Pedagogia; uma modificação nos conteúdos dos exames «ad hoc» para maiores de 25 anos sem habilitações académicas próprias para o ingresso na Universidade; a próxima criação de um Conselho Nacional de Ensino Médico e ainda o problema da substituição do professor Ruy Luís Gomes no cargo de reitor da Universidade do Porto.

«O curso de jornalismo irá funcionar na Faculdade de Letras. Já foram feitas ligações com a Escola de Meios de Comunicação Social, Faculdade de Letras (Porto e Lisboa) e Ministério da Comunicação Social. Há esperanças que arranque já no próximo ano» — revelou o eng. Rocha Trindade, que salientou estar o seu estudo em fase embrionária, não tendo sequer sido feitos ainda todos os contactos necessários em que avultam o Sindicato dos Jornalistas e profissionais de Informação.

Existe já, no entanto, por parte do MEIC, uma proposta de arrumação do curso. Segundo a proposta, disse-nos o eng. Rocha Trindade, «o curso constará de um bacharelato de três ou quatro anos (ainda está por definir). O primeiro ano não é de jornalismo, mas sim coberto pela frequência de qualquer escola superior. Os restantes anos serão já exclusivamente dedicados à teoria e prática da Comunicação Social». Será um curso com «numerus clausus» sempre sujeito a um critério de alta qualidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA ANTES DAS ELEIÇÕES

A volta do presente ano lectivo notou-se particularmente a ausência de medidas estruturais a permitir que as escolas mal funcionassem, que os professores não estivessem colocados ou, pelo menos, que as escolas não tivessem os professores de que necessitavam, em quantidade, e mereciam, em qualidade.

No que respeita ao ensino superior, a contratação dos professores só agora começa a estar regularizada, despacho que já levanta celeuma no seio

dos docentes quando permite lugares de docência a funcionários das autarquias locais. Por outro lado, as restrições orçamentais levantariam uma onda de contestação agravada com as perturbações a que se assiste na gestão das escolas (o exemplo mais nítido é do Instituto Superior Técnico).

Finalmente, como irá decorrer o próximo ano lectivo, marcado como será (ele também) pelos resultados eleitorais?

O eng. Rocha Trindade apontaria apenas a condição «sine qua non» a existir no presente ano lectivo para se poder perspectivar o próximo.

Assim, como condição fundamental, que «todas as escolas tenham em pé um sistema de gestão democrática ainda antes das eleições».

«Ainda antes das eleições», acrescentaria o director-geral do Ensino Superior, «porque se a maior parte dos alunos universitários já são considerados responsáveis para votar para a Assembleia da República, não se compreende porque é que não elegerão a comissão de gestão da sua escola».

«Que todas as escolas estejam em funcionamento este ano», é outro dos pressupostos para a programação do próximo ano lectivo.

Constata o eng. Rocha Trindade que, este ano, a universidade recebeu muitos novos alunos e que «o problema da contratação de professores está quase ultrapassado». Como medidas pontuais: «lançar até ao fim do ano uma série de debates entre especialistas de um dado ramo de ensino, escolas desse ramo, e associações sindicais».

UNIVERSIDADE DO MINHO

Nos últimos dias a informação tem feito eco da polémica levantada entre Guimarães e Braga acerca das instalações da Universidade do Minho. Interrogado sobre o assunto em que interveio directamente, tendo-se, para o efeito, deslocado a Braga, o eng. Rocha Trindade declarou-nos: «Antes de mais devo dizer-lhe que a Universidade do Minho está a ter uma projecção local perfeitamente indiscutível».

Quanto ao problema das instalações (onde afinal se gerou o diferendo), «apareceram duas posições extremas. Uma delas, defendida pela Comissão Instaladora, apontava para uma Universidade inteiramente concentrada num único pólo a seis quilómetros de Guimarães e 14 de Braga».

Como referência: é entre estas duas cidades que se regista a maior densidade populacional do Minho.

«A outra posição, defendida pelo Gabinete da Região do Porto, aponta para resultados completamente diferentes. A primeira posição faria sentido se se estivesse a tentar fazer uma cidade entre Braga e Guimarães. Mas esta posição é comprometida pela existência da serra da Falperra entre as duas cidades. Na posição do Gabinete da Região do Porto, feita uma análise das carências da região, reconhece-se ser fundamental um ensino de tecnologia para a reconversão têxtil de Guimarães».

A solução que apresentavam conduziria a uma universidade em Braga e uma série de instituições do ensino superior na região do Ave que seria uma futura universidade de Guima-

rães. O MEIC reconheceu a vantagem de haver cursos de tecnologia em Guimarães mas achou insustentável a existência de uma instituição independente em Guimarães e uma universidade em Braga».

Considerada como assimétrica «a universidade do Minho ficaria com um pólo principal em Braga e um pólo de tecnologia em Guimarães».

Face a esta solução encontrada e consignada em despacho, delegações de associações locais e os governadores civis dos dois distritos deslocaram-se ao MEIC. Viana do Castelo entra também na corrida. Se Guimarães tem uma instituição de ensino superior, nós também queremos uma. Braga defende a ideia de uma solução concentrada; Guimarães apenas deseja um instituto de tecnologia. O director-geral do Ensino Superior deslocou-se a Braga e perante as partes em causa apresenta uma vasta documentação justificativa da decisão (de Salomão, lhe chamaram já) tomada pelo MEIC.

Dando a palavra ao eng. Rocha Trindade: «Durante 15 dias irão estudar essa documentação. Depois a solução que apareça como mais correcta, e tenha o consenso de todas as partes, é posta outra vez a Conselho de Ministros e, se houver motivos para tal, o despacho poderá ser revogado».

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Motivo, há meses, de uma sindicância que nada ou muito pouco veio revelar, a Universi-



Que as escolas funcionem com uma gestão democrática se possível até ao início das eleições é um dos desejos prioritários da Direcção-Geral do Ensino Superior

por exemplo, cursos de Informática, Ciências Humanas e Sociais, Engenharia Sanitária, na Universidade Nova de Lisboa que desde há largos meses está a fazer um trabalho muito completo dos progra-

para acções programadas como prioritárias. «A documentação já está pronta — concluiu — para que se proceda aos reforços. Foi reunida uma verba global e o processo está já completo depois de uma minuciosa análise dos pedidos feitos».

Quanto aos reforços pedidos ao Ministério das Finanças «é fora (antecede) da revisão global».

Os reforços agora concedidos têm em vista um sistema de prioridades definido nos limites de austeridade impostos ao MEIC.

Posteriormente pedidos de reforço de verba que apareçam podem ser satisfeitos depois da análise das necessidades indispensáveis da escola em questão.

"NUMERUS CLAUSUS"

Opiniões diversas se têm gerado à volta do «numerus clausus», com particular insistência no caso de Medicina. Se entre os defensores do «numerus clausus» uns o preconizam logo para o início do curso, outros são de opinião que ele deve ser posto em prática apenas após a frequência dos três anos do tronco comum que dá acesso a uma carreira paramédica.

Colocado o problema ao eng. Rocha Trindade, a sua resolução é desviada para outro centro de decisão.

«Vai ser criado o Conselho Nacional de Ensino Médico. É ele que deve decidir mediante as necessidades do País em médicos. E o Conselho Nacional que antes do fim do ano se tem de pronunciar sobre a questão do «numerus clausus».

Ainda no campo da Medicina, recorda-se que em 15 de Dezembro de 1975 saiu o despacho 68/75 que determinava a elaboração de um Livro Branco de Medicina. «Está a ser organizado por um especialista para tal destacado» — informou-nos o eng. Rocha Trinda-

de. «Será trabalho para alguns meses. Ainda não pusemos o anúncio a pedir documentação».

REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Por atingir o limite de idade, o professor Ruy Luís Gomes abandonou o cargo de reitor da Universidade do Porto. Algumas vezes se insurgiram face a uma lei que marca 70 anos como o fim de uma carreira docente. Ruy Luís Gomes diria na hora da despedida: «Deixo todas as faculdades a funcionar». Entretanto, ainda não foi substituído no seu cargo. É preciso encontrar um nome de prestígio, observa-se. Os doutores Oscar Lopes e José Morgado continuam vice-reitores. Qual a posição do MEIC?

Respondeu-nos o eng. Rocha Trindade: «Pedimos ao Conselho Universitário que indigastasse nomes de possíveis reitores que tivessem a confiança desse Conselho Universitário. Até hoje ainda não recebemos resposta».

A propósito, outras preocupações do MEIC vieram à tona da conversa: a necessidade de reforçar a instituição de um poder local, o registo da existência de um Conselho de Reitores utilizado pelo MEIC como um órgão consultivo em reuniões mensais («processo extremamente correcto de descentralização» — sublinha o eng. Rocha Trindade).

Sobre as novas instituições, Universidade Aberta e Faculdade de Pedagogia, já rodeadas de contestação quer por um alegado desvirtuamento de objectivos no primeiro caso e por uma subalternização das Faculdades de Ciências e Letras, no segundo, informou o director-geral do Ensino Superior estar para muito breve a nomeação das respectivas comissões instaladoras. Há já nomes propostos.

Vozes observam no entanto, que, no caso concreto da Universidade Aberta, será inviável o seu arranque para o próximo ano face ao quantitativo irrisório do orçamento concedido.

Opinião diferente assiste ao eng. Rocha Trindade que declara: «O planeamento da Universidade Aberta não precisa de grandes investimentos. Mas se precisar tê-los-á. A Universidade deve arrancar no próximo ano civil».

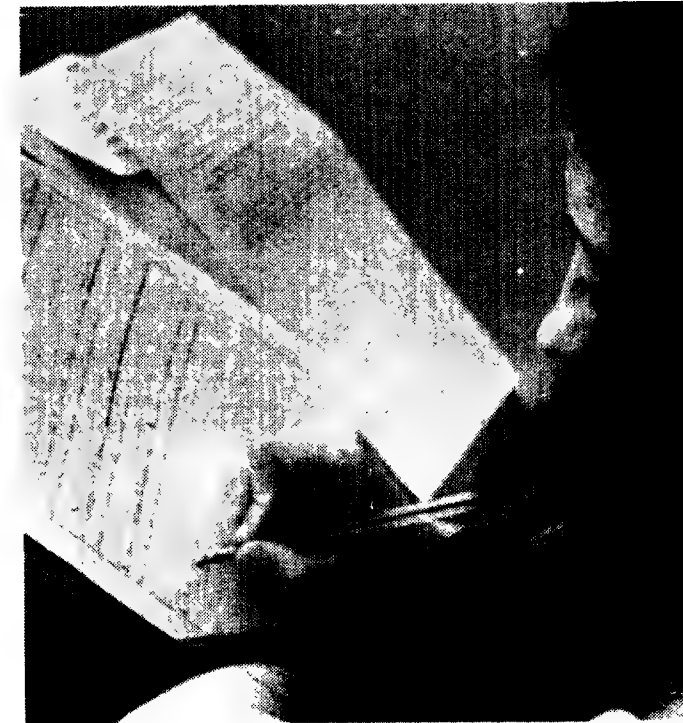
Universidade Aberta (ensino à distância) para indivíduos sem habilitações académicas, ela não virá substituir os exames «ad hoc» de ingresso à Universidade.

«Os exames «ad hoc» vão continuar mas noutros termos. Não foi possível modificá-los este ano porque havia já toda uma preparação — preparação clássica — dos alunos».

Foi mesmo pedido aos examinadores deste ano um relatório sobre as características do conteúdo dos exames. O GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento) está a elaborar um estudo sociológico dos candidatos aos «ad hoc».

A futura prova «vai procurar a maturidade e não a informação» — observa o eng. Rocha Trindade.

«Se a capacidade de informação de duração efémera poderá estar particularmente forte num indivíduo de 17 anos, num de 25 anos dá-se o contrário» — justifica o director-geral do Ensino Superior.



Os exames «ad hoc» vão ser transformados. Mais do que na informação de duração efémera vão incidir na maturidade dos candidatos com mais de 25 anos e sem habilitações académicas ao Ensino Superior

dade Aberta tem sido acusada de privilégios, de ser a precursora das universidades de primeira (categoria denunciada pelo Sindicato dos Professores) e de ter um orçamento superior às universidades clássicas. Da ordem dos 30 mil contos, informou-nos o eng. Rocha Trindade, que observou: «A Universidade Nova de Lisboa passou por uma crise relativamente grave de indefinição de objectivos, ao contrário de outros novos estabelecimentos de ensino, situados em regiões isoladas, ao passo que a UNL estava no meio de Lisboa».

«Neste momento funcionam, mas, cursos de que o País precisa, investigação em que intervirá, e das suas linhas internas».

REVISÕES ORÇAMENTAIS

«Penso que as revisões orçamentais se poderão cessar a partir de Março» — informou-nos o director-geral do Ensino Superior que observou estarem essas revisões sujeitas a um calendário onde estão registadas as verbas que nem sempre são aplicadas por incapacidade de execução. Muitas delas serão retiradas

Estrangeiro

Um nome para as eleições americanas

Frank Church, democrata

Alain Clément

Simpático, suave, sério, o senador Franck Church, de cinquenta anos — nasceu a 25 de Julho de 1924 —, conserva o que quer que seja do estudante modelo que foi, e que cedo se distinguiu no liceu de Boise, capital do pequeno Estado de Idaho (menos de um milhão de habitantes). Era excelente em redacções e brilhava nos torneios de eloquência intercolares.

Adolescente, seguiu sempre o caminho direito. Em 1941 conseguiu um prémio da American Legion, pelo elogio que fez da «American Way of Life». Os pais, proprietários de lojas de artigos desportivos e a terra onde nasceu, concorrem para fazer dele um republicano por instinto e um patriota constante. O irmão mais velho conseguiu obter um grau elevado nos «marines». Findo o primeiro semestre na Stanford University, alista-se no Exército. Será oficial de investigações no continente asiático. Desmobilizado, retoma os estudos e depois de fazer uma licenciatura em Direito que obtém em 1950, começa a fazer advocacia em Idaho.

Entretanto casa com Jean Bethine Clark e isso tem importância na sua evolução. Os Clark são uma das raras «grandes famílias» democratas do Estado. O sogro de Frank Church ocupa as funções prestigiosas de juiz federal. Foi governador do Estado, assim como outro Clark. Um terceiro seria senador no Congresso. Socialmente, aquele casamento é uma ascensão para Church.

Politicamente, implicará uma conversão? Franck Church dirá que não, sem por isso negar a influência que recebeu do ambiente de adopção, bastante diferente do dos seus primeiros anos.

É, em todo o caso, sob o estandarte democrata que ele tenta a política. Um fracasso nas legislativas do Estado, em 1952, não o desencoraja. Quatro anos depois a sorte sorri-lhe. Em Fevereiro de 1956, inscreve-se nas «primárias» democratas que devem designar o opositor ao senador republicano Herman Helker, ultraconservador e sustentáculo do seu famosíssimo colega Joseph McCarthy, que acaba de sair. Nas «primárias», Frank Church ultrapassa o seu rival Glen Taylor, antigo senador e candidato à vice-presidência em 1948. Em contrapartida, no escrutínio de Novembro, vence H. Welker.

Tem pois, trinta e três anos quando dá entrada no Senado dos Estados Unidos — uma criança, em comparação com a média das idades desse areópago de «salons» (expressão consagrada pelo uso washingtoniano) que desconfiam tanto da idade como da novidade. Frank Church não tem interesse em se tornar notado cedo de mais: recomendam-lhe a prudência e a tradição. Se quer ser reeleito, sê-lo há sem interrupção — o que confere ao Senado a principal vantagem da antiguidade («seniority»), chave de toda e qualquer promoção —, convém que se ocupe prioritariamente da prosperidade dos seus eleito-

res.

O Idaho é um Estado complexo onde abundam planícies, montanhas e florestas e que precisa de desenvolver e proteger os seus recursos naturais mineiros e florestais. Frank Church faz-se campeão de grandes trabalhos públicos de irrigação e construção de barragens. Embora a flor da seringueira seja a flor emblemática do Estado, é a batata — longa e firme — que hoje o impõe à imaginação de milhões de americanos. Mas o senador não tem nada a ver com tal promoção. Mas essas preocupações locais fazem com que durante muito tempo, não se afaste da «linha geral» da Casa Branca, distribuidora do maná federal.

Será a guerra do Vietname que o arrancará aos limbos. A sua paciência e as suas capacidades valerão-lhe um lugar na Comissão dos Negócios Estrangeiros, cujo presidente é William Fulbright. Alargou de tal modo os seus horizontes que em Abril de 1966 o senador do Arkansas lhe confia uma missão de informação na Europa, acerca do futuro da NATO.

A sua hora de glória soa com a intervenção americana no Camboja. De acordo com o senador Sherman Cooper, faz com que a emenda Church-Cooper seja adoptada na lei sobre auxílio ao estrangeiro, que ameaça cortar os viveres às forças americanas que não tenham sido evacuadas a 31 de Junho, como Nixon prometeu. O efeito prático des-

ta medida, diluída por múltiplas reservas e que as circunstâncias fizeram transbordar, resultou mais ou menos nulo, ao contrário da sua ressonância psicológica, que foi considerável. E o senador Church foi colocado entre as «grandes consciências» do Estado.

Church ganhou definitivamente «dimensão nacional», quando, na sua qualidade de membro eminente da maioria democrática da Comissão dos Negócios Estrangeiros — outros mais «liberais» do que ele, como Fulbright, e Wayne Morse haviam sido entretanto eliminados pelo veredicto das urnas — fez votar a criação de duas comissões de inquérito «ad hoc» cuja presidência assumiria: uma sobre as companhias multinacionais, e as suas intrigas políticas e financeiras, fora dos Estados Unidos, e a outra sobre as actividades da CIA. Ambas produziram o seu contingente de revelações que emocionaram a opinião pública e colocaram em vedete o senador-procurador que as exibiu perante as médias.

Este papel de justiceiro será suficiente para abrir a Church as portas da Casa Branca? É bom não esquecer a aventura do senador Ester Kefauver, menos sólido, é certo, mas que, muito célebre por ter denunciado e provado o conluio de certos meios políticos com o «meio dos bas-fonds», foi afastado da nomeação pela Convenção Democrática de 1952, apesar da grande popularidade de que gozava.

© «L. Monde»

O Direito do Mar em Nova Iorque

Exploração dos fundos marinhos e protecção das águas territoriais, zonas de pesca e direitos de passagem, investigação científica e salvaguarda do elemento marinho, são estes alguns dos problemas, ca-

da vez mais complexos, levantados pelo «direito do mar», objecto da nova conferência que teve início a 15 de Março, em Nova York. Como os cento e cinquenta e seis países participantes têm em todos estes

pontos interesses económicos muito divergentes, é pouco provável que essa sessão, muito longa — vai durar até 7 de Maio —, consiga a realização da convenção com que certos governos sonham.

As precedentes sessões de Caracas (dez semanas em 1974) e de Génève (oito semanas em 1975), tinham tido resultados pouco encorajadores. No entanto, haviam permitido fazer a lista dos problemas a debater e depois, sobretudo em Génève, dar início a negociações. Fizeram também surgir novas clivagens entre os participantes, devido a interesses específicos e já não só ao facto de pertencerem à mesma categoria geográfica ou a ideologias tradicionais.

A oposição entre as potências industrializadas e países do Terceiro Mundo nem por isso é menos clara. Os Estados Unidos e a U. R. S. S., por uma vez de acordo sobre numerosos pontos, procuram, sobretudo, preservar a sua liberdade de acção no mar. O direito de passagem pelos estreitos tem grande importância para os seus barcos de guerra e de carga, o que complica as suas relações com os «Estados-arquipélagos». Os países em vias de desenvolvimento, principalmente os cento e dez Estados do grupo chamado dos «77», procuram, pelo contrário, restringir a zona em que se exercem as actividades dos Grandes.

Assim, a conferência sobre o direito do mar marca uma nova etapa da mutação do sistema internacional que o diálo-

go Norte-Sul ilustra. A ausência de decisões concretas, tanto neste domínio como noutros, não eclipsa a importância da entrada maciça dos países da África, Ásia e América Latina nas esferas em que os Estados industrializados tinham não só a realidade do poder — em grande medida ainda a possuem — mas o quase monopólio do verbo, o que irremediavelmente perderam.

De facto, o direito do mar já mudou muito, embora sem atingir a relação de convenção. Toda a gente ou quase toda está de acordo em reconhecer os direitos privilegiados dos Estados costeiros até 12 milhas das costas para as águas territoriais e 200 milhas para as zonas económicas exclusivas, e em considerar os grandes fundos marinhos como «património comum da humanidade». Neste sentido já foram tomadas numerosas decisões unilaterais desde o ano passado, ou deverão ser tomadas por grande número de Estados (principalmente a Islândia, o México e os Estados Unidos).

Pode perguntar-se se é na verdade necessária uma convenção. Alguns acordos bilaterais ou regionais já podem regular certo número de problemas, e nada garante que um acordo de conjunto seja aprovado e aplicado por um número suficiente de Estados. Um tal projecto teria mais possibilidades de ver o dia dentro de dez ou quinze anos, na base do direito já habitual, a ser criado agora.

© LE MONDE



ARMANDO HENRIQUE ALVES DA SILVA

MISSA DO 30.º DIA E AGRADECIMENTO

Maria Cândida Tardio do Espírito Santo, Alves da Silva, Joaquim Alberto Alves da Silva e sua mulher Maria do Céu Felgueiras Alves da Silva e filho, José Pedro Alves da Silva, e mais família, participam que amanhã às 13 horas na Basílica da Estrela e às 19 horas na Igreja Paroquial de Oeiras serão celebradas missas pelo eterno descanso do seu saudoso marido, pai, sogro, avô e parente, agradecendo desde já as pessoas que se dignarem assistir a estes actos, bem como as que de qualquer forma lhes manifestaram o seu pesar e a quem por desconhecimento de endereços o não tenham feito directamente.

P. N. A. M.

PUB

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS DO SUL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 23.º dos Estatutos convoco a Assembleia Geral do Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul para reunião em sessão ordinária, no dia 30 de Março de 1976, terça-feira, às 21 horas, na sede do Sindicato, Rua Jardim do Regedor, 37-2.º, em Lisboa.

Se na hora marcada não estiver presente a maioria dos sócios, a sessão terá início 30 minutos depois, com qualquer número de presenças.

A Ordem de Trabalhos será a seguinte:

Ponto Único: Aprovação do Relatório e Contas da Direcção relativo ao exercício de 1975.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Antero André Palma Antunes

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

ESTATUTO ÚNICO DO PESSOAL DO M. A. S.

Transcreve-se o despacho nesta data assinado pelo Secretário de Estado da Segurança Social.

DESPACHO

No âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais existem departamentos — Instituto de Obras Sociais e Divisão de Promoção do Bem Estar Familiar e Social — dos quais dependem instituições com responsabilidades na educação e protecção infantil e onde as condições de trabalho e retribuição de pessoal são muito diversificadas.

Neste contexto, mostra-se necessário criar uma comissão com o objectivo de estudar critérios que permitam evitar situações de disparidade, actualmente existentes a nível de pessoal.

Nestes termos determino:

1. É criada uma Comissão Mista, formada por quatro representantes da Secretaria de Estado da Segurança Social e três elementos do Sindicato dos Professores.
2. Esta Comissão deverá apresentar, no prazo de cinco semanas, um projecto de diploma que uniformize as condições de trabalho e retribuição do pessoal que nas instituições dependentes do I.O.S. e D. I. P. B. E. F. S. tenham actividades cujos objectivos visem a promoção do desenvolvimento da criança.
3. O projecto de diploma elaborado pela Comissão será posteriormente sujeito à discussão de todos os trabalhadores do sector.
4. São nomeados para integrar a Comissão Mista, nos termos do n.º 1 deste despacho.

Anexo: lista dos nomes

ASSINA: A COMISSÃO DIRECTIVA

Ludgero Paulo Nobre Leote

Estrangeiro

Golpe na Argentina

Sob detenção domiciliária a presidente destituída

BUENOS AIRES, 24 (ANOP, FP e R) — Comandantes militares tomaram hoje conta do Poder na Argentina, depouando a presidente Maria Estela Peron, que levaram de avião para um centro de desportos de Inverno no sopé dos Andes, onde ficou sob detenção domiciliária.

Terminou assim, o Governo da presidente-viúva, repleto de crises, ao ser deposto hoje, de madrugada, quando tentava aparentemente fugir do país ao aparecerem tanques dirigindo-se para o centro de Buenos Aires.

A primeira mulher do Mundo a ser nomeada chefe de Estado, puxou de um revólver, ao ver-se rodeada por soldados da Força Aérea no Aeroporto Municipal de Buenos Aires. Contudo, fontes bem informadas disseram que fora rapidamente desarmada, levada para um avião militar e transportada, sob prisão, para a residência oficial de Inverno dos presidentes da Argentina, em Messor.

A senhora Peron, de 45 anos, abandonara a Casa Rosada, o palácio do Governo em Buenos Aires, de helicóptero

pouco antes de uma hora local (cinco em Lisboa), deslocando-se aparentemente para a sua residência nos subúrbios. Ordenou, porém, ao piloto para mudar de rumo, dirigindo-se para o Aeroporto Municipal com a esperança de poder seguir de avião para o estrangeiro.

As Forças Armadas anunciaram formalmente o golpe de Estado pela rede de radiodifusão nacional às 3 horas e 15 locais (7 horas e 15 em Lisboa).

Um comunicado pedia à população para permanecer calma e um segundo, emitido poucos minutos depois, dizia que eram proibidos comícios e manifestações nas ruas. Não foi feita qualquer comunicação acerca do recolher obrigatório.

MÚSICA MARCIAL

Os comunicados, acompanhados por música marcial, eram assinados pelo comandante do Exército, general Jorge Videla, e pelos seus camaradas da Marinha e da Força Aérea, almirante Emilio Massera e brigadeiro Orlando Agosti.

A notícia da fuga da senhora Peron surgiu quando os co-

mandantes militares enviaram uma delegação de três oficiais de alta patente ao palácio do Governo, a fim de a intimarem a abandonar a chefia do Estado. Não se sabia ao certo se os oficiais chegaram antes da presidente deposta partir.

Pouco depois da meia noite tornou-se evidente que a senhora Peron estava prestes a ser o quarto presidente da Argentina a ser deposto pela força, do seu cargo, em dez anos.

Após dias de boatos de que estava iminente um golpe de Estado, tanques e tropas ocuparam posições importantes em todo o país. Anunciou-se que uma coluna de tanques se dirigia para a capital, vinda da base de Campo de Mayo, nos arredores nordeste da cidade.

Tanques ocupavam posições em La Plata, a capital da província de Buenos Aires, onde vive um terço dos 27 milhões de habitantes do país. Fontes bem informadas disseram que o governador da província, Victorio Calabro, pusera o cargo à disposição de um general.

GOVERNO INTEIRAMENTE DE MILITARES

O primeiro Governo das Forças Armadas é inteiramente composto por militares correspondendo ao Exército quatro ministérios, dois à Marinha e outros dois à Força Aérea.

A presidência da República recairá no comandante-chefe, general Jorge Videla, que, por sua vez, integrará uma Junta de Comandantes com os titulares da Armada, almirante Emilio Massera, e da Força Aérea, brigadeiro Orlando Agosti.

Sabe-se entretanto de boa fonte que as principais pastas do novo Governo militar argentino foram confiadas aos chefes militares do país. O Governo militar, segundo esta fonte seria assim composto:

— Ministro do Interior: general Cesario Cardozo.

— Negócios Estrangeiros: contra-almirante Antonio Vaneck.

— Economia: general Joaquim Las Heras.

— Defesa: brigadeiro Jose Maria Romero.

— Justiça: brigadeiro Julio Gomez.

— Trabalho: general Lucio Mazzola.

— Cultura e Educação: contra-almirante Cesar Guzzetti.

— Bem-Estar Social: general Reynaldo Irgione.

De acordo com fontes responsáveis, o general Videla assumirá a presidência da nação nas próximas horas, provavelmente no comando do Exército.

GREVE GERAL

Uma greve geral por tempo indeterminado foi esta madrugada decretada pelas «62 organizações» peronistas (ramo político da Poderosa Central Operária, dominada pelo peronismo), como medida de força ante a destituição da presidente Peron, pelos militares.

PERONISTAS DETIDOS

Várias das principais figuras do peronismo estão detidas no regimento «Patricios» de Buenos Aires — confirmou esta madrugada uma fonte castrense digna de todo o crédito.

Lorenzo Miguel, secretário-geral das «62 organizações peronistas», Osvaldo Apaleo, secretário de Imprensa e Difusão, o ministro do Trabalho, Miguel Unamuno, secretário técnico da presidência e secretário privado presidencial Júlio Gonzalez, são alguns dos detidos.

No interior do país, sabe-se que foram presos todos os governadores.

Também é conhecida uma lista de ex-funcionários do Governo peronista detidos pelas Forças Armadas: Jorge Conti, ex-subsecretário da Imprensa e Difusão, Casildo Herrerias, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (C.G.T. — central operária), brigadeiro Raul Lacabanne, ex-interventor na província de Córdoba, Emilio Mondelli, ex-ministro da Economia, Vicente Demarco, ministro do Bem-Estar Social.

Entretanto, afirma-se na capital argentina que o golpe militar ocorreu sem derramamento de sangue.

Todos os serviços públicos continuam a funcionar normalmente, nomeadamente no que diz respeito ao fornecimento de energia eléctrica, gás e água.

O trânsito nas ruas era normal, se bem que escasso dada a hora matutina. Só nalgumas zonas, designadamente naquelas onde ficam situados os Ministérios e a casa do Governo e nas em que existem quartéis e concentrações de tropas, a circulação estava impedida.

A Junta Militar instaurou o estado de sítio.

O SÉTIMO GOLPE DESDE 1930

O golpe de Estado que derrubou Maria Estela Peron, é o sétimo que a Argentina conhece nestes últimos cinquenta anos. A lista é a seguinte:

— «Stembro 1930: o general Aramburu derrubou o presidente Irigoyen».

Junho 1943: o general Gami-guez dirige um Governo militar.

23 de Setembro de 1955: queda do presidente Juan Domingo Peron.

O general Eduardo Lonardi assume provisoriamente a presidência e é derrubado pelo general Aramburu em 13 de Novembro.

Março de 1962: As Forças Armadas depõem o presidente Arturo Frondizi e entregam o Poder ao advogado José María Guido.

28 de Junho de 1966: o Exército volta de novo ao Poder, tendo o general Onganía derrubado o presidente Arturo Illia.

1 de Junho de 1970: o general Roberto Levingston é designado presidente da República pela Junta dos Comandantes em chefe das três armas que tinham destituído o general Onganía em 8 de Junho.

Caleidoscópio

■ TURIM, 24 — (R.) — Começou ontem em Turim o julgamento de 42 organizações neofascistas clandestinas acusadas de conspirar para deporem pela força o Governo italiano.

■ ROMA, 24 — (ANOP) — O Partido Demócrata Cristiano italiano reeleger Benigno Zaccagnini para secretário-geral às primeiras horas de hoje, apoiando a sua política de pro-

Junta militar de três elementos

BUENOS AIRES, 24 — (ANOP) — A Junta Militar, que assumiu o Poder na Argentina é composta pelos chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas.

O general Videla chefe do Estado-Maior do Exército, nasceu em 1925 em Mercedes (província de Buenos Aires). Em 1954 foi adjunto do chefe da delegação argentina ao Conselho Interamericano de Defesa, tendo ocupado em seguida o posto de conselheiro da delegação militar argentina junto do Governo dos Estados Unidos.

Nomeado oficial de Estado-Maior em 1958, trabalhou na Subsecretaria de Estado da Guerra, tendo em 1965 sido promovido a coronel e visitado várias vezes os Estados Unidos a general em Dezembro de 1971, tendo assumido o comando geral do Exército em Agosto de 1975.

O almirante Emidio Massera, chefe do Estado-Maior da Marinha, entrou na Marinha argentina em 1942. Foi conselheiro da delegação argentina ao Conselho Interamericano de Defesa e foi colocado à frente da Marinha em Agosto de 1974.

O terceiro dirigente da Junta, o general Orlando Agosti, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, foi nomeado para este posto após a insurreição dum grupo de militares deste ramo, em Dezembro de 1975, que reclamavam a destituição de Maria Estela Peron. Foi promovido a general em 1959.

A U.M.D. dá dois meses ao Governo espanhol para democratização

MADRID, 24 — (ANOP, FP e R) — A União Militar Democrática (U.M.D.) «dá um prazo de dois meses ao Governo espanhol para realizar um verdadeira democratização», sem o que «o Exército se encarregará de preparar o futuro da Espanha».

Esta advertência dos meios progressistas do Exército foi comunicada à Imprensa por um porta-voz da U.M.D., capitão de uma base de helicópteros situada próximo de Madrid. Acrescentou que o rei Juan Carlos foi informado há quinze dias desta iniciativa por dois capitães da sua promoção. O prazo termina em 8 de Maio.

Se uma intervenção da U.M.D. se revelar necessária — acrescentou o porta-voz — a sua acção incidirá em três pontos:

— Neutralização do grupo de oficiais da extrema-direita, bem como da polícia de repressão política.

— Entrega do poder a um governo provisório englobando as principais forças políticas (Partido Comunista, Partido Socialista Unificado da Catalunha (P.C. Catalão), Partido Socialista Operário, Democracia Cristã, Comissões Operárias, União Sindicalista Operária de tendência socialista), com exclusão das forças de extrema-direita (Falangistas e Franquistas) e de extrema-esquerda, separatistas ou terroristas (como a F.R.A.P. ou a E.T.A.).

— Organização de eleições gerais para a formação de uma assembleia constituinte no prazo de dois meses. Em caso algum, o Exército tomará conta do poder, tão-pouco permitirá que «a figura do Rei seja atingida».

— O oficial fez questão de precisar que a U.M.D. não tem qualquer posição ideológica. «Em caso algum — disse — o nosso «golpismo» será um 25 de Abril (como em Portugal) e por essa razão é que a U.M.D. estabeleceu contactos prévios com as principais forças da oposição». Se uma intervenção da U.M.D. se tornasse necessária, todas essas forças políticas se encarregariam de impedir qualquer excesso social político no país — acrescentou.

Segundo o mesmo informador, a U.M.D. conta 805 oficiais no Exército de terra, entre os quais vários generais. Mas o mais importante em sua opinião, é que 90 por cento dos representantes da U.M.D. fazem parte dos 1200 oficiais que comandam tropas de escol.

Um secretário-geral coordenando as três armas, competindo, porém, a um Comité Executivo tomar as decisões dentro de cada arma. O informador confessou não ter uma ideia exacta dos efectivos da U.M.D. na Força Aérea e na Marinha, sabendo, no entanto, que são importantes na primeira e reduzidos na segunda. Fez notar, entretanto, que nos últimos três meses, a organização se tem vindo a desenvolver a um ritmo rápido.

Entretanto, os jornalistas de Madrid vão realizar hoje uma manifestação de apoio ao director do semanário «Doblón», Martinez Soler, que há dias foi sequestrado, ferido, e ameaçado de morte se não saísse de Espanha até hoje.

presidencial republicana. Reagan obteve ontem 52 por cento dos votos, comparado com 46 por cento conseguidos por Ford.

■ KABIL, 24 — (R.) — Um trem de terra registado nas montanhas de Hindukush, no Norte do Afeganistão, na passada sexta-feira, matou pelo menos 30 pessoas e feriu mais de cem — anunciou a Polícia.

■ DURHAM (Carolina do Norte), 24 (ANOP e R) — O antigo governador da Califórnia, Ronald Reagan ganhou a eleição primária na Carolina do Norte, vencendo, pela primeira vez o presidente Gerald Ford na luta para conseguirem a nomeação

Montgomery

Faleceu o vencedor do "Raposa do Deserto"

ESINGTON (INGLATERRA), 24 — (ANOP) — O marechal de campo, visconde de Montgomery, o maior herói britânico da Segunda Guerra Mundial, e possivelmente o maior militar daquele país, desde o Duque de Wellington, morreu hoje, segundo anunciou o Ministério da Defesa.

Montgomery tinha 88 anos, e era um dos últimos sobreviventes dos chefes militares da Segunda Guerra Mundial.

Montgomery morreu às primeiras horas desta madrugada, em sua casa, nesta localidade, a cerca de 70 quilómetros a Sudoeste de Londres, revelou o Ministério da Defesa.

O funeral será celebrado em Windsor com todas as honras militares. No entanto, a data ainda não foi revelada pelo Ministério.

Montgomery celebrou-se, ao derrotar o famoso génio militar alemão Rommel, apelidado «a raposa do deserto», que tinha conseguido dominar completamente o Norte de África.

Casou-se em 1927 com uma viúva, de 40 anos, filha de um funcionário civil britânico, que prestou serviço na Índia. A mulher era uma pacifista ardente e os dois pareciam ter pouco em comum. A mulher faleceu em 1937, deixando um filho, David, que havia nascido em 1928 e é ainda vivo.

Como um general muitíssimo controverso e bastante mordaz, durante a Segunda Guerra Mundial, «Monty», como era afectuosamente conhecido pelos seus soldados, comandou forças britânicas levando-as a vitórias notáveis contra os exércitos da Alemanha nazi. A sua vitória mais famosa registou-se na batalha de Alamein, no Norte de África, que foi citada, na altura, como o momento decisivo da conflagração.

A característica principal do Montgomery aos olhos do



O marechal visconde de Montgomery, herói britânico da Segunda Guerra Mundial, considerado o maior génio militar da Inglaterra, depois do duque de Wellington. (Foto do Arquivo «D.L.»).

público era a vida simples que levava no campo de batalha.

Desprezando a notoriedade, aparecia junto das suas tropas com roupas e uma boina negra bastante amarrotadas, e levava uma vida espartana, dormindo num reboque.

O seu estilo de comando, caracterizado pela tenacidade, envolveu-o em várias polémicas durante e depois da guerra com a maioria dos seus camaradas e aliados, incluindo o Supremo Comando norte-americano, general Dwight D. Eisenhower.

Em 1958, após meio século de serviço no Exército, Lord Montgomery reformou-se, e foi viver para um moinho convertido em habitação no Hampshire, onde veio a falecer.

O marechal de campo continuou, porém, a atrair a atenção do público com a publicação das suas memórias, que causaram grande sensação e polémica. Nelas atacou livremente o general Eisenhower e outros militares seus contemporâneos.

Viajou imenso e proferiu frequentemente discursos que provocaram apupos tanto na pátria como no estrangeiro.

Geral

Ocupação da "casa cor-de-rosa" festejada por A Comuna

O grupo de teatro de pesquisa, «A Comuna», festeja esta semana o 1.º aniversário da ocupação do prédio da Praça de Espanha onde instalou o seu teatro — conhecido pela «casa cor-de-rosa».

A ocupação do edifício foi feita, há um ano, com o auxílio do público, e deu origem a que o grupo concretizasse um dos seus principais objectivos: a criação de um Centro Cultural e da Casa da Criança. Desde essa data, «A Comuna» apresentou na «casa cor-de-rosa» espectáculos de teatro, cinema, música, várias exposições de pintura, e promoveu encontros, convívios, tendo, além disso, cedido as instalações para reuniões de comissões de trabalhadores e de moradores.

Na mesma casa, ficou a funcionar a sede da pró-Frente dos Artistas Populares e Intelectuais Revolucionários, pró-FAPIR.

A Casa da Criança abriu as suas portas a partir de Fevereiro deste ano, com «ateliers» de pintura, carpintaria, electricidade, tapeçaria, horticultura, etc., além de outras actividades regulares de cinema, teatro e jogos infantis.

No Centro Cultural, apresentaram já os seus espectáculos vários grupos de teatro e canto, amadores e profissionais.

Durante toda esta semana «A Comuna» apresenta as peças «A Ceia» e «Fogo» enquanto a pró-FAPOR promove a actuação de vários grupos.

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

A MÃE, de Bertold Brecht. Segundo o romance de Máximo Gorki. Tradução: Ivete Centeno. Música: Hanns Eisler. Encenação: Carlos Wallenstein. Cenários, Figurinos e Imagens: Eduardo Nery e Ana Vieira. Colaboração: Helena Leiria. Direcção musical: Olga Prats. Intérpretes: Ana Paula, Luís Lello, Carlos Conduzeiro, Mário Sargedas, Guida Maria, Canto e Castro, António Évora, Joaquim Rosa, Luís Pinhão, Humberto de Andrade, Fernando Frias, Ema Paul, Geny Frias, Isabel Queiroz, Pedro Canto e Castro. Cooperativa de Comediantes Rafael d'Oliveira. Teatro da Trindade. 13/3/76.

Lancei-me à tarefa de elaborar um relato sobre uma grande personagem histórica: o pioneiro desconhecido da humanidade.

«Ler é lutar», exclama Pelagueia Wlassowa (A Mãe) numa das mais belas cenas da peça de Brecht. Esta pequena frase é na sua simplicidade uma das chaves que explicam, a nosso ver, o fracasso (provisório, esperamos-lo) da revolução portuguesa. Um dos seus mais importantes passos, um dos seus passos decisivos, consistiu na tentativa de transferir o poder da cultura (não apenas no seu sentido antropológico: como forma de domínio da ignorância, do combate da doença, da prospecção do real) das mãos da burguesia para as mãos do povo. Com todos os seus erros e desvios, essa transferência deu os seus primeiros passos — naturalmente tímidos e incertos — com as campanhas de dinamização. Abrindo estradas, investigando enfermidades desconhecidas, utilizando os grandes meios para melhorar situações sanitárias indignas de um povo civilizado, transportando para hospitais doentes sem assistência, pondo homens e mulhe-

"A Mãe" de Brecht — uma grande figura histórica ou o teatro necessário

res, que durante 50 anos tinham estado murados num terrível silêncio, a abrir-se falando das suas dificuldades e dos seus problemas, proporcionando a grupos de teatro a realização de espectáculos em sítios onde o teatro nunca chegara, os militares conseguiram vencer por um momento no seu próprio terreno as influências sinistras dos caciques locais e dos párocos reacçãoários dessas regiões (em especial Trás-os-Montes e Beiras). Compreende-se, pois, que as campanhas de dinamização, com os seus erros e falhanços mas não por causa deles, concitassem o ódio e a animosidade das forças interessadas em que se mantivesse o *status quo*, das forças interessadas em que a mensagem revolucionária comunicada através do emissor responsável pela revolução (o M.F.A.) não atingisse um receptor (o povo) cuja passividade essa comunicação viria subverter e provavelmente transformar. Se tivesse sido possível manter, ampliando e melhorando as campanhas de dinamização durante dois ou três anos, Portugal ter-se-ia transformado mesmo naquelas regiões consideradas mais retrógradas — não confundir com reacçãoárias — porque mais subordinadas ao poder económico e político da reacção local, num País autenticamente revolucionário. Porque saber ler ou não saber ler tem a ver, como dizia Brecht, com a luta de classes.

Estas palavras têm, pois, tudo a ver com o espectáculo da Cooperativa Rafael d'Oliveira. O que a peça nos mostra, com uma grande intensidade, é precisamente a forma como o povo se assume como força política, como o povo passa da ignorância em que é mantido à posse de instrumentos que lhe vão permitir transformar o mundo. Isto claro, num contexto autenticamente revolucionário, em que o poder dominante se esboroa mercê de circunstâncias complexas, em que a luta dos trabalhadores participa de maneira fundamental (estamos na Rússia de 1905 a 1917). É através da troca de conhecimentos entre os trabalhadores que sentem na

carne e no espírito a necessidade de transformações e o professor Nikolai Wessovtchikow, que possui outro tipo de conhecimentos (nos quais, aliás, não acredita), que se processa essa passagem do empírico ao científico, do mecanicista ao dialéctico. De posse dos conhecimentos mínimos indispensáveis (e saber ler é um bem precioso) que lhes permitem o acesso a outros estádios da cultura, os trabalhadores tornam-se conscientemente revolucionários, e o professor adquire a consciência de que a luta de classes é uma realidade e que o seu desfecho não pode ser senão um — o de 1917.

Podemos distinguir dois tipos de sinais utilizados por Brecht: os sinais linguísticos e os sinais cénicos. Os primeiros são naturalmente constituídos pelas palavras do texto, das legendas, dos poemas das canções; os segundos são constituídos por coisas concretas, materiais, simples. Vejamos os objectos ou substâncias que significam esses acontecimentos quotidianos que Brecht valoriza como acontecimentos históricos e que são por assim dizer a sua imagem: a sopa que é exactamente uma das primeiras palavras da peça — a mãe tem vergonha de dar a sopa ao filho por ser tão pobre, tão pouco substancial. E porquê? Porque o patrão diminuiu o ordenado do filho (ela é viúva) e as coisas estão cada vez mais caras. Ela, pois, outra palavra que designa algo de concreto: o coque. A sopa, o dinheiro (o centavo, não o escudo) e depois os livros. O filho passa a vida a ler e a mãe ainda não tem consciência do que isso significa. A utilização dos vocabúlos que designam as coisas e a utilização das próprias coisas constituem o tecido teatral no qual se vai desenhar o itinerário dialéctico que constitui o fio central da peça, que é, pela sua metologia, didáctica, e pela sua estética, épica («A Mãe» é um dos exemplos em que épico e didáctico surgem harmoniosamente conjugados).

Os objectos e os móveis que o comissário de polícia destrói na busca que passa à casa; a máquina de impressão a álcool (na 2.ª parte surge outra de género diferente); os panfletos que Palagueia Wlassowa distribui e que atravessam a peça como uma forma de comunicação ideal da clandestinidade; os jornais que comunicam aos trabalhadores as informações e os comentários indispensáveis à sua luta; o pano de flanela que Palagueia vai pedir à vizinha e que servirá para ajudar na impressão dos panfletos (a vizinha não lho empresta porque quer fazer casacos para os filhos, mas A Mãe subtrai-lho, com a intenção de o devolver no dia seguinte); o retrato do czar que está no escritório do professor e depois este retira como reflexo da sua mudança; o o xale que Palagueia aconchega aos ombros, gesto milenário dos seres que sofreram frio e acon-

chegaram outros seres; o quadro negro no qual o professor escreve as palavras que os analfabetos querem saber ler (*luta de classes, trabalhadores, exploração*) e o giz que as escreve; os objectos de cobre que as mulheres vão oferecer como solidariedade para com o Governo czarista — é toda uma teoria de coisas aparentemente insignificantes mas através das quais, ao mesmo tempo que através das palavras, o autor comunica a materialidade da História, e a força histórica do quotidiano. No centro delas, o símbolo fundamental, o grito e o voo, a morte e a vida, a esperança e o progresso, a cor dos ontens que choram e os amanhãs que cantam — a bandeira vermelha. Levada por um velho lutador dos combates do trabalho que é atingido por um tiro da polícia, a bandeira é empunhada por Pelagueia que a ergue ao mesmo tempo que se transforma numa verdadeira revolução. Não se veja nisto qualquer convenção escolástica, qualquer romantismo académico: Brecht não permite que o pathos (a emoção) destrua ou sequer manche a pura beleza e a invencível força do símbolo. O célebre efeito V (o efeito de distância) funciona como uma surdina que impede que a História se transforme em drama, que o teatro se transforme em catarse de recuperação (por isso a cena é descrita e não representada/vivida). Podemos lamentar, o que é completamente diferente, o facto de se ter abusado do vermelho o que poderia fazer diminuir a força do símbolo maior da peça. Esse abuso é sobretudo patente do cachecol que Pavel deita ao pescoço quando, depois de escapar da Sibéria, se prepara para fugir clandestinamente para o estrangeiro. Esse pormenor não poderá deixar de ser chocante porque um revolucionário, naquelas circunstâncias, não usaria tal cor, e serve para definir o que há de errado nesse aspecto do espectáculo. Como nesse caso, em que o *gestus* da personalidade é destruído, sacrificou-se por vezes o rigoroso ao bonito, o significativo (político) ao significativo (estético).

Podemos dividir o espectáculo — que, de resto, ferozmente recomendamos — em duas partes: uma é constituída pelas cenas de texto e, com deficiências que assinalaremos, consegue transmitir com grande economia de meios e com aquela claridade que seria de exigir, a linha dialéctica da peça, sem prejudicar nem o seu carácter estético nem a necessidade de fazer com que o espectáculo comunique (em vez de chatear); a outra parte, é constituída pelos intervalos entre as cenas; *slides*, canções gravadas por cantores e instrumentistas, mudança de cenas. Devemos dizer que a força do espectáculo reside muito mais na primeira parte. Por outras palavras, a solução escolhida por Carlos Wallenstein, substituindo por gravações das canções de Brecht-Eisler os próprios actores, a nosso ver, não resultou. Perdeu-se, pois, uma das linhas de força da peça que não nos parece compensada pela qualidade desse modo obtida (há pelo menos duas canções cujos versos não se entendem) nem pela projecção dos diapositivos em que se ob-

Continua na pag 15

Povo de Palhais

vem ver teatro a Lisboa

O Secretariado da Assembleia Popular da freguesia de Palhais, em colaboração com o Teatro-Estúdio de Lisboa, promove o próximo domingo uma excursão popular para assistir à representação da peça «O preço da vida», no Teatro Vasco Santana.

A peça encenada por Luzia Maria Martins e interpretada pela companhia do Teatro-Estúdio, será seguida de debate, com a participação de elementos daquele Secretariado.

No comunicado em que os promotores da iniciativa dão

notícia do acontecimento, afirma-se: «Nesta fase histórica da nossa revolução é o próprio povo que reunido nas suas organizações populares de base procura esclarecer-se através dos debates políticos nas suas assembleias populares e promover a sua instrução e cultura, para adquirir as ferramentas essenciais para encontrar em conjunto e unidade os meios de destruir a teia da sociedade capitalista e poder construir no seu lugar a sua sociedade, em que todos são iguais, a sociedade socialista».

Amizade Portugal-China

cede filme à televisão

Será hoje apresentado, na «Noite de Cinema» da RTP, o filme chinês «De vitória em vitória», que foi cedido à Televisão Portuguesa pela Associação de Amizade Portugal-China.

A sessão, que se inicia pelas 21.55 h, permitirá maior au-

diência a um filme que foi projectado em Dezembro, integrado nas comemorações do 82.º aniversário de Mao Tsé-tung, levadas a cabo pela referida Associação.

O filme testemunha a guerra prolongada de libertação do povo chinês, e a aplicação do pensamento de Mao à estratégia e tática militares.

PRECISA-SE

ARMAZÉM - LOJA
BARRACÃO
p. peq. indústria
Min. 100 m²
Tel. 57 26 19
a partir das 20 h.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raul Cascais,
1-A (ao Rato)
Tel. 661515

OS COMICOS
APRESENTAM
A MANDRÁGORA
de
MAQUIAVEL
HOJE, ÀS 21.15
SÓ ATÉ AO DIA 27

MARIA VITÓRIA

Todos os dias
2 sessões

(Não aconselhável às a menores de 18 anos) 20.30 e 22.45

A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR

HENRIQUE SANTANA
★
VITOR MENDES
CARLOS GONÇALVES
à frente de um grande elenco e de um corpo de baile internacional

Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA

Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.
2.ª feiras:
Descanso da Companhia

Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL
às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

Vera Lagoa é julgada sexta-feira

Vera Lagoa: julgamento na próxima sexta-feira a efectuar no 10.º Juízo Correccional. Julgamento motivado, como é do conhecimento público, por Vera Lagoa, como directora do semanário «O Diabo», ter injuriado num editorial o general Costa Gomes, Presidente da República e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

O Conselho da Revolução, dando-se conta da injúria, imediatamente procedeu à suspensão do periódico.

Note-se, no entanto, que enquanto os chefes dos três ramos das Forças Armadas se mostravam solidários com o Presidente da República, apoiando a medida de suspensão, o Conselho de Imprensa manifestava total discordância, tomando como base para esta atitude o direito de liberdade de Imprensa.

Entretanto, e na posse de todos estes factos, o Ministério da Comunicação Social instaurou a Vera Lagoa um processo — e é precisamente esse processo que vai a julgamento no dia 26 do corrente.

COMUNA Teatro de Pesquisa

Semana do 1.º aniversário da ocupação da casa

Hoje, às 21.30 h.

TEATRO — A CEIA

CANÇÕES:
GRUPO DE INTERVENÇÃO e ACÇÃO CULTURAL — GIAC

PRAÇA DE ESPANHA
Telef. 76 26 24

«O TRABALHO QUE FAZEMOS SO PARA SOBREVIVER TRANSFORMA-NOS EM MERCADORIA...»

UMA VERDADE DO

APOCALIPSE

SEGUNDO OS SANTOS BARNABÉS

★ MÚSICA ★ CANÇÕES

Brevemente no NIMAS

Canal da Crítica

QUANDO É TRISTE SER VELHO...

Uma boa televisão não se faz com amadores. Faz-se muito menos com maus amadores. A Televisão portuguesa cheira que tresanda a amadorismo. Intelectual, técnico, profissional. Foi sempre assim, por mal dos nossos pecados. Quando a situação, nesse aspecto, parecia estabilizar-se num plano aceitável, eis-nos de novo mergulhados no amadorismo, no incipientismo, no profissionalismo de jornal de parede-parede de pedra lascada.

Ontem, de súbito tivemos a prova da qualidade profissional demonstrada amplamente a vários níveis: a qualidade de imagem, a montagem, a reportagem falada, etc.

Isso aconteceu no programa

Há só uma Terra. O programa «Há só uma Terra» é uma reserva da boa Televisão. Uma espécie de Parque Nacional para defesa da espécie.

Assim fomos introduzidos no reino impressionante da velhice desprezada. Fácil seria o choradinho, acompanhado à guitarra e à viola. Fácil seria o empolamento demagógico. Fácil seria até o pitoresco, a poesia fácil logo falsa: os bancos de jardim, os velhinhos, todinhos, tão engraçadinhos, serendinhos a apanhar a sua

ração de Sol, e em frente até podia acontecer (aconteceria, com certeza, estas coisas em mãos de aldrabões acontecem sempre...) até podia acontecer que, em frente, na relva tran-

quilamente e sem remorsos verde, uma criança brincasse com a sua bola de mil cores...

Era fácil. Mas a equipa de «Há só uma Terra» não se deixou cair no logro. O seu projecto apontava decididamente para a denúncia de uma trágica situação.

E não pensemos que esta situação só acontece aos outros. Atenção! Ela vai acontecer-nos a nós, amanhã. Um amanhã que chega mais depressa do que pensamos. Quando mal nos precavemos, somos velhos.

UMA SOCIEDADE CRIMINOSA

«Há só uma Terra» disse-nos como era: existem em Portugal

Por MARIO CASTRIM

Hoje



Noite de Cinema — «De Vitória em Vitória»

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e «David» — série filmada.
- 19.25 Magazine do Norte — transmissão dos Estúdios do Porto.
- 19.50 Documentário — nos jardins de Lavenki.
- 20.15 Vamos Jogar no Totobola — prognósticos para o próximo concurso.
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.05 As Canções da Eurovisão (I) — segundo o regulamento do Concurso da U.E.R., todos os organismos participantes enviaram ao Centro da Eurovisão, em tempo oportuno, um filme com a canção vencedora nos respectivos concursos nacionais, para que o público dos outros países a pudessem conhecer, antes da emissão de 3 de Abril. No programa de hoje, que é o primeiro de uma série de três, veremos os filmes com as canções da BBC (Grã-Bretanha), SSR (Suíça), ARD (Alemanha), IBA (Israel) e RTL (Luxemburgo). Um programa Eurovisão/D.P.M.R.
- 21.30 Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas
- 22.00 Noite de Cinema — «De Vitória em Vitória» — um filme produzido nos Estúdios Cinematográficos de Pequim, que testemunha a guerra prolongada da libertação do povo chinês.
- 23.05 Telejornal — 3.ª edição
- 23.20 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e «Lua de Papel» — série filmada.
- 20.25 As Pedras e o Homem
- 20.50 «Pesquisa» — série filmada. O episódio de hoje: «O Caso Adónis».
- 21.45 Expedição
- 22.10 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 22.40 Fecho.

CRÍTICA DE TEATRO

Continuação da pág. 14

servam duas preocupações: ilustrar o conflito posto na peça (ou seja, a luta de classes) e ampliá-lo a outros tempos e a outros espaços (vemos fotos de Angola e do Vietname, reprodução de obras de pintores mexicanos como Siqueiros e Orozco, de Picasso, Van Gogh, John Heartfield, além de obras de características surrealistas). Por vezes, o carácter de incoerência desses diapositivos pareceu-nos evidente. Estamos a lembrar-nos do final da cena em que os trabalhadores aprendem a ler: num diapositivo vemos uma imagem — um livro aberto, através do qual se vê um longo corredor ladeado por colunas que são outros tantos livros — que pela sua própria desmesura nos parece pôr em causa o poder do livro.

Também a concepção do cenário (Eduardo Nery e Ana Vieira) nos parece discutível. É ele formado por dois elementos principais que limitam a cena e que representam as máquinas de uma fábrica. Com a aparência de «mecanismos» gigantesco, de uma cor azul brilhante, o cenário não dá a imagem de uma fábrica da época — um dos diapositivos extrai, talvez, do filme «A Greve», de Eisenstein é bem elucidativo a esse respeito —, evocando antes um jogo.

Aqui levanta-se uma questão curiosa: não teria sido essa precisamente a intenção, de acordo com a ideia de que o teatro é um jogo e de que no teatro de Brecht é esse o pri-

meiro facto a siblinhar? Por outro lado, essa parte do cenário está de acordo com o aspecto de novo e de bonito que se observa sobretudo na casa de Pelagueia: a chaminé; a cómoda, o espelho. Parece evidente ter sido intencional o desprezo pelo carácter de «gestualidade» que define histórica e socialmente as personagens e as situações brechtianas. Aliás, a forma como a luz é utilizada contribui para essa sensação.

O facto, a nosso ver incompreensível, de parte dos actores não saberem os papéis, obriga o ponto a um esforço considerável e prejudicou o espectáculo. O truque de o colocar no palco, embora se entenda, não resolve, agrava-o.

Devemos dizer que para além destas deficiências e destes aspectos discutíveis (algumas daquelas são sanáveis como é o caso das legendas que não se lêem em certos casos por estarem ocultas por elementos do cenário, bastará projectá-las sempre na parte superior do «écran» ou fazê-las mais estreitas), para além disso, o texto de Brecht foi correctamente interpretado pela maior parte dos actores, e em especial por Ana Paula (Mãe) e Joaquim Rosa (comissário e professor). Se Ana Paula não tem registos vocais suficientemente ricos que lhe permitam dar às palavras que diz a espantosa força que as marca, a sua concepção da personagem, a linha coerente que segue ao longo do espectáculo,

o desenho da figura, a marcação do corpo — por exemplo, quando está sentada — prova que a actriz passa nesta prova da interpretação de uma das mais difíceis e apaixonadas personagens do teatro contemporâneo. Quanto a Joaquim Rosa, as suas duas personagens, completamente distintas, surgiram bem marcadas, a curta mas violenta cena do comissário é excelente, apenas com os habituais problemas vocais daquele actor. A seriedade posta pelos restantes intérpretes nas suas interpretações — excepto no que se refere ao domínio das palavras — a maneira como compreenderam a necessidade de apagar os seus aspectos dramáticos para uma maior inteligência do seu significado político, absorvem-nos de algumas fraquezas, visíveis sobretudo em Luís Lello pela importância do seu papel, aliás tão difícil. Apenas em duas cenas observámos uma fuga àquela preocupação a cena da greve do carneiro — bem interpretada mas excessivamente dramática — e a cena final em que Ana Paula se deixou arrastar, como é natural, pela emoção do momento.

Talvez possamos aceitar a opinião de que esta companhia não deveria fazer esta peça por falta de arcabouço. Defendemos, contudo, que tal como está, este é um espectáculo necessário, é um dos poucos espectáculos verdadeiramente, concretamente sintonizados com a nossa situação.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO SECTOR DE FABRICANTES DE MATERIAL ELÉCTRICO

Convocam-se todos os trabalhadores de escritório do Sector de Fabricantes de Material Eléctrico para um Plenário a realizar no dia 26-3-76, 6.ª feira, às 21 horas, na Rua Camilo Castelo Branco, 33-1.ª, com a seguinte

ORDEN DE TRABALHOS

Ponto Único — Revisão do C. C. T. (Contrato Colectivo de Trabalho)

COMPARECE, A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL

Lisboa, 18 de Março de 1976.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESPECTÁCULOS

Rua da Fé, 23-2.ª — Telef. 42728 — LISBOA

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA ELEITORAL

Convocamos a Assembleia Eleitoral para a eleição dos novos corpos gerentes para o dia 8 de Maio de 1976, com início às 15 horas e termo às 20 (conforme o artigo 88 dos Estatutos deste Sindicato) no Átrio do cinema do Palácio Foz, na Praça dos Restauradores.

SAUDAÇÕES SINDICAIS

A COMISSÃO PROVISÓRIA

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período 13.15: Abertura e Telejornal — 1.ª edição: 13.30: «O Golfinho Branco» — série filmada; 14.00: Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e os programas da RTP; Ciclo Preparatório TV — 14.10: Língua Portuguesa (1.º ano); 14.35: Matemática (2.º ano); 15.00: Francês (1.º ano); 15.25: Ciências da Natureza (2.º ano); 15.50: Educação Visual (1.º ano); 17.10: Matemática (1.º ano); 17.35: Língua Portuguesa (2.º ano); 18.00: Trabalhos Manuais (1.º ano); 18.25: Francês (2.º ano). 2.º Período 19.00: Abertura e o Palhaço Fernando; 19.35: «A Flecha Negra» — série filmada, baseada na conhecida obra literária de Robert L. Stevenson; 20.00: TV Palco — actualidades teatrais por Igrejas Caeiro; 20.30: Telejornal — 2.ª edição, noticiário do País e do estrangeiro; 21.05: Momento Político; 21.35: As Canções da Eurovisão (II) — continuamos hoje a apresentar em estreia mais algumas canções representantes de organismos de Televisão no Concurso da Eurovisão. Apresentação das canções da RTB (Bélgica), RTE (Irlanda), NOS (Holanda), NRK (Noruega), EPT (Grécia), YLE (Finlândia), TVE (Espanha), RAI (Itália) e ORF (Áustria). Um programa Eurovisão/D.P.M.R.; 22.00: Panorama; 22.30: Telejornal — 3.ª edição; 22.55: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e «O Golfinho Branco»; 20.30: «Salomé», ópera de Richard Strauss sobre o drama de Oscar Wilde; 22.05: Telejornal; 22.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Aveiro contesta castigo na bola

Andam os ares turvos, lá por Aveiro. A cidade está (como diremos?) quase em **pavorosa**. Motivo: o castigo aplicado pela Federação de Futebol, com base no relatório do árbitro português João Gomes (que dirigiu a partida Beira-Mar-Vitória de Setúbal). Dois jogos de interdição do Mário Duarte, numa altura crucial do campeonato futebolístico de primeira apanha, eis a penalidade. Razão invocada: uma agressão (à pedrada) ao juiz nortenho, que lhe teria provocado ferimentos na testa.

Mas, os adeptos do clube aveirense não se conformam. Entendem que o caso não foi bem assim. Não foi para tanto. Que os 53 anos de vida do Beira-Mar e o esforço que tem feito em prol da juventude local mereciam outro prisma analítico. E, em manifestação de rua, logo exigiram à direcção da colectividade (em peso) que viesse a Lisboa lavar o maior protesto: Angelino Apolinário, presidente directivo, aí estará, logo à tarde, na

Praça da Alegria, para entregar ao Conselho de Disciplina vasta documentação contraditória do afirmado no boletim arbitral. Mas, se o castigo não for imediatamente anulado, Aveiro atacará com outras formas de contestação e luta: ocupando a sede da Associação de Futebol de Aveiro, paralisando o trânsito pela cidade durante meia hora, fazendo uma silenciosa marcha protestante até à Câmara. Ou, o mais que adiante se verá. Porque (diz-nos **exposto** do Beira-Mar) «só pelas armas conseguirão fazer vingar tão injusto castigo».

Uma prova de força está lançada: ou o ponto de vista dos adeptos do Beira-Mar ou a razão dos regulamentos federativos. Afinal, tudo poderia estar evitado se já tivesse nascido o Tribunal Desportivo que ninguém, com um mínimo de coragem, é capaz de tornar realidade. Embora de promessas fiquem cheios todos os actos de posse.



Freitas modelo de brio

Freitas: com fractura de um dos pés direito, suportou as dores e brilhou perante o Sporting. Profissional de corpo inteiro, exemplo para dilectantes no mesmo sector de trabalho.

R.D.A.: visão pessoal do seu desporto

A cultura física e o desporto, na República Democrática Alemã, arcam (como parte integrante da cultura geral, da educação e ciências, saúde social e entretenimentos essenciais, bem-estar e condições de vida dos trabalhadores) com uma grande responsabilidade para a sempre melhor satisfação das necessidades, anseios culturais e condições de vida saudáveis da população. Somada à vida diária, a actividade desportiva e o aperfeiçoamento físico estão relacionados, sendo praticados por uma grande parte da população, com uma vida feliz, a satisfação espiritual, a alegria e o divertimento: uma boa saúde. É exactamente nisto que se revela a função humanística da cultura física e desportiva socialista, através da instrução generalizada e da educação optimista (positiva) da personalidade, em função do trabalho positivo e produtivo para a sociedade e o próprio indivíduo, unida em elevada proporção à alegria de viver e à felicidade.

O Governo da R. D. A. e os órgãos estatais do país trabalharam arduamente nos últimos 26 anos, para criar as bases correctas e as condições necessárias para que todos os cidadãos tivessem a possibilidade de tomar parte activa na cultura físico-desportiva e turística. Colaboraram (também) em estreita ligação, todas as organizações sociais,

dirigidas pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha. A multifacética participação de 2/3 da população da República Democrática Alemã nas actividades desportivas dá-nos um eloquente testemunho dessa colaboração bem sucedida.

A imensa gama de actividades desportivas e a utilização da sua vasta riqueza está ao alcance de todos: e, um facto de destaque é que os próprios cidadãos da R. D. A. buscam activamente elevar o nível desta importante parte da vida diária. Há uma ampla perspectiva para participar nas actividades. Existem possibilidades para todos. Grupos de ginástica e treinamento, campeonatos entre empresas, feitos pela Federação Alemã de Ginástica e Desporto da R. D. A., práticas desportivas de entretenimento programados pelos colectivos de trabalho, pelos vizinhos de bairro ou de edifício, nos centros de férias e repouso, desporto terapêutico, actividades desportivas como parte de igual valor às demais na formação e processo de educação desde os jardins da infância, passando pela escola média até às universidades. Enfim: nas bases familiares ou, individualmente, nas empresas.

Desde o VIII.º Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (em 1971) aos nossos dias, melhoraram-se significativamente as condições pa-

ra a prática da cultura físico-desportiva, contando-se actualmente com mais de 2000 cidades desportivas. Aumentou (por exemplo) o número de campos desportivos (de 966 a 16 112), de estádios desportivos abertos (de 685 a 5854), de piscinas cobertas e ao ar livre (de 123 para 1834). Isto aconteceu em estreita colaboração com os órgãos estatais, por parte de organizações sociais de jovens e trabalhadores, bem como da Federação Alemã de Ginástica e Desporto da R. D. A. (organizadora e iniciadora da cooperação desportiva) que lhe deu uma importante base de massas.

Exercícios e treinos com fundamentação científica, testes e controlos normativos como estímulo a uma participação bem orientada, uma grande variedade de instalações e materiais, instrutores qualificados e professores especializados, utilização gratuita dos campos desportivos, atenção médica específica assegurada e, finalmente, a abertura a toda a população da República Democrática Alemã de praticar desporto e cultura física, são factores que tornaram a consigna «Desporto para Todos» uma possibilidade a realidade concreta.

Para que tal nível fosse atingido, contando-se além disso com a possibilidade de melhorar sempre, é significativa a colaboração num trabalho conjunto que se dá entre o Estado e as organizações sociais que dirigem, orientam e apoiam tal processo da vida cultural desportiva. Somente na Escola Superior de Cultura Física da R. D. A. (D.H.F.K.), em Leipzig, foram formados, nos últimos 25 anos, 8000 desportistas para as escolas de formação geral, além de um número superior a 2100 treinadores e funcionários terem ali recebido uma formação completa.

A Federação Alemã de Ginástica e Desporto desempenha um importante papel no objectivo de fazer da cultura físico-desportiva um património de toda a população da República Democrática Alemã. A sua colaboração é, cada vez mais, necessária para encaminhar um maior número de pessoas no sentido correcto da necessidade desportiva, fazendo que tomem (assim) parte nos jogos e passatempos.

Tornado em princípio constitucional (e princípio legal na legislação) e determinações legais sobre educação (na legislação trabalhista e principalmente no direito da juventude) o desporto e a cultura física passam a colaborar decididamente para embelezar e enriquecer a vida humana.

Na Câmara Popular, organismo máximo de representação popular da R. D. A., sobre a representatividade popular nas províncias, departamentos, cidades e comunas (nas quais tomam parte deputados que foram e são desportistas) encaminham-se e recaem as discussões sobre as questões relacionadas com o desenvolvimento da cultura física e do desporto. Tais temas são tratados conjuntamente com todos os outros: e com as medidas gerais destinadas ao melhoramento das condições de vida da população. Entre os desportistas, representantes populares que têm uma influência activa no desenvolvimento da actividade em questão, está o campeão mundial de ciclismo Gus-

PORTUGAL

SELECÇÃO

Duas baixas no treino da selecção de futebol, esta manhã dirigido por Juca: Freitas e Fragueto, lesionados, já não compareceram ao estágio prévio. Para o posto do primeiro foi chamado o portista Teixeira. Outra ausência à sessão no Jamor: o treinador José Maria Pedroto ficou no Porto.

CALENDÁRIO

A Federação de Futebol aceitou alguns pedidos de alteração do calendário da jornada da Taça de Portugal, deste fim-de-semana: Belenenses-Académico e Vitória de Setúbal-Marítimo, jogam-se no sábado, respectivamente às 16 e 17 horas. Domingo, às 15, jogam Leiria e Sesimbra, no Vila Amália, em Sesimbra.

CONFRONTO

As turmas nacionais de futebolistas de Portugal e da U. R. S. S. vão confrontar-se, em embate de características particulares, no dia 9 de Junho, no Jamor.

LESÃO

Atingido pelo sportinguista Costa, com muita dureza e sem que o árbitro tivesse (justamen-

te) advertido o defesa brasileiro de Alvalade, o belenense Leitão terá de ficar afastado do trabalho durante um mês: sofreu ruptura de ligamentos e suspeita de fractura meniscal.

HONRA

O corredor sportinguista Carlos Lopes foi convidado a actuar, extraconcurso, no encontro Alemanha-U. R. S. S., a efectuar em Munique, a 29 e 30 de Maio.

NATAÇÃO

Paula Couceiro, nadadora da Associação Académica de

LÁ FORA

PEDALADA

Lá vai andando a «Semana Catalã». Ontem, correu-se a tirada Organã-Martorel (189 kms.).

Classificação da etapa: 1.º, Perletto, 5h 03m 05s; 2.º, Merckx, 5.03.17; 3.º, Aja, 5.03.22; 4.º, Pujol, 5.03.32; 5.º, Fuchs, 5.03.40; 6.º, Clively, 5.03.41; 7.º, Agostinho, 5.03.52; 8.º, J. Martins, m. t.; 9.º, Pesarrodona, 5.03.54; 10.º, Lora, 5.04.03; 35.º, Fernando Mendes, 5.05.37.

Classificação das metas volantes (2.ª etapa — Andorra): 1.º, Mendes, 5 pontos; 2.º, Suarez, 4; 3.º, Oliva, 3.

Classificação da montanha: 1.º, Perletto, 10 pontos; 2.º, Merckx, 9; 3.º, Aja, 8; 4.º, Pujol, 7; 5.º, Fuchs, 6; 6.º, Clively, 5; 7.º, Agostinho, 4; 8.º, J. Martins, 3; 9.º, Pesarrodona, 2; 10.º, Lora, 1.

Classificação Geral: 1.º, Merckx, 9.33.02; 2.º, Aja, 9.33.12; 3.º, Perletto, 9.33.17; 4.º, Fuchs, 9.33.35; 5.º, Clively, 9.33.42; 6.º, Pujol, 9.33.49; 7.º, J. Martins, 9.33.51; 8.º, Agostinho, 9.33.55; 9.º, Pesarrodona, 9.34.18; 10.º, Torres, 9.34.30; 28.º, Fern. Mendes, 9.36.41.

Classificação geral das metas volantes: 1.º, Fern. Mendes, 14 pontos; 2.º, Suarez, 13; 3.º, Oliva, 5.

Classificação geral do prémio da montanha: 1.º, Abilera, 25 pontos; 2.º, Oliva, 21; 3.º, Fern. Mendes, 18.

Classificação do combinado: 1.º, Oliva, 29 pontos; 2.º, Fern. Mendes, 54; 3.º, Medina, 56.

Classificação por pontos: 1.º, Merckx, 45; 2.º, Aja, 37; 3.º, Perletto, 35; 7.º, J. Martins, 24; 11.º, Agostinho, 21.

Coimbra, estabeleceu novo máximo nacional nos 400 metros estilos, no tempo de 5m 48,8s.

Abandono

Desesperado, o cidadão António Fernandes escolheu um simbólico local para dizer adeus à vida: foi no campo de futebol do Estrela da Amadora, preso a uma das traves de baliza, que se despediu da existência. Desgosto desportivo ou simples acaso, a encaminhar os seus derradeiros passos para um local onde tinha vivido as escasas alegrias que a sorte lhe facultara?

GINÁSTICA

As jovens Filomena Palma e Avelina Alvarez vão exibir os dotes ginásticos em Moscovo e Riga, de 29 do corrente a 10 de Abril. Para acompanhar duas atletas, dois federativos: a treinadora Paulina Cardoso e o presidente directivo Robalo Gouveia.

A voz dos nomes

Vitor Gomes, futebolista do Sporting, entrevistado para «Record»: «É minha vontade sair. Para já, é opinião formada. Não estou a atingir os objectivos sonhados. Sabe o que é pensar em vir para Alvalade, jogar com a camisola do Sporting, ser campeão nacional, e... acabar quase por não jogar, estar logo após jogo senta-dinho no banco? Não sabe! É torturante. Por isso... não devo continuar em Alvalade. Isto, embora já tivesse ouvido que o Sporting está interessado em renovar o contrato que tem comigo. Mas não vejo grandes hipóteses nisso, pois, por certo, como não estou satisfeito com a situação que tenho, como as perspectivas que se me oferecem, também deverá haver alguém que o não estará. Daí a dificuldade em renovar, em continuar a representar o Spor-ting...»

«Há clubes interessados em mim, sim senhor. Presentemente tenho quatro clubes — três do Norte e um de Lisboa — que estão interessados no meu concurso. E se não assinei já por um deles é porque não gosto de fazer as coisas de qualquer maneira. Posso adiantar-lhe que eu é que ainda não quis assinar... Não falo em nome do meu possível futuro para quem quer que seja, mas... não gostava de voltar a assistir ao triste espectáculo verificado durante o jogo com o Académico, com o Damás a ser assobiado por tudo e por nada. Por desejar melhorar a sua vida, os sócios do Sporting parecem querer liquidá-lo! Vi, por cima da porta 10-A, vários indivíduos com tijolos na mão, à espera de Damás...»

Navegar é preciso

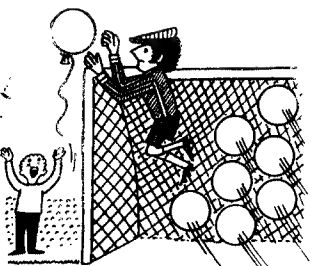
- ⊕ Caso insolúvel: pagamento à P. S. P. para (verdade ou ficção?) manter a auto-ridade nos recintos desportivos.
- ⊕ Ideia falhada: co-gestão no futebol sportinguista.
- ⊕ Plano em impasse: cidade-desportiva do Sporting.
- ⊕ Psicólogo do ano: quem aconselhou Pinto de Magalhães a não voltar a Portugal pela via-F.C. Porto.
- ⊕ Maquiavelismo: retorquir ao contrato de Damas com a abordagem a Cubillas.
- ⊕ Atitude inesperada: do andebolista suplente Gameiro para com o técnico dos «verdes-brancos» no decorrer do jogo com o F. C. Porto.
- ⊕ Impasse: a situação em que se encontra o processo de pagamento a certos clubes do dinheiro a que têm direito por transferência de futebolistas para o Varzim. Idem de Rui Paulino, do Farense para o Estoril.
- ⊕ Boa caneta: pertence a

- Barros. Comprometeu-se com o Boavista e revalidou com o Benfica.
- ⊕ Utopia: uma «tal» Lige dos Clubes Profissionais de Futebol.
- ⊕ Diplomatas: Borges Coutinho e João Rocha, que conseguiram do Governo actual facilidades para erguerem imóveis nos terrenos que são propriedades do Benfica e do Sporting.
- ⊕ Eclipse: Camilo. Veio de África como «estrela». Passou pelo Sporting, quase sem tocar na bola. Foi para Coimbra: nem sequer é suplente.
- ⊕ Afortunado: José Maria Pedroto. Um prédio em cada porto.
- ⊕ Sabedoria: Torcato Ferreira, técnico n.º 1 do hóquei português.
- ⊕ Praticantes amadores: Livramento, Solipa, Cristiano e Virgílio. Em Itália, pagam com flores.
- ⊕ Organizador: José Gomes Machado, responsável por existir andebol em Portugal.

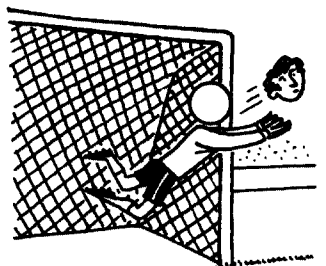
- ⊕ Figura televisiva: a daquele sr. que, ao solene e catedrático separa as modalidades desportivas como o patrão lhe indica. Ou manda. Quase sempre manuseia uma canetinha, uma esferográficazinha. Aos sábados excursiona.
- ⊕ Clube mais para a frente: Salgueiros. Quer um parque desportivo a sério com piscina e pavilhão.
- ⊕ Visitas: ginastas da RDA, modelo em vários aspectos.
- ⊕ Personalidade: Carlos Carvalho, no novo rumo dado a «Mundo Desportivo».
- ⊕ Futebolista: o belenense Freitas, imparável no duelo com o Sporting.
- ⊕ Caso: Damas na banca, um suplente ao trabalho.
- ⊕ Cara: Paulo Frischnecht, o heróico desportista.
- ⊕ Coroa: para todos os dirigentes desportivos que, só para defenderem os seus clubes, se sacrificam a dezenas de viagens ao estrangeiro...

N. de S.

O TRAÇO DE PARGANA



Quando um «balão»...



... faz um guarda-redes perder a cabeça.

Desporto



Alemanha Oriental: interesse pela ginástica escolar.

Continuação da pág. 16

tav-Adolf Schur, e encontra-se a campeã europeia de velocidade para os 800 m (Gunhild Hoffmeister) ambos deputados da Câmara Popular. E, também, a campeã mundial de canoagem de 1973 (Ilse Kaschube) ou ainda o vice-campeão de natação dos Jogos Olímpicos de 68, Hórsi Gunter Greckor, e muitos outros antigos talentos, activos até hoje que labutam activamente, nos órgãos populares de poder da R. D. A., pela contínua popularização da educação física e do desporto em geral.

Condições e meios para que

as actividades desportivas sejam acessíveis e possíveis de forma regular, questões relativas ao tema, são planificadas e encaminhadas através do Conselho de Ministros, especificamente pelo seu organismo especial para a cultura física e desporto: o Secretariado Estatal para a Cultura Física e Desporto. Também através do Ministério de Instrução Popular (para escolas médias e superiores e assistência à saúde) bem como através dos conselhos municipais, dos comités industriais e empresas.

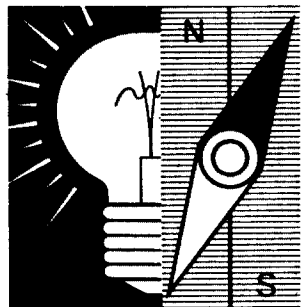
Devido a esta soma de factos e casos, conta-se para a

formação contínua de quadros desportivos de alto nível, com a organização de uma orientação desportiva com bases científicas, a constituição de uma medicina desportiva apropriada, bem como a constante renovação e modernização das condições técnico-materiais das actividades desportivas.

Os dirigentes do Estado contam, entre as responsabilidades que têm, uma que é das mais elevadas: de proporcionar segurança e estímulos básicos para êxito e continuidade do desenvolvimento da cultura físico-desportiva.

Gunter Erbach (R.D.A.)

ELECTRICIDADE E MAGNETISMO



Um curso de 4 meses
Aulas essencialmente práticas.

Se tens o 1º ciclo liceal
Se queres iniciar-te no
mundo da Electrónica,
inscreve-te.

Horário: 21 às 23h.-6 horas semanais.

INFORMAX



Informações e inscrições das 9 às 23 horas

Instituto Português de Informática
Rua Castilho, 61, 4.º-Esq. - Lisboa
Tel. 56 10 60

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

Sede: Rua Joaquim António de Aguiar, 66-3.º, esq. — Lisboa

MOÇÃO

A Assembleia de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores (aberta a todos os Trabalhadores) da Indústria e Comércio Farmacêuticos, reunida em 12 de Março, repudia qualquer tipo de medidas governamentais que visem a alteração das estruturas actuais da Indústria e Comércio Farmacêuticos sem a participação activa do Sindicato e exigem a imediata integração de representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos na Comissão ou Organismo que vise a elaboração do projecto de reestruturação do sector.

Lisboa, 12 de Março de 1976

(aprovado por unanimidade)

CARTAZES
EXECUÇÃO RÁPIDA
A PRETO OU A CORES

Consulte os serviços
comerciais da
RENASCENÇA
GRÁFICA

RUA LUZ SORIANO, 44

Telef. 321154/5
320271/2/3
320229



PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

Sede: Rua Joaquim António de Aguiar, 66-3.º, esq. — Lisboa

CAMARADAS:

Na continuação das Assembleias de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores (abertas a todos os trabalhadores) que se têm vindo a realizar, informamos que na próxima sexta-feira, dia 26, pelas 21 horas, no salão NOBRE do INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, se realizará mais uma reunião de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Informação sobre problemas específicos de alguns sectores profissionais
- 2 — Análise e reestruturação da Indústria e Comércio Farmacêuticos

Lisboa, 19 de Março de 1976

PEL' A DIRECÇÃO
Alexandre Pereira de Jesus

7.º JUÍZO CÍVEL
DA COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

O Dr. Alberto Manuel Portal Tavares da Costa,
Juiz de Direito do 7.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa.

Faz saber que por este Juízo e 3.ª secção correm seus termos unsautos de execução sumária em questão: exequente — Vilarinho e Ricardo-Comércio e Indústria, S.A.R.L., com sede na R. da Prata, 230-Lisboa, e executada — Delfim e António, Ld., com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 57-B, em Lisboa, e neles correm editos de vinte dias, citando os credores desconhecidos para o prazo de dez dias, findo o dos editos, que se contará da segunda e última publicação deste, deduzirem os seus direitos, nos termos dos artigos 864.º e seguintes do Código de Processo Cível, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 4 de Março de 1976

O Escrivão de Direito da 3.ª Secção,
a) Virgílio Afonso Fabião

O Juiz de Direito
a) Alberto Manuel Portal Tavares da Costa

Na FIGUEIRA DA FOZ o
DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
CASA AFRICANA

PUB

SINDICATO
DOS FERROVIÁRIOS DO SUL
CONVOCAÇÃO

Nos termos da alínea b) do art.º 31.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral, a reunir-se, em sessão ordinária, no dia 31 de Março de 1976, pelas 18 horas, na sede do Sindicato, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- Discussão e aprovação do relatório e contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal.
- Informações.

Conforme preceitua o art.º 35.º dos Estatutos, a Assembleia Geral terá início à hora marcada, com qualquer número de sócios.

Bernardino Rodrigues Fera
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Geral

Intervenção do Estado no sector do vinho

Foi publicado no «Diário do Governo» um decreto-lei que regula a intervenção do Estado no sector do vinho e estabelece um conjunto de normas a serem cumpridas pelos produtores, armazenistas e exportadores, enquanto fixa, em tabela, os preços para compra nas áreas da Junta Nacional do Vinho e das Regiões Demarcadas do Dão e dos Vinhos Verdes.

As infracções às regras serão punidas com multas de 2.500\$ a 100 contos.

No preâmbulo do decreto refere-se que a campanha vinícola de 1975/1976 sofrerá influência da anterior a qual foi superabundante e da qual transitaram «stocks» elevados que conduzem a uma disponibilidade total próxima dos 13 milhões de hectolitros (as possibilidades normais de escoamento são da ordem dos 9 a 10 milhões de hectolitros), o que levou à necessidade de intervenção estatal no mercado do vinho.

A intervenção por compra «destinar-se-á expressamente à defesa dos pequenos e médios viticultores, quer isola-

dos, quer associados em adegas cooperativas».

NOVO REGIME DE COBRANÇA DE TAXAS

As taxas que incidem sobre os produtos vinicos passarão a ser cobradas de acordo com novo regime — estabelece o Ministério do Comércio Inter-

Assim, na área do extinto Grémio dos Armazenistas de Vinhos as taxas passam a incidir sobre os produtos vendidos pelos armazenistas, quando os retalhistas de vinho a granel são abastecidos através dos armazenistas de vinho e derivados; e sobre os produtos vendidos pelos produtores, quando estes aliem esta actividade à de retalhista.

Fora desta área, a cobrança das taxas relativas ao vinho a granel continua a ser feita por avença.

As taxas são ajustadas de modo a corresponderem às cobradas na área da Junta Nacional de Vinho.



Reabriu a fronteira de São Gregório

Com a reabertura ao tráfego de automóveis, está normalizado o trânsito na fronteira de Puente Bargas, em Espanha, que corresponde ao posto fronteiriço de S. Gregório, Melgaço.

A reabertura deu-se às 11 horas de ontem, depois de um surpreendente encerramento, por parte da Espanha, no domingo passado, o que gerou protestos de interessados, em ambos os lados.

Consta que o encerramento foi por causa da retidão dos elementos da Dirección General de Seguridad de Puente Bargas, ordenado pelas autoridades espanholas, com imediata substituição por elementos da Guarda Civil.

Estado intervém no fornecimento de pasta de papel

Os Ministérios da Indústria e Tecnologia e do Comércio Interno, por portaria comum com data de 22 do corrente, decidem uma acção conjuntural regularizadora, com intervenção no circuito de comercialização, de forma a assegurar a entrega, pelas empresas produtoras, no ano de 1976, das quantidades de pasta indispensáveis ao regular funcionamento da indústria de papel.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho incumbido de, no prazo de 90 dias, propor uma revisão progressiva e escalonada no tempo dos preços da pasta para papel vendida no mercado interno, tendo em vista a adaptação dos mesmos às cotações internacionais.

A portaria estabelece que as empresas produtoras de pasta para papel são obrigadas a abastecer, no corrente ano, as empresas nacionais fabricantes de papel, nas variedades e de acordo com as quantidades indicadas num mapa que foi publicado no «Diário do Governo».

As regras a obedecer pelas fornecedoras e pelas compradoras são estabelecidas na mesma portaria.

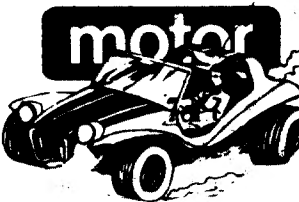
BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Striptease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164528/264596/264621/264646.



BOLSA DE LISBOA			
VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 23/4 %	—	275\$	280\$
Cons. 3 %	310\$	310\$	320\$
Cons. 3 1/2 %	—	350\$	—
Centenários	810\$	810\$	—
Tes. 5 %	—	835\$	—
Tes. 10 %	535\$	535\$	540\$
Extern. 1.ª - s.	450\$	450\$	—
Extern. 1.ª - c.	—	450\$	—
Extern. 3.ª - s.	—	—	—
Extern. 3.ª - c.	450\$	450\$	—
Caut. 3.ª - s.	—	—	—
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Lx. 6 %	—	760\$	—
C.M.L. 5 3/4 %	835\$	835\$	—
C.P. 5 1/2 % — 67	—	720\$	—
C.P. 5 1/2 % — 68	—	720\$	—
C.P. 5 1/2 % — 69	—	720\$	—
Corr. 5 3/4 %	—	810\$	—
Metr. 5 3/4 %	—	800\$	—
Tur. 5 3/4 %	—	815\$	—
C.P. 6 3/4 %	810\$	800\$	810\$
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	700\$	700\$	—
G. 5 % — 59	—	—	700\$
G. 5 % — 62	—	—	—
G. 5 % — 63	—	—	—
G. 5 % — 64	—	—	—
G. 5 % — 65	—	—	—
G. 5 % — 67	—	—	—
G. 6 % — 69	—	—	—
G. 7 %	910\$	820\$	—
H.E.A.A. 5 %	—	910\$	—
H.E.C. 5 %	—	640\$	—
H.E.C. 6 %	—	700\$	—
H.E.D. 5 %	—	750\$	—
H.E.D. 6 %	—	620\$	—
H.E.N.P. 5 %	—	760\$	—
H.E.S.E. 5 %	—	710\$	—
H.E.S.E. 6 %	—	—	—
H.E.Z. 5 % — 57	—	—	—
H.E.Z. 6 %	—	—	—
N. Elec. 5 %	—	710\$	—
N. Elec. 6 %	—	—	—
Termoelec. 5 %	—	610\$	—
U.E.P. 5 % — 60	—	—	670\$
U.E.P. 5 % — 63	—	—	—
U.E.P. 6 %	—	—	—
U.E.P. 7 %	—	800\$	—
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	—	710\$	—
A.P.T. 5 % — 58	—	700\$	800\$
Lisnave 6 %	—	—	—
Nitratos — 60	—	—	—
Pet. 2.ª e 3.ª	—	—	—
Sacor 7 %	820\$	820\$	830\$
Sacor 5 % — 54	—	—	—
Sacor 5 % — 60	—	850\$	—
Sid. 5 % — 2.ª	—	—	—
Sid. 5 % — 3.ª	—	—	750\$
Sid. 5 % — 4.ª	—	—	—
Socel 5 %	—	845\$	850\$
R. Fabril — 67	—	—	830\$
R. Fabril — 68	—	—	—
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	—	—	—
Rev. 5 % — 57	—	—	—
Rev. 5 % — 59-60	—	—	—
Mocambique 5 %	—	—	—
Sonefe 5 %	—	—	—
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	—	—	—
F.I.D.E.S.	—	—	—

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado o vento era fraco ou moderado de Norte e caíam aguaceiros em alguns locais do Centro e Sul.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	10°
COIMBRA	11°
PORTALEGRE	7°
LISBOA	12°
FARO	14°
FUNCHAL	13°

TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO
Máxima 18°

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 2,2°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
11.34 3,2 m	4.54 1,7 m
0.00 3,4 m	6.13 1,6 m
12.45 3,3 m	18.33 1,7 m
Dia 25	
1.05 3,6 m	7.11 1,5 m
13.42 3,5 m	19.26 1,5 m
Dia 26	

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado em especial nas regiões do Centro e Sul onde poderão ocorrer aguaceiros fracos; possibilidade de queda de neve nas terras altas do Norte. Melhoria gradual do estado do tempo a partir da tarde, de amanhã; em todo o território vento fraco amoderado de Nordeste.

AMANHÃ

NAScer AS 7.33

OCASO AS 19.53

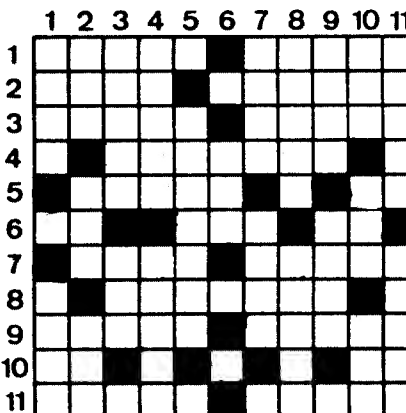
DIA 30 **DIA 7** **DIA 14** **IDA 21**

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 11 328

HORIZONTAIS:

- Ocio. Cai à cama.
- Enguias. Dividi em toros.
- Página oposta à da frente. Armadilha.
- Brincos grandes, de missanga, usados pelas raparigas da África Oriental Portuguesa.
- Unes por casamento. Aqui.
- Compaixão. Ribeira de Portugal. Utensílio doméstico.
- Icaí. Conselho.
- Acorrentes.
- Óleo de amendoim, preparado para calafetos. Esclarecem com comentários.
- Érbio. (s.q.) Quarto.
- Introduzas. Tempo do verbo ser.



VERTICAIS:

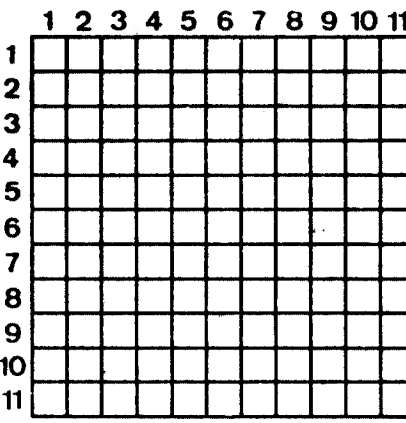
- Grito de aplaudo, de vitória. Aquele que.
- Medida de superfície. Filtra. O vencimento diário de um soldado.
- Nutrida. Pequeno poema medieval narrativo ou lírico.
- Tostas. Querida.
- Ensejo.
- Sufixo que designa abundância.
- Prendem. Involgar.
- Cor vermelha, carolina. Domina.
- Aneis. Sobrado.
- Desgraça. Cabelos brancos. Irmã da mãe.
- Gemera. Nome de um grande poeta brasileiro.

Resolva completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7488

HORIZONTAIS:

- Progenitor. Sorte.
- Golfo do oceano Índico, entre a Arábia, as costas meridionais do planalto do Irão e o Indostão. Rainha de Inglaterra segunda mulher de Henrique VIII.
- Campeão. Sapo do Amazonas. Cidade da antiga Caldeia.
- Ordem de aves com tarsos.
- Superfície plana delimitada. Ilha do Pequeno Belt.
- Rádio (s.q.) Salpicara.
- Lagoa do estado da Baía. Guarnecem de asas.
- Trilharemos.
- Sua Santidade. Desmoronava-se. Aqui está.
- Cidade do Egipto. Apelido.
- Tino (fig). Pronome pessoal.



VERTICAIS:

- Freguesia do concelho do Cartaxo. Povoação de antiga Frigia, célebre pela batalha entre os generais de Alexandre Magno.
- Cortais com serra.
- Preposição e artigo definido. Verdadeiros. Crómio (s.q.).
- Magnetiza. Cidade da Suíça.
- Pedra de altar. Mau.
- Inutilizar. Enguia.
- Centiare. Rio da Escócia. Punhado.
- Coisa muito escura.
- Sadia. Ecoasses.
- Organização das Nações Unidas. Nome que os Egípcios davam ao Sol. Tempo do verbo ir.
- Dividimos em ruas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 327

HORIZONTAIS

- Catre. Casam.
- ÁGUA. E. Bara.
- Canto. Bar.
- Atear. Elite.
- Dã. SABÃO.
- At. Srs.
- Moço. Atara.
- Corara. São.
- Ar. FAZEM. SS.
- Irar. O. Arte.
- Serem. HOMEM.

VERTICAIS

- Caçado. Cais.
- Ágata. Morre.
- Tune. Dor. Ar.
- Ratas. Catre.
- Ora. Ora.
- Ba. Azo.
- Beata.
- Abalo. Mão.
- Sari. SÃO. Rm.
- Ar. Torreste.
- Maté. Sassem.

PROVÉRBO: ÁGUA E SABÃO FAZEM O HO MEM SÃO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7487

HORIZONTAIS

- Salamanca.
- Ural. Ruaras.
- Rei. Atolo.
- DI. Mês. Asar.
- Paris. Amo.
- Bar. Lás.
- Pêlo. Vira.
- Atroa. Cor.
- Rã. Ais. Sara.
- Teu. Patas.
- Orto. Selara.

VERTICAIS

- Surda. Porto.
- Arei. Be. Aer.
- Lai. Pala. Ut.
- AI. Marota.
- Ter. Ris.
- Ar. Silvos.
- Nua. Saia. Pã.
- Cata. Sr. Sal.
- Arosa. Acata.
- Alamo. Orar.
- Soro. Brasa.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO R-1

ATÉ AS 22 HORAS

AJUDA
Lidia Almeida, Calçada da Ajuda, 170 (Tel. 637318).

ALVALADE
Brasília, Av. Rio de Janeiro, 66 (Tel. 722368).

ANJOS
São José, Rua dos Anjos, 41-A (Tel. 50730).

AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A (à Avenida da República), (Tel. 772291).

BAIRRO ALTO
Labor, Rua Diário de Notícias, 81 (Tel. 323428).

BAIRRO AMÉRICA
Martins, Rua Fernão Magalhães, 33 (Tel. 684448).

BENFICA
Santa Cruz, Avenida Gomes Pereira, 34-A (Tel. 704828).

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Tel. 681726).

CASTELO
Santa Luzia, Rua da Saudade, 2-B (Tel. 869831).

ESTEFÂNIA
Morgado Lourenço, Largo D. Estefânia, 4 (Tel. 54808).

LAPA
Silva Filhos, Rua S. João da Mata, 72 (Tel. 661010).

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 720703-728395).

OLIVAIS SUL
Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 (Tel. 310026).

TURNO R-2

TODA A NOITE

ALCANTARA
Vieira Rosa, Rua Prior do Crato, 74 (Tel. 660187).

ALVALADE
S. Miguel, Praça Francisco de Moraes, 1 (Tel. 771469); Roma, Avenida de Roma, 85-B (Tel. 772466); Ideal, Avenida Almirante Gago Coutinho, 49-A (Tel. 712803).

ARROIOS
Aliança, Avenida Almirante Reis, 145-B (Tel. 570487).

BAIXA
Internacional, Rua Áurea, 228 (Tel. 322017-30203).

CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11-A (Tel. 682610).

CAMPO DE OURIQUE
Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A (Tel. 686176).

GRACA
Monte (do), Rua Senhora do Monte, 30-A (Tel. 867842).

LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262-B (Tel. 790332).

POÇO DO BISPO

Freitas, Rua Zofino Pedroso, 11 (Tel. 381136).

RATO

Micael, Rua de S. Bento, 380 (Tel. 662162).

SETE RIOS

Canto, Estrada das Laranjeiras, 202-B (Tel. 780841).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Combatentes, Av. C.G. Guerra, 166 (T.2113953).

PAÇO DE ARCOS

Pargana, Av. Bonnevilliers, 24351471. Toda a noite

OEIRAS

Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS

Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS

Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silva, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE

Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204).

S. JOÃO DO ESTORIL

S. João, Quinta da Carreira, 29-A (T.261186). Toda a noite

AMOREIRA

Amoreira, Toda a noite

CASCAIS

Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas

NOVA
E. de Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T.934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (T. 930072); Clabel, R. António Sardinha, 23-U (T.938551).

DAMAIA
Confiança, E. Militar, lote D (T.9710231).

VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T.974161).

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117).

CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 2942181).

MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (T. 2914103).

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456).

SINTRA
Estafânia (T. 2930832).

COLAJURES
Abreja (t. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100).

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020).

ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (T.250076).

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302).

BARREIRO
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett (T. 2076454).

COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356).

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025).

MONTJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T.2310032).

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471).

SETÚBAL
Bocageana, R. do Romeu (T.23425); Bairros, B. Santos Nicolau (T.23330).

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560).

PORTO

TURNO 1

ATÉ AS 22 HORAS

Clerigos, R. dos Clerigos, 36 Cruz, R. de Costa Cabral, 1082 Maia, R. do Campo Alegre, 192 Botelho, R. da Alegria, 863 Estácio, R. Sa da Bandeira, 120 Guarani, R. Pedro Hispano, 367 Menezes de Lima, P. Dr. Pedro Teotonio Pereira, 227 Lida-dor, R. do Lida-dor, 171

TODA A NOITE

Campos, R. Padre Luis Cabral, 943 Foz, Monte dos Burgos, R. do Montedeburgos, 802 Aliança, R. da Conceição, 2 Alves Moreira, Av. Rodrigues de Freitas, 167

COIMBRA

BAPTISTA — Praça da República, 9, Tel. 23747; Estádio, Rua do Brasil, 348, Tel. 24410; MIRANDA; Praça do Comércio, 41, Tel. 23261.

CASTIL

T.530194 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

Um filme de Jean-Claude Laureaux

2.ª Semana

IMPÉRIO

T.555134 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Glenda Jackson, Michael Caine

A INGLESA ROMANTICA

Um filme Joseph Losey

2.ª Semana

Hoje 18.30 Int. men. 18 anos

OH CALCUTA!

POLITEAMA

T.326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. men. de 18 anos

Um filme espectacular

O HOMEM DE HONG KONG

Total acção explosiva

VOX

T.720808 14.15, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O HOMEM DE HONG KONG

ROMA

T.727778 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A PRESA

Analia Gade-Jean Sorel

S. LUÍS

No decurso da Semana da República Democrática Alemã, não se apresentará o filme «BRANDOS COSTUMES» que retomará a sua carreira a partir de sexta-feira

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

DRÁCULA

O homem que viveu para além da morte!

Hoje exibição de desenhos infantis das 12 às 14 h

EDEN

T.320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Int. a menores de 18 anos

Uma viagem ao Mundo bizarro e alucinante

TORSO

Um filme de Sérgio Martins

ODEON

T.326283 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Em êxito total sempre enchenes

Um filme sublime dirigido a todas as mulheres

A OUTRA MULHER

O drama de uma união ilegal com Mauricio Garces e Saby Kamalich

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

13.ª semana

Hoje às 24 h (Grupo D M. 18 anos)

O PROCESSO

de Orson Welles

CASINO ESTORIL

T.264621 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

LA BAMBINA

S. JORGE

T.54153/4 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Dustin Hoffman é «LENNY»

O Homem, a lenda, o escândalo

RESTELO

T.610375 21.00

Int. a menores de 18 anos

UM FILME DOCE

Cont. cenas eventualmente chocantes

AVIS

T.47163 15.15, 18.30 e 21.15

Int. a menores de 18 anos

O RALLY DAS GOZONAS

Este filme cont. cen. event. chocantes.

ESTÚDIO

T.555135 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CONFLITOS CONJUGAIS

Eastmacolor

c/Shirley McLaine

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15

Interdito a men. de 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

2.ª Semana

Real Jean Claude Laureaux

MUNDIAL

T.538743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

AMOR, NÃO FAÇAS MAL!

Talvez um pouco picante mas pode trazer a família

CARLOS MANUEL

T.2930394 21.00

Int. a menores de 18 anos

A VIOLÊNCIA DO LEOPARDO

UNIVERSAL

T.774402 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

DEUS PÁTRIA AUTORIDADE

de Rui Simões

5.ª semana

As 17 e 23 h

Para todos

MAO TSE TUNG

de Nagira Oshima

CONDES

T.322523 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

COM ENCONTRO MARCADO

c/Richard Conte e Carla Gravina

BERNA

T.776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Stephan Audran e Mauri Ronet

O ADOLESCENTE

2.ª Semana

Um filme de Claude Lallemand

LONDRES

T.801313 14.15, 18.00 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

CENAS DA VIDA CONJUGAL

com Liv Ullmann e Bibi Anderson

ROXY

T.48560 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

COM ENCONTRO MARCADO

c/ Richard Conte-Carla Gravins

TIVOLI

T.570596 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Forte e apaixonante

OS HOMENS NASCEM IGUAIS

Um filme de Martins Ritt

ALVALADE

T.897480 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

ADEUS ILUSÕES

c/ Eva Marie Saint

e Charles Bronson

PATHE

T.821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não cons. a menores de 18 anos

Lançada na selva do crime, tornou-se a mais perigosa mulher!

UMA MULHER DA RUA

NIMAS

T.574362 14.15, 16.30 e 18.45

Não acons. a menores de 18 anos

O MONSTRO NA 1.ª PÁGINA

c/ Fabio Garriba - Laura Betti



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 18, 1.º, 2.º
 TEL. 64631/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
 RUA LUZ SORIANO, 44
 TEL. 321154/5, 320271/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DBOA TELEX 12363
 LISBOA-PORTUGAL

Escritores discutem nomes para a direcção

Está convocada para o próximo dia 7 de Abril, às 20 horas, na Rua do Loreto, uma assembleia geral extraordinária da Associação Portuguesa de Escritores a fim de proceder à eleição de novos corpos gerentes, e bem assim discutir e votar o relatório e contas de 1975 e respectivo parecer do conselho fiscal.

Nomes há que têm sido indigitados para a presidência da direcção. Na primeira fase falou-se em Joel Serrão. Depois recaíram convites sobre José Cardoso Pires e Fernando Namora, que recusaram. Neste momento sabe-se que a direcção (prestes a terminar o mandato) vai reunir hoje às 18

horas. É possível que da reunião saiam propostas de nomes.

Entretanto, em relatório enviado aos sócios, a direcção da A.P.E., historiando a sua actividade e lembrando ter sido eleita «em tempos negros» sob «a égide de uma unidade calçada em longos anos de luta contra o inimigo comum da Inteligência e da Criação», manifesta o desejo (face à realidade) de «que as divergências políticas e ideológicas entre os escritores não destruam, no futuro, a unidade fundamental, sem a qual esta Associação não poderia ter nascido e sem a qual não poderá viver».

Mário Soares no regresso

"Já avançámos mais que o previsto no Programa Comum"

De regresso de uma viagem a França e ao Luxemburgo, onde se deslocou especialmente para o lançamento do seu novo livro «Portugal, que Revolução?», editado em Paris, chegou ontem à tarde a Lisboa o dr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, que tinha a aguardá-lo, entre outras personalidades, o ministro da Agricultura, eng. Lopes Cardoso.

Falando aos jornalistas à chegada a Lisboa, o secretário-geral do P. S. disse que existe entre os nossos emigrantes um grande interesse pelas próximas eleições mas estes lamentam ter sido muito curto o período de recenseamento, salientando que a maior parte deles só agora estava a ter conhecimento de que ia haver eleições e já não tinham, portanto, oportunidade para se inscrever.

R.F.A. entregou seis aparelhos à Força Aérea Portuguesa

O secretário de Estado Parlamentar para a Defesa da R.F.A., Herman Schmitt, deslocou-se hoje à Base Aérea de Beja, onde fez a entrega de seis aviões de treino Fiat à Força Aérea Portuguesa.

Referindo-se ao facto, Schmitt disse que estes aviões «significam a primeira contribuição concreta da República Federal da Alemanha à Força

Aérea Portuguesa, no âmbito da N.A.T.O.

Hermann Schmitt revelou ainda que se encontra em discussão, no Parlamento da R.F.A., um projecto de oferta de mais catorze aviões a Portugal e que o seu país permaneceria na Base de Beja até ao termo do actual contrato, em relação ao qual decorrem conversações.

J. S. ganhou eleições em Direito

Terminou esta manhã, com a vitória da lista da Juventude Socialista apoiada pela U.E.C., o escrutínio das eleições para os corpos directivos da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Os votos ficaram assim distri-

buidos: 924 para a lista B; 811 para a lista A afecta ao M.R.P.P. e à direcção cessante; 250 para a lista C do M.I.D., Movimento Estudantil de Direita; 125 votos para a D, afecta ao M.E.S.-U.D.P. Houve apenas 28 votos nulos.

Na Madeira

Enviado do M.E.I.C. sequestrado

FUNCHAL, 24 — Um funcionário do M.E.I.C., o prof. Francisco Simões, foi ontem sequestrado por elementos affectos a organizações separatistas madeirenses. O sequestro verificou-se por volta das 18 horas, quando Francisco Simões regressava da Ribeira Brava, e só hoje de madrugada foi encontrado, numa residência do Funchal. Para já, foram detidos quatro indivíduos, jovens, implicados no rapto. As investigações prosseguem.

Na origem do sequestro, o conhecimento de que o prof. Simões (delegado do Serviço Cívico em Lisboa) se encontrava na Madeira, em missão do M.E.I.C. relacionada com o encerramento do F.A.O.J. — Fundo de Apoio às Organizações Juvenis, no Funchal.

Em jeito de caça ao homem, de automóvel, dezenas de carros tomaram a direcção da Ribeira Brava, interceptando o professor na zona do Areiro

(Ilma). Ai, os separatistas (FLAMA), exigiram do funcionário do M.E.I.C. que regressasse imediatamente a Lisboa e, neste propósito, encaminharam-no para o aeroporto. Só que, viria a saber-se momentos depois, não havia na noite de ontem avião a sair para Lisboa. Face às circunstâncias (falta de avião) os sequestradores teriam proposto à sua vítima soltá-lo nas imediações do Garajau, o que não foi aceite pelo sequestrado (trata-se de uma zona de montado, pouco habitada). O professor, sem grandes alternativas, teria preferido manter-se junto dos seus raptos.

Uma vez no Funchal, o prof. Francisco Simões foi levado para um quarto residencial «A Torre», situada próximo da Sé Catedral, onde ficou sob a vigilância de elementos ligados à organização separatista: juvenil affecta à FLAMA.

Entretanto, já há algumas horas que o alarme chegara às

Forças Armadas. Forças militares e militarizadas passaram a cidade a pente fino, acabando por encontrar o professor entre a uma e as duas da madrugada.

Em consequência das diligências efectuadas, foram detidos, conforme referimos, quatro jovens. Os factos fazem supor que, por detrás destes quatro indivíduos, afinal usados para a operação, se encontra «gente muito importante».

Tanto quanto nos foi possível apurar, os sequestradores, durante o rapto, teriam ameaçado frequentemente o professor: não se responsabilizariam pelo que lhe pudesse acontecer se insistisse em continuar na Madeira.

Daí, que, o regresso, esta manhã a Lisboa, do prof. Francisco Simões (acompanhado do governador, brigadeiro Carlos Azeredo, e do director do Serv. Cívico, dr. Hernâni Pinto Basto) possa significar, para os separatistas, uma vitória.

Outro pormenor relacionado com o caso: depois de ter sido encontrado, num dos quartos de «A Torre», o professor foi transportado para o Palácio de S. Lourenço, onde passou o resto da noite. Durante as poucas horas em que ainda permaneceria na Madeira, elementos das Forças Armadas garantiram a sua protecção.

A atitude dos separatistas em relação ao Prof. Francisco Simões, pode explicar-se no facto de este ser um homem progressista, iniciador do FAOJ na Madeira, e que, na Ribeira Brava, realizou obra extremamente válida no campo do ensino. Concretamente, na Ribeira Brava o professor Simões fez uma escola-modelo, levando a cabo uma experiência única em todo o país. Antes do 25 de Abril.

Acrescente-se que este professor viveu largo tempo na Madeira onde era estimado mas não tinha, por motivos das posições políticas que assumia, o apreço das facções reacçãoárias.

Conselho da Revolução reafirma

Eleições garantidas no dia 25 de Abril

Entre outros temas importantes tratados na sua reunião de ontem, que se prolongaria uma vez mais pela madrugada, o Conselho da Revolução debatteu a situação decorrente das infracções que constantemente se verifica em relação à Lei de Imprensa, constatando pela inoperância dos tribunais competentes para legitimamente lhes pôr cobro. Tal situação reflecte preocupantes sintomas da utilização abusiva das liberdades públicas que as Forças Armadas restituíram ao povo português em 25 de Abril e que são agora utilizadas de forma caluniosa contra os próprios militares.

Como habitualmente o general Costa Gomes presidiu à reunião, mas só ao fim da tarde tomou parte nos trabalhos. Da parte da manhã teve lugar, no Palácio de Belém, a habitual reunião da Comissão Militar que normalmente, antecede as reuniões do C. R. e da qual fazem parte os chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas e os comandantes das Regiões Militares. Os temas debatidos dizem respeito à legislação militar, promoções e outras questões.

Apesar da longa duração do plenário do C. R., ao princípio da manhã era distribuído apenas um breve comunicado do seguinte teor:

«O Conselho da Revolução, reunido em 23 de Março de 1976, analisou a situação política actual, tendo ouvido uma exposição de S. Exa. o Presidente da República sobre o encontro realizado no Algar-

ve entre os presidentes da República Federativa Socialista da Jugoslávia e da República Portuguesa. O Conselho da Revolução debatteu a situação decorrente das infracções que constantemente se verifica em relação à Lei de Imprensa, constatando pela inoperância dos tribunais competentes para legitimamente lhes pôr cobro. Tal situação reflecte preocupantes sintomas da utilização abusiva das liberdades públicas que as Forças Armadas restituíram ao povo português em 25 de Abril e que são agora utilizadas de forma caluniosa contra os próprios militares.

«O Conselho da Revolução, considerando a necessidade de efectuar os actos eleitorais em preparação nas datas previstas e a sua dependência da Constituição Política ainda em elaboração, solicitou à Assembleia Constituinte, na pessoa do seu presidente, um esforço complementar no sentido de concluir o texto fundamental da Nação Portuguesa, dentro do período compatível com o cumprimento do calendário eleitoral.

«O Conselho da Revolução reafirma a sua determinação em garantir a efectivação das eleições para a Assembleia da República no próximo dia 25 de Abril, ainda que para o efei-

to tenha que ser reduzido o período da campanha eleitoral».

MENSAGEM DA INTERSINDICAL

No decorrer da reunião de ontem do C. R. o Secretariado da Intersindical enviou àquele órgão uma mensagem em que, começando por saudá-lo como «garante das conquistas alcançadas pelos trabalhado-

res», considera a Reforma Agrária «uma conquista fundamental da nossa Revolução», e afirma que «o Conselho da Revolução saberá interpretar a vontade dos trabalhadores portugueses e (...) empenhará todos os esforços na defesa da Reforma Agrária, condição essencial para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores e da própria democracia».

Vasco Lourenço

Continuação da pág. 1

está e estará a cargo das forças militarizadas. Todavia — acrescentou — «se for necessária a intervenção militar, posso garantir-lhes que não só as unidades sob meu comando como todos os aquartelamentos do País, estarão em condições de responder a toda e qualquer provocação, venha ela de que quadrante político vier.»

Na parada, e falando aos militares da Escola, Vasco Lourenço, depois de se referir à «acção impar de ousadia, desbarbação e competência desenvolvida no dia 25 de Abril de 1974», ao «magnífico exemplo de espírito de cavaleiro dado pela E. P. C. no dia 28 de Setembro de 1974», e de destacar «a coesão, lealdade, força e patriotismo dos militares desta escola» — disse dirigindo-se-lhes: — «Foram vocês ainda preciosos auxiliares em que se pode ter confiança para a resistência que necessário foi opor à tentação de desviar a revolução para um caminho que não é justo».

«É enorme e tremenda a responsabilidade que com a Revolução do 25 de Abril assumimos para com o Povo português — diria ainda o comandante da R. M. L. — responsabilidade essa que requer de todos os militares uma consciência muito perfeita dos seus deveres para com ele. Para que não possamos traír esse mesmo Povo, necessitamos mais que nunca de reforçar a

nossa coesão, o nosso espírito de corpo, o nosso sentido de dever, a nossa disciplina, e o nosso patriotismo. Para isso teremos de dizer não a todas as tentativas de divisão que continuam a existir no nosso seio, mantendo-nos de facto unidos à volta dos ideais do 25 de Abril, de modo que consigamos que o povo não seja mais uma vez defraudado por militares em quem confiou e que têm o dever de o defender.»

A terminar: «Os militares devem, pois, guardar-se de se constituírem em grupos de pressão para tentarem impor um certo modelo de procedimento, mesmo se escondido sob a capa da interpretação ou da leitura diferente, para que se evitem divisões perigosíssimas como aquela a que assistimos ainda recentemente. O C. R. está firmemente determinado a respeito da liberdade do Povo português e aos caminhos que ele escolher para o seu futuro.»

Bomba em livraria

Continuação da pág. 1

destes engenhos, que explodiu cerca das 2 e 30.

Na Aguda, o prédio atingido, bem como o automóvel, são propriedade de Vladimiro Oliveira do Nascimento, residente na Avenida Sacadura Cabral.

Segundo opinião de vizinhos, Vladimiro do Nascimento é conhecido pelas suas posições de esquerda, sendo geralmente considerado como afecto ao P. C. P.